

Rafael Rodrigues Pereira



Dissidências sexuais e de gênero no jornalismo hegemônico: Um estudo sobre as representações da população LGBTQIAP+ no jornal Folha de S. Paulo

Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2023

Rafael Rodrigues Pereira



Dissidências sexuais e de gênero no jornalismo hegemônico: Um estudo sobre as representações da população LGBTQIAP+ no jornal Folha de S. Paulo

Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2023

Rafael Rodrigues Pereira

Dissidências sexuais e de gênero no jornalismo hegemônico: Um estudo sobre as representações da população LGBTQIAP+ no jornal Folha de S. Paulo

Autor: Rafael Rodrigues Pereira

Dissertação apresentada à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Comunicação, ramo Jornalismo, sob orientação do Professor Doutor Renato Essenfelder.

Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2023

Resumo

A presente pesquisa de mestrado busca analisar quais as representações sobre a população LGBTQIAP+ [espectro que abarca pessoas dissidentes de gênero e sexualidade] circulam nos discursos do jornal de referência Folha de São Paulo. No que se refere à metodologia, aplicou-se técnicas oriundas da Análise Crítica do Discurso (ACD). Além disso, o autor utilizou-se da pesquisa bibliográfica para fazer uma revisão sistemática do que se produziu acerca do tema e dar suporte teórico à discussão, abordando sobre o movimento LGBTQIAP+, a cishetenormatividade, além da responsabilidade do jornalismo na construção social da realidade. O corpus da pesquisa é composto por textos jornalísticos do gênero informativo - 28 notícias, publicadas no primeiro semestre dos anos de 2001, 2011 e 2021. A partir dos objetivos elencados, da coleta, categorização e descrição, análise e interpretação dos recursos léxico-gramaticais e semânticos que são capazes de produzir representações, buscou-se investigar a construção dos sentidos gerada por meio delas. Como base, a investigação tem como pressupostos epistêmico-metodológicos os estudos críticos da linguística, com enfoque nos linguistas Norman Fairclough, Theo Van Leeuwen e Teun Van Dijk. Acredita-se que este estudo pode trazer um impacto ao propor uma reflexão sobre entender a importância do papel que esse veículo secular tem na produção de significados que influenciam na formação crítica do leitor e o modo como, em geral, a sociedade compreende o movimento LGBTQIAP+ e as suas demandas por mais igualdade, respeito e tolerância. Com fundamento nas reflexões e análise dos materiais, concluiu-se que as representações são variadas, mas predominantemente com traços de estereótipos e preconceitos, em especial nos dois primeiros períodos analisados, observando-se uma tendência a uma abordagem mais sensível e respeitosa no último período, embora ainda presentes as marcas discursivas que contribuem para inferiorizar e subrepresentar as pessoas dissidentes em gênero e sexualidade.

Palavras-chave: LGBTQIAP+; representação social; análise crítica do discurso; hegemonia; identidade; jornalismo

Abstract

This master's research seeks to analyze the representations about the LGBTQIAP+ population [a spectrum that includes dissident people of gender and sexuality] circulating in the speeches of the reference newspaper Folha de São Paulo. With regard to methodology, techniques from Critical Discourse Analysis (CDA) were applied. In addition, the author used bibliographical research to carry out a systematic review of what has been produced on the subject and to provide theoretical support for the discussion, addressing the LGBTQIAP+ movement, cishetenormativity, in addition to the responsibility of journalism in the social construction of reality. The research corpus is composed of journalistic texts of the informative genre - 28 news, published in the first half of the years 2001, 2011 and 2021. Based on the listed objectives, the collection, categorization and description, analysis and interpretation of the lexicogrammatical resources and semantics that are capable of producing representations, we sought to investigate the construction of the meanings generated through them. As a basis, the investigation has as epistemic-methodological requests the critical studies of the language, with an approach in the linguists Norman Fairclough, Theo Van Leeuwen and Teun Van Dijk. It is believed that this study can have an impact by proposing a reflection on understanding the importance of the role that this secular vehicle has in the production of meanings that affect the critical formation of the reader and the way in which, in general, society understands the LGBTQIAP+ movement and their demands for more equality, respect and tolerance. Based on the reflections and analysis of the materials, it was concluded that the representations are common, but predominantly with traces of stereotypes and prejudices, especially in the first two periods analyzed, observing a tendency towards a more sensitive and respectful approach in the last period, although still present as discursive marks that they created to inferiorize and underrepresent dissident people in gender and sexuality.

Keywords: LGBTQIAP+; social representation; critical discourse analysis; hegemony; identity; journalism

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, pela proteção espiritual e por me fortalecer para chegar ao fim desse desafio.

Agradeço a minha mãe, Margarida Maria, por todo o suporte, apoio, carinho, compreensão e amor incondicional, sem você, tenha certeza absoluta, eu jamais estaria levantando voos tão altos. Só você sabe os desafios que enfrentamos ao longo desta pandemia e últimos 3 anos, por isso, ofereço essa conquista a você, mulher guerreira, destemida e generosa. Amo você.

Agradeço ao meu irmão, Paulo Henrique, por todo o suporte, apoio, inspiração e amor incondicional. Sem você, também tenha a certeza, talvez eu não teria chegado até aqui. Saiba que você é fonte de inspiração para todos ao seu redor, ser humano incrível. Amo você.

Agradeço ao meu namorado, Rafael, por todo o carinho, apoio, compreensão, pela paciência e respeito às minhas escolhas e por me acolher em sua casa durante esse processo. Já são mais de 8 anos juntos, você sabe de todos os desafios que passei para chegar até aqui e da importância pessoal e profissional que isso representa para mim.

Agradeço ao meu orientador, professor Doutor Renato Essfelder, pelas orientações, contribuição, pela compreensão e paciência ao longo dessa caminhada, além das injeções de ânimo, ao me mostrar que é, sim, possível. Um amigo que certamente quero manter contato.

Agradeço a todos/as/es que diretamente ou indiretamente contribuíram como referência e aos que lutaram, morreram e aos muitos que ainda lutam pela nossa comunidade, às travestis, transexuais, lésbicas, gays, bissexuais, entre outras, eu dedico esse trabalho a vocês.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a mim mesmo, pois nas diversas vezes em que desanimei e pensei em desistir, tive que ser minha própria automotivação. Em meio à ansiedade, crises de insônia, cabeça preocupada, tive que resistir a tudo isso e seguir em frente, não foi fácil, mas dá um orgulho imenso. Eu levo sempre comigo o que diz o grande Gilberto Gil: “Andá com fé eu vou, que a fé não costuma faia”.

Índice

Capítulo I - Introdução	1
1.1 Contextualização.....	1
1.2 Motivação para o trabalho.....	3
1.3 O problema de pesquisa.....	4
1.4 Objetivo geral e específicos.....	5
1.5 Metodologia.....	6
1.6 Contribuições da pesquisa.....	7
1.7 Estrutura do trabalho.....	8
Capítulo II - O Movimento Social LGBTQIAP+ no Brasil, a matriz cisheteronormativa e a masculinidade como instrumento de hegemonia.....	9
2.1 Um panorama da história do movimento LGBTQIAP+ no Brasil: A luta pela visibilidade e pelos direitos.....	9
2.2 A heterossexualidade e a cisgeneridade como norma sexual e de gênero: aspectos conceituais.....	15
2.3 A construção cultural da identidade sexual e de gênero.....	20
Capítulo III - O Jornalismo na construção social da realidade e a produção de sentidos.....	24
3.1 O Jornalismo e suas narrativas: O papel da notícia na construção social da realidade.....	25
3.2 O Jornalismo na construção discursiva do sentido simbólico e hegemônico.....	30
3.3 Representações sociais no jornalismo à luz da Análise Crítica do Discurso.....	36
Capítulo IV - Percorso Metodológico.....	42
4.1 O corpus da pesquisa.....	42
4.2 O método de coleta.....	45
4.3 Enquadre Metodológico: O Modelo Tridimensional e a Representação de Atores Sociais.....	48

4.4 A definição das categorias de análise.....	53
Capítulo V - Análise dos textos do jornal Folha de S. Paulo e resultados.....	55
5.1 Apresentação e discussão dos resultados.....	134
Capítulo VI - Considerações finais.....	145
Referências Bibliográficas.....	148

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Quantidade de textos por palavras-chave em 2001

Tabela 2 - Quantidade de textos por palavras-chave em 2011

Tabela 3 - Quantidade de textos por palavras-chave em 2021

Tabela 4 - Síntese da Análise dos textos e da Representação LGBTQIAP+ - Ano 2001

Tabela 5 - Síntese da Análise dos textos e da Representação LGBTQIAP+ - Ano 2011

Tabela 6 - Síntese da Análise dos textos e da Representação LGBTQIAP+ - Ano 2021

Tabela 7 - Síntese geral dos três anos apurados no jornal Folha de S. Paulo

Índice de Quadros

Quadro 1 - Categorias analíticas do discurso, baseado em Fairclough (2001)

Quadro 2 - Categorias analíticas do discurso para aplicação no corpus

Índice de Figuras

Figura 1 - Modelo Tridimensional do Discurso

Figura 2 - Representação dos atores sociais

Figura 3 - Travesti vira evangélico e decide se tornar homem sério

Figura 4 - TJ garante metade de bens a parceiro gay

Figura 5 - Ativistas gays preparam protestos contra chacina em Limeira

Figura 6 - Bairros de São Paulo atraem vizinhança homossexual

Figura 7 - Grupo quer campanha só para homossexuais

Figura 8 - Parada gay registra recorde de público

Figura 9 - Sem-teto gays andam juntos para se proteger

Figura 10 - Travesti é perseguido e morto na Paraíba

Figura 11 - STF aprova união gay em sessão histórica

Figura 12 - Projetos pró-gay caducam e Congresso ensaiam autocrítica

Figura 13 - Bolsonaro leva panfleto antigay a escolas

Figura 14 - Evangélicos tentam no Congresso limitar direito dos gays

Figura 15 - Kit escolar é 'propaganda de opção sexual', diz Dilma

Figura 16 - Veto a kit só considera igreja, diz educador

Figura 17 - Carta da Parada Gay critica conservadores

Figura 18 - Menores de idade e gays agora poderão doar sangue

Figura 19 - Lésbicas de Cristo - Igreja evangélica fundada por mulheres homossexuais no centro de São Paulo quer acolher "escorraçados pela intolerância"

Figura 20 - 'Deus me impingiu a decidir', afirma juiz que vetou união gay

Figura 21 - Adolescente trans de 13 anos é espancada e morta no interior do Ceará

Figura 22 - Assassinatos de transexuais crescem 41%

Figura 23 - Universitários trans são mais negros, mais pobres e mais engajados

Figura 24 - Por peruca, travesti perde guarda de filho

Figura 25 - Agêneros buscam justiça para omitir sexo de documentos

Figura 26 - Suspeito de matar gays em Curitiba diz que não foi motivado por ódio

Figura 27 - Padre faz ofensas homofóbicas a repórter em missa

Figura 28 - Sob Bolsonaro, LGBTQIA+ sofrem com apagão de políticas públicas

Figura 29 - Nas periferias, LGBTQIA+ se unem para combater a fome

Figura 30 - Entenda o que é cada letra da sigla LGBTQIA+

Lista de Siglas e Abreviaturas

ABGLT	Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais Travestis e Transexuais
ACD	Análise Crítica do Discurso
ADTO	Análise do Discurso Textualmente Orientada
AIDS	Acquired Immune Deficiency Syndrome
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
APOGLBT	Associação da Parada do Orgulho GLBT
CORSA	Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor
CUT	Central única dos Trabalhadores
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
GEMAA	Grupo de Estudo Multidisciplinar da Ação Afirmativa
GLS	Gays, lésbicas e simpatizantes
GRADI	Grupo de Repressão aos Delitos de Intolerância
HSH -	Homens que fazem sexo com homens
IBTE	Instituto Brasileiro Trans de Educação
IVC	Instituto Verificador de Circulação
LGBTQIAP+	Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer, intersexo, assexual, pansexual
MEC	Ministério da Educação
MHB	Movimento Homossexual Brasileiro
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
STF	Supremo Tribunal Federal
TRAS	Teoria da Representação dos Atores Sociais

TSD Teoria Social do Discurso

UERJ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Capítulo I - Introdução

1.1 Contextualização

A notícia, assim como qualquer outro gênero jornalístico, nunca esteve isenta de ideologia. Os textos jornalísticos estão muito além da função de informar, uma vez que são capazes de desenvolver representações, identidades e estabelecer relações de poder entre os interlocutores.

Consoante Sousa (2002), a notícia corresponde a uma fração da realidade que é construída a partir de um processo de ordem individual, social, histórica e ideológica. Sendo assim, todos esses são fatores que refletem na produção das notícias, que é determinada social e culturalmente.

À vista disso, é importante salientar que o jornalismo, por ter o dever público e o compromisso ético-social, deve representar a pluralidade de existências, corpos e expressões da sociedade contemporânea. Entretanto, o campo jornalístico, muitas vezes, não considera os processos culturais que foram historicamente construídos, como é o caso das identidades de gênero e das orientações afetivo-sexuais.

Segundo Lazarin e Rodrigues (2014), a partir da década de 1990, começa a ocorrer, com mais frequência, um rompimento com os modelos heteronormativos de representação social nos meios de comunicação, em virtude de um maior protagonismo e aumento da visibilidade do movimento social LGBTQIAP+ que emergia no Brasil nessa época.

Em função do movimento social que crescia e ganhava notoriedade, nas últimas décadas, as pautas LGBTQIAP+ foram ganhando destaque em diversos setores sociais, como o cultural, o político e o econômico. Esse período ficou conhecido pela expansão do *Pink Money*, um mercado de consumo voltado para esse segmento.

A partir desse contexto, os espaços de mediação social, como os jornais impressos, por exemplo, começam a ser reivindicados pela comunidade LGBTQIAP+ que, de acordo com Carvalho (2012, p. 117- 118), demandam a “Construção de novas discursividades sobre sexo, gênero, sexualidade, homossexualidades e identidades sexuais”.

Desse modo, é necessário mencionar a importância e visibilidade que o movimento LGBTQIAP+ vem tendo enquanto ator social que, nos últimos 40 anos, tem provocado

transformações nas estruturas sociopolíticas do país. Por essa razão, o movimento passou a ter grande destaque nos fatos noticiosos pautados pelo jornalismo brasileiro, especialmente quando da realização das primeiras Paradas do Orgulho LGBT.

A partir desse cenário de visibilidade, considera-se importante e necessária a compreensão das relações e a formação de valores presentes nas tramas simbólicas construídas no jornalismo em relação à população LGBTQIAP+. Nesse sentido, como afirma João Carlos Correia (2009), há a necessidade de conhecer as maneiras de “codificação” dos grupos minoritários nos *media*, assim como investigar se essa “aparição” permite a sua “inclusão” ou “exclusão”. Dessa forma, é precioso entender como ocorre, dentro de um sistema complexo de comunicação, a construção, a formatação e o consumo social da notícia.

Assim, cabe enfatizar que os fatos-notícias que são publicados pelos veículos de comunicação no que tange às questões que envolvem sexualidade e gênero, ainda são assimilados pelo imaginário coletivo como um fenômeno natural, não como um constructo social que é moldado pelos múltiplos discursos. Nessa ótica, esses discursos são a norma que regulam os sujeitos, que instauram saberes e “verdades”, produzidos por instituições sociais que determinam modos que as pessoas devem seguir, regras e padrões, que são colocados a todos como “natural”.

Ao deixar a lógica essencialista de lado, é possível entender a notícia sob a ótica da imbricação do jornalismo com a cultura na qual está inserido. Nesse viés, faz-se necessário compreender que a sociedade ainda está centrada em um sistema cultural heterocisnormativo, isto é, um padrão normativo ocidental e hegemônico, que valoriza e legitima apenas as relações heterossexuais e a cisgeneridade, que são os gêneros que estão em consonância com o sexo biológico de nascimento.

Partindo da perspectiva de que o próprio jornalismo trata-se de um discurso socialmente construído, inscrito na história e na cultura, que é capaz de articular e transformar valores vigentes na época, analisar o papel e o modo como o jornalismo participa da produção de sentidos, na formação e/ou consolidação de valores tido como aceitos e as relações sociais de poder, é crucial para compreender como essas dinâmicas, por vezes, reproduzem as desigualdades.

Além disso, é por meio da prática jornalística para com essas questões, que se pode conceber novas visões sobre gênero e sexualidade, contribuindo para construir representações que

considerem toda a complexidade e diversidade que envolve a subjetividade humana. Nessa perspectiva, o jornalismo tem o dever e o desafio de possibilitar a produção de notícias que questionem a norma hegemônica que sustenta as relações assimétricas no que se refere às orientações sexuais e identidades dissidentes.

1.2 Motivação para o trabalho

Preliminarmente, é preciso registrar que as motivações para realizar o presente estudo são de ordem pessoal, acadêmica e social, tendo em vista que o pesquisador refletiu de que forma tal pesquisa acrescentaria à ciência, assim como os benefícios que esta traria para a comunidade LGBTQIAP+, entre outros fatores pensados.

Isto posto, pode-se dizer que o interesse por iniciar o trabalho nasceu a partir do interesse pessoal e das inquietações do próprio autor, que se entende como homossexual e se reconhece como gênero fluido, tendo peculiar interesse na temática por ter formação em jornalismo, ser produtor de conteúdo sobre o universo LGBTQIAP+ de forma independente em suas redes sociais, militante da causa, tendo sido voluntário da Casa 1 - Centro de Cultura e Acolhimento LGBTQIAP+, sobre a qual realizou um trabalho de conclusão de curso quando estava na especialização em comunicação, intitulado: *“Visibilidade e Resistência: Um estudo de recepção sobre a representação social e midiática da Casa 1 - Centro de Cultura e Acolhimento LGBTQIAP+ na comunidade do Bixiga”*.

Acredita, também, que a relevância acadêmica consiste na contribuição que o tema acrescenta para o debate científico, produzindo reflexões sobre o papel social do jornalismo no que se refere à construção e reforço das representações de pessoas LGBTQIAP+, mas não só, também os valores e crenças sociais que estão a todo momento em disputa. É importante abordar o quanto o jornalismo, por meio da linguagem e suas estratégias, influenciam na dinâmica social e como ela é constituída e se constitui a partir das “escolhas” dos jornalistas e da linha editorial do veículo, seja na definição do que pode ser considerado relevante como notícia, os vieses de representação, os enquadramentos que são dados na elaboração das notícias.

No tocante à relevância social e central do estudo, especialmente pensada para as pessoas LGBTQIAP+, compreende que as discussões sobre gênero e sexualidade que serão abordadas aqui, são de fundamental importância para a rotina dentro das redações, da produção jornalística e do campo de comunicação de um modo geral. Essa dissertação se lança com

uma mistura de desejos de contribuição, intervenção e questionamento se o jornalismo, na última década, vem atuando como reprodutor de discursos heterocisnormativos, violentos e excludentes ou como espaço pedagógico/informacional que trabalha em duas frentes: dar visibilidade a uma parcela da sociedade que está historicamente à margem de reconhecimento e direitos, bem como romper com uma visão preconceituosa, discriminatória e estigmatizante, prestando um serviço de qualidade que colabore para a reparação e diminuição das injustiças sociais.

Após pesquisas no repositório institucional da Universidade Fernando Pessoa, o autor percebeu a carência de pesquisas relacionadas a essa temática na área de Ciências da Comunicação, tanto nas dissertações de mestrado quanto nas teses de doutorado, o que também o incentivou a seguir com a proposta.

1.3 O problema de pesquisa

A ideia da construção social da realidade a partir do jornalismo continua sendo um eixo norteador de pesquisa nesse âmbito, abarcando noções de conhecimento sociocultural, de processos de cognição social na apresentação de aspectos da realidade e mesmo de constituição de um mundo partilhado a partir das notícias (Correia, 2009; Meditsch, 2005; Tuchman, 2002).

As notícias que constituem objeto do presente estudo constroem narrativas que são essenciais para não só fornecer sentidos sobre a realidade, de forma que a partir delas quem as consome possa fazer uma (re)leitura daquilo que é representado. Essas narrativas são responsáveis por inscrever interpretações sobre a realidade social, permitindo outras interpretações pelos sujeitos na sociedade. Nesse contexto, cabe citar o interessante artigo *De transmissor a narrador: desconstrução de estereótipos sobre jornalistas*, em que o autor, Renato Essenfelder (2016) traz reflexões sobre a noção míope do processo comunicacional e a ideia do jornalista como uma máquina de fazer notícias, um mero transmissor de informações.

Para exemplificar, Essenfelder ainda cita Cremilda Medina (2006), que sintetiza a concepção do jornalista como um produtor cultural simbólico de narrativas da contemporaneidade. Segundo a pesquisadora:

Uma definição simples de narrativa é aquela que a compreende como uma das respostas humanas diante do caos. Dotado de capacidade de produzir sentidos, ao narrar o mundo, o sapiens organiza o caos em um cosmos. O que se diz da realidade constitui uma outra realidade, a simbólica. Sem essa produção cultural – a narrativa – o ser humano não se expressa, não se afirma perante a desorganização e as inviabilidades da vida. Mais do que talentos de alguns, poder narrar é uma necessidade vital. (Medina, 2006, p. 67)

Nessa lógica, Medina entende que a ideia de jornalista-divulgador tem que ser substituída por uma compreensão mais profunda de comunicação, defendendo a passagem do signo da divulgação para o signo da relação, isto é, entender que a noção do jornalista como máquina, como aquele que faz, executa pautas pré-estabelecidas é um paradigma já ultrapassado, assim, o jornalista assume um papel de autor-narrador, criador de mundos.

Portanto, esta dissertação busca reunir referencial teórico e metodológico com o propósito de responder a seguinte questão-problema de investigação: Quais foram e como se construíram as narrativas/representações sociais de pessoas LGBTQIAP+ nas notícias do jornal *Folha de S. Paulo* no primeiro semestre dos anos de 2001, 2011 e 2021?

1.4 Objetivo geral e específicos

O objetivo geral cerne desta investigação é analisar quais e como são construídas as representações sociais sobre a comunidade LGBTQIAP+ engendradas pelos discursos do jornal Folha de São Paulo, compreendendo a função que a linguagem desempenha no processo de criação, difusão e mudança dessas representações.

Por conseguinte, com a finalidade de alcançar o objetivo principal, definiu-se como objetivos específicos os cinco pontos a seguir:

1. Verificar os elementos linguísticos, léxico-gramaticais e semânticos mobilizados para a construção dos sentidos que se pretendem produzir com as notícias.
2. Identificar se há uma diversidade e classificar quais os tipos de fontes foram consultadas nas notícias.
3. Entender, após as análises, se os discursos contribuíram para constituir representações com traços de estereótipos e reforço de estigma.
4. Analisar se há interdiscursividade nas notícias e a quais esferas ou instâncias sociais estão relacionadas, por exemplo: religiosa, médica, etc.

5. Identificar as formações ideológicas, morais, políticas e culturais implícitas nas notícias.

1.5 Metodologia

O discurso define-se, então, como prática de representação e significação do mundo (Fairclough, 2001, p. 91). Por isso, esta dissertação tem por ferramenta teórico-metodológica a análise discursiva do corpus (notícias), dentro da vertente da Análise Crítica do Discurso, orientando-se pelo quadro tridimensional de Fairclough e pelo inventário sócio-semântico de Theo Van Leeuwen.

Sendo os textos a superfície material do discurso, Fairclough (2001) os considera uma parte dos eventos sociais, isso significa que eles podem ser originados da estrutura e da prática social ou dos agentes envolvidos em tal prática. Dessa forma, segundo o próprio autor, as metodologias de análise devem focar na estrutura textual e nos fatores referentes à produção e interpretação de textos. Para operacionalizar o estudo dos eventos discursivos, Fairclough (2001) apresenta uma metodologia a partir das práticas de linguagem, didaticamente, divididas em três dimensões: texto, prática discursiva e prática social.

O corpus de análise, que consiste em uma seleção e organização de notícias publicadas no jornal Folha de S. Paulo, no primeiro semestre dos anos de 2001, 2011 e 2021. A coleta do material para análise foi realizada no acervo digital do jornal: acervo.folha.com.br, no sistema de busca avançada, utilizou-se palavras-chave associadas às identidades LGBTQ+, sigla mais utilizada à época pelos movimentos sociais após a deliberação da I Conferência Nacional LGBT realizada em 2008, ou seja: Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis, além dos termos variantes homossexual [que pode se referir tanto à mulher quanto ao homem que sentem atração sexual e/ou romântica por pessoas do mesmo sexo] e transgênero [termo guarda-chuva que engloba todas as expressões de gênero dissidentes]. Como parte do corpus engloba o ano 2021, optou-se por incluir na busca o termo Intersexo¹ ou Intersexual.

O processo metodológico, com mais detalhamento, será pormenorizado no capítulo IV.

¹ Uma definição objetiva de Intersexo, feita pela Intersex Human Rights, sediada na Austrália, define as pessoas Intersexo como as que têm características sexuais congênitas, não se enquadrando nas normas médicas e sociais para corpos femininos ou masculinos, e que criam riscos ou experiências de estigma, discriminação, ódio e danos. Fonte: Associação Brasileira Intersexo

1.6 Contribuições da pesquisa

A presente pesquisa, além da relevância social já mencionada nas justificativas de escolha, se propõe a contribuir em termos de aprofundar conhecimentos e em outros aspectos, sendo eles em nível teórico/conceitual, metodológico e prático.

Em nível teórico e conceitual, o trabalho possui um cariz teórico-analítico e visa contribuir nos estudos da língua e sua relação com os contextos sociais, assim bebe não apenas na fonte da ciência linguística, como também contribuições das Ciências Sociais. As categorias teóricas que serão estudadas no capítulo seguinte, servirão de base para talvez repensar as teorias a partir da linguagem no estabelecimento das representações e identidades sociais. O trabalho recorrerá a conceitos que envolvem e sustentam a discussão sobre a comunidade LGBTQIAP+, como a heterossexualidade e a cisgeneridade compulsórias, a construção cultural das identidades sexual e de gênero. Além disso, será discutida a função da notícia na construção social da realidade, com importantes teóricos como Traquina e Alsina, bem como a ideia de Gramsci sobre hegemonia cultural.

Em nível metodológico, o pesquisador se utiliza das bases da ACD - Análise Crítica do Discurso, que é uma abordagem relativamente nova nos estudos linguísticos, tendo sido formulada no início da década de 1990. Entretanto, ela nos fornece suporte teórico e metodológico suficiente para realizar a análise a que se propõe. A ideia do autor ao utilizá-la é de contribuir com a visibilidade de uma abordagem que se constitui como um recurso de intervenção científico-social na luta contra as injustiças que se materializam discursivamente. Portanto, escolher a ACD como teoria/método foi uma forma de explorar o papel do jornalismo e do discurso na (re)produção da dominação, do exercício do poder social por elites ou instituições que resulta nas desigualdades sociais, no caso a discriminação por gênero e orientação sexual.

No campo prático, essa dissertação se propõe como forma de prática de resistência e de exercício de ação de contrapoder e contra-ideologia a todo e qualquer discurso que tente oprimir, deslegitimar, violentar, silenciar a comunidade e o movimento LGBTQIAP+. Pretende-se, com essa investigação, contribuir com uma discussão que ofereça uma reflexão social sobre a representação dessa parcela da população, bem como incentivar que outros futuros estudos, entrevistas, estudos de caso sejam realizados a fim de orientar as práticas dos profissionais da comunicação, dentro e fora das redações.

1.7 Estrutura do trabalho

Relativamente à estrutura da dissertação, esta encontra-se dividida em seis capítulos. No primeiro capítulo, tem-se a introdução, no qual são apresentados os pontos principais que nortearão a realização desse projeto, como a contextualização/tema, justificativas para a escolha, o problema de pesquisa, os objetivos - geral e específicos, a metodologia e as limitações.

No segundo capítulo, tem-se a primeira parte do enquadramento teórico fruto da revisão de literatura em relação a alguns tópicos que envolvem o tema, de modo a contribuir como suporte da discussão sobre o problema e os objetivos da investigação. Assim, a primeira parte da revisão bibliográfica reúne pontos fundamentais para a pesquisa, são eles: o panorama da história do movimento LGBTQIAP+ no Brasil; a cisheteronormatividade como norma sexual e de gênero, assim como um sistema produtor de discursos e invisibilidades; e a construção histórico-cultural das identidades sexuais e de gênero marcadas por relações de hierarquização e assimetrias.

No terceiro capítulo, consiste na segunda parte do referencial teórico, no qual se discute o papel do jornalismo na construção social da realidade e na produção de sentidos; o jornalismo como espaço de hegemonia e disputa de sentido a partir das categorias de gênero e da sexualidade; os pressupostos da Análise Crítica do Discurso para o estudo das representações sociais no jornalismo.

No quarto capítulo, apresenta-se todo o processo metodológico de investigação - coleta do material, a delimitação temporal e por editoria, o critério de seleção, a categorização, a descrição das categorias, os métodos e técnicas utilizadas, além da justificativa de suas escolhas.

No quinto capítulo, apresenta-se a análise do *corpus* e são discutidos os resultados obtidos com as análises por periodização e uma geral comparativa, de modo a revelar se eles contemplam e respondem todos os objetivos indicados inicialmente. Este capítulo pode ser considerado o central da contribuição da pesquisa para a área de conhecimento.

No sexto capítulo, por fim, são apresentadas as considerações finais, nas quais será feita uma breve revisão geral do que foi discutido, mencionando se os resultados foram suficientes para os objetivos ou se ficaram lacunas que poderão ser tratadas em trabalhos futuros, além de recomendações para as próximas pesquisas na mesma linha.

Capítulo II - O Movimento Social LGBTQIAP+ no Brasil, a matriz cisheteronormativa e a masculinidade como instrumento de hegemonia

Nesta seção, buscou-se traçar um breve histórico das fases e principais momentos que configuraram o movimento LGBTQIAP+ no Brasil, de forma a contextualizar o seu surgimento e a sua importância social para a construção de um modelo de sociedade mais representativa, justa e equânime. Em seguida, abordou-se os conceitos de heteronormatividade compulsória e cisgeneridade para se referir ao sistema sociopolítico que estabelece norma e hierarquização em relação ao que foge do padrão binário de gênero e às orientações sexuais dissidentes. Por fim, discorreu-se sobre a cisheteronormatividade enquanto uma estrutura sociopolítica capaz de produzir discursos de subalternidade e opressão à diversidade sexual e gênero.

2.1 Um panorama da história do movimento LGBTQIAP+ no Brasil: A luta pela visibilidade e pelos direitos

O curso da história do movimento LGBTQIAP+ é revestido de muito sofrimento e tortura, uma vez que as pessoas homossexuais eram submetidas à patologização das suas orientações sexuais, foram por muito tempo vistas como “pederastas”, “desordenadas sexuais” e forçadas a tratamentos desumanos em manicômios e hospitais psiquiátricos.

Segundo Trevisan (2018), o Brasil colonial possuía um caráter cristocentrista, aplicava-se punições cruéis contra os tidos “desviados”. A religião e a classe social no curso histórico, foram esferas que se dedicaram a estabelecer uma “moral” de combate aos homossexuais por meio da repressão institucionalizada de mecanismos legais. Com o avanço do tempo, o sistema de controle se sofisticava e modernizava-se, direcionando o Brasil rumo ao padrão higiênico burguês do Estado.

De acordo com Prado e Machado (2008, p. 114), a história do movimento LGBTQIAP+ brasileiro divide-se em três fases diferentes: a primeira “onda” destaca-se com o Jornal Lampião da esquina e o Grupo Somos no final da década de 1970; a segunda “onda” será fortemente relacionada ao surgimento da epidemia da AIDS nos anos de 1980; e a terceira “onda” com o fortalecimento e a organização dos movimentos sociais homoafetivos a partir da década de 1990.

Segundo Ferreira e Sacramento (2019), o movimento LGBTQIAP+ no Brasil completou 40 anos de atuação no país em 2018, tendo sido marcado por vitórias que foram conquistadas após muita luta e sofrimento de vários personagens que são vistas até hoje como revolucionárias para a época.

Concomitante ao movimento feminista e o movimento negro no final da década de 1970, a revolução sexual surgiu como forma de questionar a intolerância à diversidade sexual, que começava a apresentar suas diferentes nuances nessa época. No entanto, vale recordar que entre os anos de 1964 a 1985, o Brasil passava pelo regime da Ditadura Civil-Militar, que foi um período marcado pela intensa violência, perseguição e repressão contra as pessoas que se identificavam com uma orientação sexual ou identidade de gênero fora do padrão.

Conhecida pelo lema da moral e dos bons costumes, essa política sexual contava com a atuação de um aparato repressivo do Estado, que abarcava as agências de informações, de segurança e de censura em prol de uma agenda moral comum. Por meio delas, o governo entendia a homossexualidade e outras orientações sexuais dissidentes, pornografia e erotismo como práticas que ameaçavam não apenas a ordem sexual e os valores morais, mas também a estabilidade política e a segurança nacional. Com o intuito de cercear tais práticas, as ações de repressão eram realizadas tanto com a repressão policial nas ruas quanto com o controle da produção cultural do Brasil da época. Envolviam ainda a constante vigilância ao movimento homossexual, que dava seus primeiros passos no país, e a perseguição aos seus poucos veículos de comunicação.

Logo após o fim da Ditadura Militar, o movimento gay deu início ao que hoje conhecemos como liberdade sexual, e que contribuiu para romper com muitas das limitações sexuais impostas pela sociedade. Segundo Facchini (2011), a sexualidade e o prazer feminino foram colocados em agenda de discussão. Ainda, conforme o autor, esse período é classificado como sendo a primeira onda do movimento homossexual brasileiro.

Consoante Simões e Facchini (2009), o movimento de gays e lésbicas surgiu no Brasil no final dos anos de 1970 e ganhou apoio do movimento estudantil, que começou a indagar a realidade enfrentada por eles. A luta foi engendrada também pelo surgimento do Grupo Somos de Afirmação Homossexual e do Jornal Lampião de Esquina, que representam dois marcos importantes dessa fase do movimento. Esses são grupos que surgiram como forma de

militância política e eram majoritariamente formados por pessoas que se definiam como homossexuais.

De início, eles tinham como objetivo desfazer a visão da homossexualidade como sendo um ato de imoralidade, pecado e doença, e se firmaram como ponto de referência inicial de uma mobilização que existe até os dias atuais. Carvalho e Azevêdo (2019) afirmam que o Grupo Somos foi o primeiro coletivo fundado com a finalidade de fortalecer a luta pela identidade da população oprimida e busca de seus direitos civis. Nesse contexto político-social, nasce o jornal *Lampião de Esquina*, conhecido como uma das primeiras publicações nacionais voltadas para o público homossexual, que circulou entre os anos de 1978 e 1981 e representou uma classe que não tinha voz na sociedade, tornando-se importante para a construção de uma identidade nacional pluralista.

O grupo Somos em São Paulo, primeiro coletivo homossexual com finalidades prioritariamente políticas, em 1978, em pleno período da “abertura” política, até 1983, quando se dá sua dissolução. Período marcado por grande ênfase antiautoritária e comunitarista no modo de atuação dos grupos e pela formulação das propostas do movimento em consonância com a ideia de transformar mais amplamente a sociedade, que não se restringiria somente a benefícios para os homossexuais.

A respeito desse momento, Edward MacRae (1990) identificou 22 grupos espalhados ao longo do país no começo dos anos 80, concentrados, em sua maioria, no eixo Rio de Janeiro-São Paulo. Os grupos mais influentes no período se apresentavam como grupos de afirmação homossexual ou de ação em favor dos homossexuais, em que nas passeatas era possível ouvir palavras de ordem como “o sexo anal derruba o capital”. Nesse período, foram formuladas muitas das principais demandas trazidas pelo movimento até hoje: luta contra a violência e a discriminação voltadas a homossexuais, pelo “casamento homossexual”, pelo tratamento digno na mídia, por educação sexual nas escolas e contra a patologização de homossexuais. A luta se constituía na afirmação da homossexualidade, para torná-la um assunto do qual se podia falar. Acreditava-se que isso tinha potencial de transformação da sociedade, por meio do rompimento com uma norma social centrada na heterossexualidade e na sexualidade exclusivamente reprodutiva, relacionada à opressão das mulheres, ao machismo e à sobrevivência do capitalismo.

Na segunda fase do movimento LGBTQIAP+, em 1980, Trevisan (2018), descreve em sua obra “Devassos no Paraíso”, os episódios de tentativas de "higienização" e a reconstituição dessa resistência é muito importante, pois uniu forças com outros segmentos sociais. O momento simbólico foi o 13 de junho de 1980, militantes de várias organizações se reuniram na escadaria do Teatro Municipal de São Paulo protestando contra as “operações de limpeza” comandadas pelo delegado José Wilson Richetti, essa operação consistia em prender e espancar travestis, homossexuais e prostitutas, ações que eram apoiadas pelo general Milton Tavares e o governador Paulo Maluf. A mobilização contou não apenas com grupos de homossexuais, negros e feministas, que decidiram denunciar os atos violentos, através de entrevistas coletivas, panfletagem e representação judicial.

Ainda na segunda fase, o Movimento LGBTQIAP+ sofre um enfraquecimento da militância, pois há um considerável declínio dos grupos e coletivos, contextualizado no retorno do regime democrático e no aparecimento da Aids, tratada na época como “peste gay” e alocando a comunidade LGBTQIAP+, como “grupos de risco” da doença, fato este que trouxe uma carga extra de estigmatização a essas pessoas.

O poder público e o movimento LGBTQIAP+ se uniram contra a AIDS, e a construção desta união foi decisiva para o processo de institucionalização da agenda LGBTQIAP+ nos anos 2000. Em 1980, foi fundado o Grupo Gay da Bahia, por Luiz Mott, o mais antigo grupo em funcionamento até hoje e a primeira Organização não Governamental Homossexual a ser registrada (Quinalha, 2018. p. 211), liderou a campanha de sucesso pela despatologização do “homossexualismo” em 1985, atuou na prevenção da AIDS, introduziu o termo “homofobia” e a referência feminina para travestis e transexuais, denunciou crimes trans-homofóbicos e mantém um significativo banco de dados sobre assassinatos de pessoas LGBTQIAP+ no Brasil, além das publicações de livros e produção de artigos, cartazes, estabelecendo um elo informativo e formativo entre a comunidade LGBTQIAP+ e a sociedade.

O grupo Triângulo Rosa, fundado em 1985, no Rio de Janeiro, responsável por uma luta simbólica, por confrontar valores religiosos, concepções médicas, normas jurídicas, de construção de identidade, e ainda, pela revisão das concepções sobre feminilidade e masculinidade, separando a anatomia das referências simbólicas que lhes são atribuídas. Defendeu a inclusão do termo “orientação sexual” na Constituinte de 1987, fugindo, assim, do estigma proposto pela expressão “opção sexual”.

Vale destacar a atuação de ativistas que fizeram frente na militância e na produção intelectual, como João Antônio de Sousa Mascarenhas, João Silvério Trevisan, James Green, Luiz Mott e Renan Quinalha, na qualidade de fundadores, participantes dos grupos e organizações e/ou jornais, possibilitaram a discussão sobre a opressão e repressão causada pelo cis-heteropatriarcado no espaço acadêmico, contribuindo para a (re) construção da percepção de que não se pode “descolonizar sem despatriarcalizar”. Esse processo marca o anseio pelo reconhecimento dos direitos civis das pessoas LGBTQIAP+, constituindo o vínculo dessa fase com a próxima.

Em 1990, na terceira fase do movimento LGBTQIAP+, tem-se a retomada da militância. A institucionalização do movimento gradativamente se intensifica, contextualizada no anseio pela promoção e reconhecimento dos direitos civis. É nesse momento que o capitalismo se apropria das demandas LGBTQIAP+, direcionando mercado e publicidade específicos para essa comunidade. Organizações nacionais e de base são criadas, ocorre a primeira Parada do Orgulho LGBTQIAP+ em 28 de junho de 1997, em São Paulo, com dois mil participantes. O tema dessa primeira edição da Parada, “Somos muitos, estamos em muitas profissões”, nitidamente preocupado com a visibilidade (Butterman, 2012, p. 34). É neste momento em que o movimento começa a espalhar-se para o interior do país, além de alcançar visibilidade na mídia.

O terceiro momento iria de 1992 até aproximadamente 2000. Essa fase é marcada no contexto nacional pelo aprofundamento da redemocratização do país, pela implementação de uma política de prevenção às DST/AIDS promovidas pela parceria entre Estado e sociedade civil e no incentivo às políticas de identidade como estratégia para a redução da vulnerabilidade de populações estigmatizadas e pelo desenvolvimento da segmentação de mercado e fortalecimento e diversificação de um mercado “GLS” (gays, lésbicas e simpatizantes) e da mídia segmentada (revistas e sites).

Neste contexto, há um aumento da quantidade de grupos e expansão por todo o país; diversificação de formatos das iniciativas do MHB - Movimento Homossexual Brasileiro (grupos comunitários, ONGs, setoriais de partidos, grupos religiosos); multiplicação das identidades coletivas/segmentos agrupados no interior do movimento; formulação de respostas frente à exclusão das organizações religiosas; criação de associações de grupos/organizações em nível nacional e local, como a ABGLT (Associação Brasileira de Gays, lésbicas, travestise transexuais) e o Fórum Paulista GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e

transgêneros); aumento da visibilidade do movimento na mídia e na sociedade; ampla participação em movimentos de direitos humanos e de resposta à epidemia da AIDS; vinculação a redes e associações internacionais de defesa de direitos humanos e direitos de gays e lésbicas; atuação junto a agências estatais ligadas aos temas DSTs/AIDS e Direitos Humanos; crescimento da participação do movimento em fóruns e comissões que discutem legislação ou políticas sociais; ação junto a parlamentares, especialmente com partidos de esquerda; proposição de projetos de lei nos níveis federal, estadual e municipal anti-discriminatórios; proposição de candidaturas gays; grande preocupação com a visibilidade e a organização de paradas por ocasião do dia do “Orgulho Gay” (Facchini, 2005).

O final da década de 1990 e o início dos anos 2000 evidenciam a formulação de políticas públicas específicas para a população LGBTQIAP+. A institucionalização do movimento LGBTQIAP+, portanto, é emergente e atravessa os anos 90 e meados dos anos 2000, principalmente com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, havendo uma reconfiguração e mais aproximação com o Estado, observando-se trânsito intenso e deslocamento de ativistas na estrutura do Estado como gestores de uma nova política pública LGBTQIAP+ (Feitosa, 2018).

Nesse contexto de institucionalização, as demandas do movimento passaram a ser trabalhadas pelas estruturas político-partidárias por meio da criação de setores e núcleos no interior de partidos políticos para a representação do setor LGBTQIAP+. Esse processo de abertura e inserção deu início à organização de ações parlamentares, e, mais recentemente, a proposição de leis e legislaturas que carregam explicitamente a bandeira do movimento e as suas reivindicações (Carrara, 2010; Facchini, 2009; Marques & D'Ávila, 2010).

O maior exemplo desse movimento institucional consiste na formação da Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT, de 2003, relançada como Frente Parlamentar pela Cidadania LGBTQIA+ em 2007, que possui entre os projetos de lei defendidos por parlamentares o diálogo direto com a agenda setorial do movimento (Marques & D'Ávila, 2010). Ademais, Carrara (2010) também cita que a atuação do poder judiciário em todos os entes federados foi favorável ao reconhecimento de direitos historicamente negados para os LGBTQIAP+, como no caso em que uma série de jurisprudências influenciaram o reconhecimento da união estável homoafetiva pelo Supremo Tribunal Federal em 2011 (Carrara, 2010).

A partir da década de 2010, houve um avanço na igualdade de direitos entre pessoas LGBTQIAP+ e heterossexuais, além da intensificação no combate à discriminação homofóbica e transfóbica. Entre as reivindicações quanto aos direitos LGBTQIAP+, pode-se citar o reconhecimento da união estável homoafetiva como entidade familiar e o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, a autorização da mudança do prenome e da classificação de sexo/gênero por pessoas transgêneros no registro civil sem a necessidade de qualquer exigência além da manifestação de vontade do indivíduo, e a criminalização da LGBTfobia, entre algumas outras conquistas. As decisões judiciais têm feito o reconhecimento de direitos, enquanto o poder legislativo tem feito resistência em reconhecer e validar os direitos e a existência desses sujeitos.

2.2 A heterossexualidade e a cisgeneridade como norma sexual e de gênero: aspectos conceituais

A heteronormatividade presume a cisnormatividade, na sua legitimação dos relacionamentos heterossexuais. Isso é: pressupõe também a inexistência ou a marginalização de pessoas trans – pressupõe também a possibilidade de “curar” pessoas trans, para que se reconheçam dentro da identidade que lhes foi designada pelo estado (GRIMM *cit. in* BAGAGLI, 2017, p. 159- 160).

A cisnormatividade existe antes mesmo da heteronormatividade. Esse conceito refere-se a todo o sistema de relações de poder sustentada na heterossexualidade dos corpos que pressupõe, primeiro, que esses corpos são cisgêneros. Assim, o corpo feminino sempre corresponder com um corpo portador de uma biovagina² e o corpo masculino sempre coincidirá com um corpo portador de um biopênis³ (Preciado, 2018, p. 134), e esses corpos diferentes sempre se atrairão mutuamente por ser essa a ordem naturalizada pela heteronormatividade.

Dessa forma, os discursos construídos em torno do sexo, enquanto produtos de mecanismos de produção da verdade, pretendem a regulação e o controle dos corpos e das subjetividades por meio da padronização dos modos de ser e se expressar das pessoas. De acordo com Preciado (2011), a sexopolítica

² Preciado (2018) utiliza o termo biovagina para se referir ao órgão sexual vaginal. Esses termos estão inseridos em um contexto em que existe uma construção cultural de diferenciação social (homem/mulher) apoiada na distinção anatômica (biopênis/biovagina).

³ Preciado (2018) utiliza o termo biopênis para marcar uma diferença entre o órgão anatômico e o dildo sintético/fabricado, usado como uma referência à materialidade biológica.

é uma das formas dominantes de ação biopolítica no capitalismo contemporâneo. Com ela, o sexo (os órgãos chamados “sexuais”, as práticas sexuais e também os códigos de masculinidade e de feminilidade, as identidades sexuais normais e desviantes) entra no cálculo do poder, fazendo dos discursos sobre o sexo e das tecnologias de normalização das identidades sexuais um agente de controle da vida (p.11).

À serviço de tal regulação está a heteronormatividade ao normatizar, legitimar e privilegiar a heterossexualidade como constitucional e natural aos seres humanos, respondendo com repressão e marginalização aos comportamentos e desejos que não se submetem à norma heterossexual (Cohen, 1997).

É a divisão binária do sexo (fêmea/macho) alinhada a um respectivo gênero binário (feminino/masculino) que pressupõe uma complementaridade entre os sexos, conformando a heterossexualidade compulsória, que normatiza uma ordem social e exige dos sujeitos uma adequação heterossexual obrigatória entre sexo-gênero-desejo (vagina-feminino-homem ou pênis-masculino-mulher).

Nessa prescrição social, cria-se uma norma que restringe a pluralidade de manifestações da sexualidade e do desejo e classifica como “desvios” os encadeamentos que fogem a estes dois arranjos (Butler, 2017; 2004). Na lógica heteronormativa, homens se relacionam instintivamente com mulheres enquanto gêneros opostos que se atraem reciprocamente. No entanto, essa ideia presume, antes, a cisgeneridade, uma vez que a classificação homem/mulher está socialmente condicionada à anatomia do corpo. Esta é a cisheteronormatividade, que solidifica a cisgeneridade como padrão de referência da normalidade.

O termo cisheteronormatividade abarca, assim, um conjunto de normas que inferem pessoas sempre cisgêneras e heterossexuais como sendo natural da constituição da subjetividade humana (Rosa, 2020). Compreende-se como um sistema de crenças socioculturais, a cisheteronormatividade coloca o sujeito não-cisgênero e/ou não-heterossexual em uma posição de ininteligibilidade ao se vincularem aos processos identificatórios que rompem com o padrão. Trata-se de um mecanismo que denuncia que, culturalmente, a expectativa social sobre a ligação “natural” dos elementos sexo-gênero-desejo é que corpos com vagina sejam lidos enquanto mulheres e se atraiam sexualmente por homens e estes últimos sejam identificados desta forma ao apresentar um corpo com pênis e o desejo sexual orientado para mulheres.

Uma sociedade cisheteronormativa é aquela cujo padrão de comportamento dominante tem por referência a heterossexualidade e a cisgeneridade compulsórias e todos aqueles que se opõem a esse padrão são estigmatizados e punidos. Nesse sentido, apesar dos avanços em relação ao debate de gênero e sexualidade, que visa ampliar as concepções sociais a respeito da pluralidade de identidades e orientações sexuais do ser humano, ainda vivemos em uma sociedade gendrificada composta por uma estrutura cisheteronormativa, na qual está vigente uma ordem de gênero que predetermina os caminhos sociais das pessoas à serviço do controle dos corpos e subjetividades do ser humano.

À vista disso, tanto gênero, quanto a sexualidade são dimensões da experiência humana na qual estabelecem relações de poder que, por conseguinte, implicam desigualdades, preconceitos, discriminações e violências. Da mesma forma que há normas sociais relacionadas a gênero e estas implicam desigualdades e exclusões, também há normas sociais relativas à sexualidade.

A construção das identidades sexuais tem por principal objetivo a tentativa de tornar as diferenças de sexo algo natural e determinado. Dessa maneira, quando se equaciona a natureza com a heterossexualidade, esta passa a ser institucionalizada como uma norma social, política, jurídica e econômica, seja de uma maneira explícita ou implícita. Nesse aspecto, uma vez institucionalizado, o heterossexismo passa a ser incorporado na cultura e manifesta-se nos discursos diários das pessoas (Rios, 2007).

Essa naturalização da heterossexualidade cristaliza a ideia de que qualquer comportamento sexual que desvia do padrão heterossexual acaba provocando uma problematização sobre o próprio modelo, devendo ser proibido, pois põe em risco a harmonia dos papéis sociais esperados em função de gênero e, conseqüentemente, coloca em perigo toda sociedade. Sendo assim, qualquer questionamento que coloque em dúvida o caráter universal e naturalizante da heterossexualidade será tratado como uma questão de minorias e marginalizado socialmente.

Paradoxalmente, "esses sujeitos 'marginalizados' continuam necessários, já que servem para circunscrever os contornos daqueles que são normais e que, de fato, se constituem nos sujeitos que importam" (Louro, 2004, p. 66). Em uma noção binária (homossexual *versus* heterossexual), sempre existirá e se admitirá um lado que será desvalorizado, dito como minoria, que, apesar de ser diferente ou desviante, poderá ser "tolerado" pela sociedade.

Nesse ponto, é complicado pensar em múltiplas sexualidades, pois o múltiplo é algo que foge a ela (Louro, 2004).

Na história, a forma pela qual a heteronormatividade foi inserida na cultura articulada às lógicas de poder, Foucault (1988) afirma que, no século XIX, como forte incentivo a esta regulação, existia uma prática médica conectada com saberes religiosos e que servia aos dominantes da ordem social. Restava-se nítido o repúdio ao que consideravam patológico e colocavam em risco a “pureza” moral.

Foucault (1987), em sua obra *Vigiar e Punir*, aborda exatamente essa regulação dos corpos exercida pelas classes dominantes de saber, poder e economia, propondo que um corpo que se pode manipular, modelar e treinar, também deve obedecer. Segundo o autor, a disciplina dos corpos foi possível a partir da vigilância e da punição entre os indivíduos, já que a regra é tida como um dispositivo que opera individualmente. A limitação gerada por esta regulação instaurou uma disciplinarização dos indivíduos a viverem de acordo com as normas e leis.

É interessante perceber que as dominações de poder passam por um sistema embasado na definição de que um é contrário ao outro, ou seja, uma ideia de normalidade e anormalidade, em que o masculino é tido como superior ao feminino e, o heterossexual é o normal que reprime o homossexual, sempre inserido em uma lógica dualista e de oposição.

Faz-se necessário entender que o sentido de heteronormatividade envolve uma série de incentivos às práticas e códigos heterossexuais, como, por exemplo, o casamento monogâmico, a fidelidade conjugal, a tradicional conformação familiar (pai, mãe e filhos/as). Isso tudo leva a crer que está presente o heterossexismo compulsório, sendo imperativo e não passível de questionamento que todos os indivíduos validem a legitimidade de práticas heterossexuais.

A hegemonia heteronormativa brasileira, sistema que possui supremacia no Brasil é machista, por meio da ideia de que a mulher é naturalmente inferior ao homem. O machismo é fruto sociedade anteriormente patriarcal, e que ainda hoje se faz presente. Outro problema da heteronormatividade, além do machismo, é que ela se perpetua como o pensamento hegemônico, de modo que todo pensamento novo ela o diminui e o coloca às suas margens.

Nesse modelo, as sexualidades e os gêneros marginais são vistas como alvo a serem combatidos e eliminados.

Rubin (2003), argumenta que a noção de uma sexualidade ideal perfeita caracteriza a maioria dos sistemas de pensamento sobre o sexo. Para a religião, o correto é o casamento procriativo. Para a psicologia, é a heterossexualidade madura. Butler (2003), afirma que a heterossexualidade compulsória e o falocentrismo são assimilados como regimes de poder e discurso, e reflete que a linguagem incide na construção fictícia de “sexo”, “gênero” e “desejo” .

A heterossexualidade aproxima-se, em muitos momentos, de uma prática forçada para esconder a real orientação sexual, uma vez que fugir do padrão provoca rotulação e marcadores compreendidos como desviantes das normas. A sociedade molda padrões de vida, estipula modelos que devem ser aceitos ou rejeitados na sociedade. Pelo fato da heterossexualidade ser apresentada, desde muito cedo, às pessoas enquanto única expressão natural de sexualidade, ela apresenta um aspecto coercitivo no qual as dissidências sexuais serão discriminadas. Assim, a coerção presente no fato social está associada à heterossexualidade compulsória, uma vez que as dissidências sexuais serão apagadas e deslegitimadoras no discurso social.

Por isso, deve-se compreender que o caráter de normalidade compulsória da heteronormatividade precisa ser problematizado e isso é feito dentro das perspectivas teóricas que assumem a noção de cultura, entendendo-a como um campo de lutas em torno de significações, discursivamente produzidas e aceitas. Nesse campo de disputas em torno do sentido, significados estão em constante movimento, sendo permanentemente reproduzidos, intercambiáveis entre as pessoas de uma cultura. Estes processos de significação estão implicados com a produção de sujeitos de gênero e de sexualidade de determinados tipos. E, nesta corrente teórica, gênero

remete a todas as formas de construção social, cultural e linguísticas implicadas com processos que diferenciam mulheres de homens , incluindo aqueles processos que produzem seus corpos, distinguindo-os e nomeando-os como corpos dotados de sexo, gênero e sexualidade (Meyer, 2004, p. 15)

Então, o gênero, enquanto eixo que organiza a cultura, e em articulação com sexualidade, determina o modo heteronormativo de como homens e mulheres devem se comportar, como

seus corpos podem se expressar e como as relações interpessoais podem se constituir, nesses domínios.

Na cultura das representações sociais, é preciso se questionar, como quebrar a norma que cristaliza o comportamento? Como iniciar um contra-imaginário que abre os horizontes das relações humanas, além dos papéis predeterminados, do poder sólido que investe nas polarizações de gênero, como criar o novo nas redes de sentido atravessadas de tradições, de marcas? É a partir da apropriação desses questionamentos, que vincula sexualidade, controle, poder e desigualdade social que poderemos escapar de leituras puramente superficiais sobre o assunto e abordá-lo como questão social complexa. Para tanto, precisamos reconhecer que o heterossexismo, a heteronormatividade e o escárnio às populações LGBTQIAP+, no ocidente, foram concebidas historicamente no seio das classes abastadas, a partir de interesses políticos e econômicos.

2.3 A construção cultural da identidade sexual e de gênero

O corpo é uma das camadas mais explícitas da identidade, como apresenta Weeks (1995): “o corpo é visto como a corte de julgamento final sobre o que somos ou o que podemos nos tornar [...] tudo o mais é tão incerto que precisamos do julgamento que, aparentemente, nossos corpos proporcionam” (Weeks *cit.in* Louro, 2012:14). Assim, a construção dos sujeitos é um processo diversificado, complexo e cultural, no qual o corpo se apresenta como um parâmetro visualmente identificável. A sociedade ocidental estabelece os preceitos em torno do

homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão, e essa passa a ser a referência que não precisa ser nomeada. Serão os “outros” sujeitos sociais que se tornarão “marcados”, que se definirão e serão denominados a partir dessa referência. Desta forma, a mulher é representada como “o segundo sexo”, e gays e lésbicas serão descritos como desviantes da norma heterossexual (Louro, 2012:15-16).

Os padrões sociais de gênero e sexualidade são pontos muito importantes para a formação da identidade dos indivíduos. O comportamento delicado da mulher e a firmeza masculina são apenas exemplos de condutas incentivadas socialmente, e quando aparece o homossexual ou o indivíduo que tem uma identidade de gênero diferente do biológico, contesta-se essa narrativa.

A respeito da orientação sexual, é o que Peter McLaren (1995) citado por Louro (2010) chama de apartheid sexual. Entende-se que o que realmente confronta é a manifestação

pública das orientações sexuais e/ou reconhecimento de gêneros diferentes, pois se o “outro” não souber dessa condição, o tratamento será como foi feito para os que estão dentro dos padrões já estabelecidos.

Relações entre pessoas do mesmo sexo existem desde a Antiguidade, em Roma e na Grécia. Os casos ocorriam entre um homem mais velho e um jovem passivo. Esse homem mais velho tinha relações com mulheres e o garoto não sofria nenhum julgamento se ocupasse seu lugar de ‘ativo’ na vida adulta. Há relatos de uma cultura travesti no século XVIII, em Londres, consoante Weeks (2010). Neste mesmo século, em vista da divisão sexual dos papéis sociais, os estigmas intensificaram-se.

Na década de 1930, a homossexualidade foi entendida como doença mental e existiam tratamentos para fazer a reversão desse quadro. Durante a Segunda Guerra Mundial, homossexuais eram submetidos a fortes terapias com remédio que desconfiguravam o seu corpo. Após o fim da guerra, a homossexualidade continuou sendo crime, levando à prisão e à continuação de tratamentos. Muitos homossexuais morreram mesmo depois da guerra, sobretudo na Europa. Com a liberdade gay, em 1969, nos Estados Unidos, a homossexualidade transformou-se em um discurso científico com novas explicações, o que levou aos homossexuais uma vida menos escondida perante a justiça, mas não livre dos julgamentos sociais.

A sexualidade está para além do corpo, pois está carregada de significados culturais, crenças e ideologias. Trata-se de uma questão que é natural e individual, mas permeada por fatores políticos, relações de poder e regulação social. Dessa forma, ao se reconhecer como homossexual, o indivíduo assume uma condição específica em relação aos códigos sociais.

Cada sociedade vai ter a sua forma de categorizar os ‘normais’ e os estigmatizados, de acordo com Goffman (1988). As atitudes podem perpassar pela violência, pela vitimização ou ainda pela aprovação, todavia, percebe-se que na sociedade atual, ainda são muitas as situações de violência contra quem tem diferentes orientações sexuais ou de gênero, tendo como exemplo a realidade do Brasil, que ocupa o primeiro lugar do ranking de violência contra a população LGBTQIAP+. Por isso, assumir tal identidade é ainda tão difícil e se faz tão necessário o debate incessante desse problema social.

Nesse sentido, ao perceber o caráter multicultural da nossa sociedade, torna-se crucial o estudo sobre as identidades, haja vista, durante muito tempo, elas eram entendidas a partir de

uma única e imutável perspectiva. Entretanto, ao entendê-las como uma construção cultural, assumem um caráter fluido, móvel e passível de transformação e mudanças (Andres; Romcy; Jaeger, 2012).

Assim sendo, as identidades se constituem por meio de marcas, gestos, comportamentos, preferências e gostos, que são construídos na relação com as culturas, engendradas pelas redes de poder de uma sociedade. Logo, o que envolve o conceito de identidade são atribuições dadas em determinadas culturas que podem ter características plurais, variando de acordo com sociedades e grupos distintos (Louro, 2000).

Desse modo, é essencial diferenciar que a identidade sexual se constitui em três aspectos, isto é, sexo, gênero e orientação sexual. Assim, sexo se refere às características físicas, biológicas, enquanto gênero é uma construção social, uma vez que ser homem ou mulher é algo que se difere muito conforme cada cultura. A orientação sexual faz uma relação com o direcionamento do desejo afetivo-sexual de cada indivíduo (Taquette, 2015).

Por conseguinte, é questionável o porquê das identidades serem caracterizadas através de marcas, ausências e presenças de determinado atributos físicos, como, por exemplo, ter um pênis ou uma vagina. Para Louro (2000), tais marcas passam uma falsa ideia de solidez, dado que pode se resignificar num contexto cultural e temporal, na medida em que os corpos se alteram ao longo da vida, seja por imposições sociais, exigências da moda, intervenções médicas ou, até mesmo, pelas transformações e possibilidades tecnológicas.

Louro (2000) ainda direciona para a importância de se ler as identidades sob uma ótica política, ao passo que, ao defini-las no contexto cultural, elas subsistem em meio a mudanças e embates dessa cultura, uma vez que é incontestável o processo hegemônico existente de umas em relação às outras. Essa hegemonia permite que certas identidades disponham de privilégios, legitimidade e autoridade, enquanto outras sejam interpretadas como desviantes, ilegítimas e não naturais.

Louro (2000) também aponta que o Brasil, marcado por sua cultura hegemonicamente classista e patriarcal, projeta uma identidade referência de homem branco, heterossexual, de classe média e cristão. Nesse contexto, as outras identidades são postas como marginais em relação a essa referência, sempre em uma posição de inferioridade “[...] em relação à identidade que, por se constituir na norma, no padrão e critério, goza de uma posição

não-marcada ou, em outros termos, é representada como ‘não-problemática’.” (Louro, 2000, p.68).

A noção de hegemonia nas identidades sexuais remete às relações de poder, exclusão e preconceitos que atingem as identidades não hegemônicas, colocando a análise à luz da relação entre sujeitos e culturas. Compreende-se, então, que o preconceito possui raízes nas relações de poder e permeia diversas culturas, acarretando consequências nas interações sociais, na subjetividade do sujeito, em suas vivências, na sua compreensão sobre o mundo social e sobre si mesmo, atingindo termos afetivos e cognitivos (Madureira & Branco, 2007).

À vista disso, ao se falar sobre a construção das identidades da população LGBTQIAP+, entende-se que tais identidades são atravessadas por discriminação e preconceito que produzem marcas em sua subjetividade. Tais marcas refletem que o que acontece no âmbito social afeta o sujeito, que frequentemente é atravessado por um olhar estigmatizado (Silva, 2019).

Nesse prisma, infere-se que muitas dessas pessoas fazem parte da população LGBTQIAP+, em busca de um sentimento de pertencimento e acolhimento, acabam por seguir as condutas exigidas pela cisheteronorma, dado que esses códigos se apresentam de forma hegemônica, dificultando que tais sujeitos se identifiquem e enxerguem representatividade, no que tange às identidades não-hegemônicas. Por exemplo, essas condutas tendem a manter um relacionamento cisheterossexual de fachada, ou manter padrões de comportamentos que não fujam desse padrão, para que, assim, não sejam percebidas fora dessa norma.

Os padrões estabelecidos são naturalizados e não questionados, o que torna todo aquele que está em desarmonia com esse sistema um ser com conduta antinatural e representa um risco para os demais que se enquadram nesse perfil de “normalidade”. A consequência sofrida pelo indivíduo que não se adequa a esse padrão é a marginalização e a culpabilização de suas práticas, tanto por membros da sociedade que internalizaram esses valores, como pelo Estado, que tem uma postura muitas vezes omissa para coibir que as instituições adotem uma postura de uma doutrina social.

O corpo será o símbolo externo na referência a identidade, como sendo algo fixo, evidente por si e suas “marcas” biológicas, contudo, este processo pode acabar se mostrando equivocado e contraditório. Na tentativa de “fixar” uma identidade aparentemente “natural” e duradoura da sexualidade e do gênero, um modelo inequívoco para todos os sujeitos, o

destino definitivo e compulsório, apresenta-se a heterossexualidade. Como acredita Louro, “a coerência e a continuidade suposta entre sexo-gênero-sexualidade servem para sustentar a normatização da vida dos indivíduos e das sociedades” (Louro, 2004, p. 88).

Sendo pacífico que existe uma norma que regulamenta o gênero e designa um modelo normal de família, alicerçada na reprodução sexual e na heterossexualidade, Louro considera que essa premissa tem um viés político que organiza a realidade, excluindo mulheres e homens que desestabilizam essa realidade ou dela se libertem.

Nessa discussão sobre identidade, é preciso entender a respeito da construção do que é masculino e feminino. As construções das feminilidades e das masculinidades, sempre são compreendidas a partir da designação do corpo como mulher ou como homem (desconsiderando a não-binariedade), consiste em um conjunto de atitudes, ações, comportamentos que se repetem ao longo de um determinado período histórico aceitando a orientações construídas e chanceladas culturalmente que dizem como um corpo deve comportar-se para ser considerado homem–masculino–ou mulher–feminina, perpassando pela estilização do corpo, traduzidos em gestos, movimentos e representações, muitas vezes, negando a materialização do sexo no corpo e a produção dos gêneros como viabilidade política e cultural.

Além disso, a forma com que a cultura cria a heterossexualidade como a orientação sexual mais próxima do correto coloca a homossexualidade submissa àquela, que se torna padrão para a sociedade, criando a idéia de que esta é desviante. Pressupõe uma medida a ser caminhada e entendida socialmente como correta, causando, conseqüentemente, posições hierarquicamente desiguais e uma relação baseada em assimetrias, o que torna invisível a sexualidade homossexual.

Em suma, na contemporaneidade, é imprescindível analisar o campo da sexualidade e do gênero de forma indissociável desse sistema sociopolítico e cultural que sempre esteve como elemento fundante das regras sociais que propiciam um cenário em que são incutidas no imaginário coletivo que as identidades sexuais e de gênero dissidentes devem ser alocadas à periferia de qualquer reconhecimento.

Capítulo III - O Jornalismo na construção social da realidade e a produção de sentidos

Nesta seção, abordou-se sobre a noção da construção social da realidade pelo jornalismo, com o propósito de entender o jornalismo em seu protagonismo como autor e um instrumento de mediação social que tem a força de fabricar diversas narrativas acerca dos atores sociais na contemporaneidade. Além disso, refletiu-se o jornalismo na condição de produtor de hegemonia social e disputa por sentidos simbólicos no que se refere aos discursos veiculados na imprensa. Essas constituições discursivas são capazes de emitir símbolos e signos culturais que embasam a construção das representações sociais dos sujeitos e suas práticas.

3.1 O Jornalismo e suas narrativas: O papel da notícia na construção social da realidade

O jornalismo, entendido em sua dimensão discursiva, constitui um importante campo de produção de sentidos a partir do qual também se pode construir novos enfoques sobre gênero e sexualidade sustentado no conceito de diversidade sexual. Na compreensão de que o jornalismo contribui consideravelmente para a construção da realidade e que, desse modo, está fortemente relacionado com a normatividade social vigente, isto é, tanto no partilhamento de valores quanto na reprodução destes, parte-se da hipótese de que ele concorre para reforçar os preceitos dominantes da sociedade, servindo indiretamente para a manutenção do status quo.

É fundamental registrar que não se trata de pensar o jornalismo do ponto de vista dualista, que trabalha sistematicamente nesse sentido, mas sim na perspectiva de compreender as notícias como produto do processo de imbricação do jornalismo hegemônico com a cultura na qual está inserido, o que conduz para uma visão menos reducionista e mais ampliada do jornalismo para além da centralidade das redações.

No sentido de entender a construção da notícia, pode-se recorrer às teorias construcionistas, “[...] que trazem o próprio ethos jornalístico, o lugar onde as notícias são produzidas, como um elemento fundante, e no centro desse ethos, o jornalista se destaca” (Silva, 2010, p.41). De acordo com Traquina (2001, p. 86), entendido por Veiga e Darde,

As teorias construcionistas “[...] reconhecem que as notícias são narrativas, ‘estórias’, marcadas pela cultura dos membros da tribo e pela cultura da sociedade onde estão inseridos”. Wolf (2004, p. 190) compartilha desse ponto de vista e vai além, afirmando que “[...] as notícias são aquilo que os jornalistas definem como tal” (Veiga & Darde, 2009, p. 6).

Nessa concepção, segundo Essensfelder (2017, p.188), compreende-se que os jornalistas são profissionais que narram. Essa afirmação poderia ser óbvia, caso fosse desconsiderado o ethos do campo jornalístico, que tem como parâmetros a verdade, a objetividade e a imparcialidade, características que se assemelham mais a uma máquina reprodutora de realidades do que de um intérprete dos fenômenos sociais. É interessante perceber como essa questão produz um estereótipo comum sobre os jornalistas e disseminado pelos próprios: o de que o repórter é um profissional de ação, e não de reflexão. Assim, trata-se de um (re)transmissor de discursos, e não um ator-autor na sociedade.

A esse propósito, Motta aponta que:

Os manuais de redação jornalística, assim como os livros de técnica do jornalismo, insistem que o jornalismo é o lugar da racionalidade e da objetividade, onde deve evitar-se não apenas a opinião e os pontos de vista de quem escreve, mas também toda implicatura de qualquer insinuação poética ou metafórica. (...) o objetivo central das regras de redação do texto jornalístico é intercambiar as informações com os leitores, ouvintes ou telespectadores de forma radicalmente efetiva e econômica (no sentido linguístico dos termos) (Motta, 2006, p. 25)

Não obstante o interesse dos manuais de jornalismo de remover da notícia o seu caráter narrativo, definindo-a como um relato objetivo dos acontecimentos, a dimensão narrativa ainda resiste. Afinal, redigir uma notícia é uma experiência criadora, ainda que as cartilhas técnicas por vezes tentam esvaziar essa questão. Nesse caso, é possível recuperar a natureza narrativa do jornalismo, uma vez que “o jornalista não divulga, constrói mundos. Não é uma máquina, mas um narrador: um autor das narrativas da contemporaneidade” (Essensfelder, 2016, p. 45).

Em sua essência, o jornalismo tem a função de informar os indivíduos sobre os acontecimentos do mundo. Nas sociedades modernas, que têm problemas sociais tão complexos, o jornalismo assume um papel central na mediação das pessoas com a realidade. O jornalismo muitas vezes é confundido com a própria realidade. Na verdade, ele é uma construção do real, uma fração. Por essa ótica, é interessante evidenciar que o jornalista nunca esteve em status de inércia, pelo contrário, ele não só comunica os fatos para os outros, mas é alguém que também produz e reproduz conceitos. Nessa linha, Traquina destaca que

"Os jornalistas não são simplesmente observadores passivos, mas participantes ativos no processo de construção da realidade. E as notícias não podem ser vistas como emergindo naturalmente dos acontecimentos do mundo real; as notícias acontecem na conjunção de acontecimentos e textos. Enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia também cria o acontecimento" (Traquina, 1993, p. 168).

Desse modo, na formulação da notícia, além da experiência do jornalista que observa, seleciona e descreve o acontecimento, existem os problemas organizacionais que os jornalistas lidam em sua rotina. “As decisões tomadas pelos jornalistas no processo de produção das notícias só podem ser entendidas inserindo o jornalista no seu contexto mais imediato – o da organização para o qual ele ou ela trabalham” (Traquina, 2016, p.35). A notícia, dessa forma, passa a ser entendida como uma “representação social da realidade cotidiana produzida institucionalmente, que se manifesta na construção de um mundo possível” (Alsina, 1996, p.18).

Nesse sentido, então, a compreensão que se tem da realidade é, certamente, indissociável das interpretações veiculadas pelas notícias.

Isso faz caracterizarmos a atividade jornalística como um papel socialmente legitimado para gerar construções da realidade publicamente relevantes. Portanto, podemos dizer que os jornalistas têm um papel socialmente legitimado e institucionalizado para construir a realidade social como realidade pública e socialmente relevante (Alsina, 2009, pp. 46-47).

Nesse viés, as teorias construtivistas entendem que o jornalismo transmite discursos que, como tal, estão inscritos na história, partindo de significados social e culturalmente determinados (Benetti, 2007). Dessa forma, tendo-se em vista que esses discursos são construídos por indivíduos por meio dos significados disponíveis em sua cultura, acredita-se que a subjetividade do jornalista está presente no produto jornalístico final, ademais, existem outros aspectos que irão definir o que será veiculado, quem serão as fontes consultadas, e mesmo a forma como a notícia será organizada enquanto narrativa. Nesse sentido, Traquina, na obra *Teorias do Jornalismo*:

argumenta que é impossível estabelecer uma distinção radical entre a realidade e os media noticiosos, que devem refletir essa realidade porque as notícias ajudam a construir a própria realidade. Em segundo lugar, defende a posição de que a própria linguagem não pode funcionar como transmissora direta do significado inerente aos acontecimentos, porque a linguagem neutral é impossível. Em terceiro lugar, é da opinião de que os *media* noticiosos estruturam inevitavelmente a sua representação dos acontecimentos, devido a diversos fatores [...] (Traquina, 2005, p. 168/169).

Para se refletir acerca das categorias de identidades dissidentes, parte do objeto de pesquisa, é fundamental entendermos os fatores citados acima e a relação entre discurso e realidade, ou seja, a forma com que a notícia é estruturada para narrar e descrever um fato está intimamente ligada à questão política, que está no plano central das lutas e acontecimentos. Dessa forma,

Benetti (2007, p. 111) coloca que o texto “é a parte visível ou material de um processo altamente complexo que inicia em outro lugar: na sociedade, na cultura, na ideologia, no imaginário”. Isto é, a produção das desigualdades sociais ocorre a partir do reconhecimento das diferenças, as exclusões sofridas no plano simbólico estão conectadas a discriminações experienciadas no âmbito das relações sociais.

Uma teoria muito importante para se discutir o assunto é a teoria do agendamento, que consiste na articulação entre a produção das notícias e a esfera pública e o campo político, situando o jornalismo no seio das disputas políticas, de modo a exercer uma forte influência do discurso jornalístico sobre as demandas políticas de sua audiência. Nesse ponto, as notícias teriam êxito em comunicar ao seu público no que e como pensar, dependendo do tratamento dado ao assunto. Segundo Shaw e McCombs (*cit. in* Traquina, 2005), os *media* noticiosos exercem influência sobre a opinião pública.

Além disso, as notícias correspondem aos acontecimentos sociais da realidade que os jornalistas, a partir de determinados critérios estabelecidos, reconhecem como sendo socialmente relevantes, a partir do que consideram ser o interesse de sua audiência. Esses critérios reforçam divisões ao marcar as fronteiras do novo, do interessante e do negativo, a seleção do noticiável circunscreve a norma e a violação. Van Dijk (*cit. in* Ponte, 2005, p. 214) traz que “enquanto a novidade pressupõe a existência de um conhecimento prévio, o desvio e a negatividade exigem conformidade e reconhecimento da positividade, articulando-se assim com atributos de consonância com normas e valores sociais”. Por isso, o jornalista conhece os significados circulantes na cultura; a forma como opera ao definir o “correto” e o “desviante”, tendo o poder de contestá-los ou validá-los. Assim, tem-se os valores-notícia que devem ser seguidos

Stuart Hall et. al. referem-se aos valores-notícia como um mapa cultural do mundo social. Se os jornalistas não o tiverem, não podem tornar perceptíveis às suas audiências os acontecimentos invulgares, inesperados e imprevisíveis que formam o conteúdo básico do que é noticiável. Hartley (1982) afirma que os valores-notícia não são nem naturais, nem neutrais. Segundo Hartley, “formam um código que vê o mundo de uma forma muito particular (peculiar até). Os valores-notícia são, de fato, um código ideológico” (Traquina, 2005, pp. 115-116).

O jornalismo cumpre uma função social na produção e validação de sentidos sobre as realidades que, por vezes, só serão conhecidas através da mediação desse campo, fornecendo não apenas a notícia em si, mas também interpretações para os acontecimentos. Por isso, tanto

a seleção do que será veiculado quanto o próprio enquadramento dado têm efeitos políticos e ideológicos.

Conforme John Hartley (*cit. in* Ponte, 2005, p. 154), a seleção dos conteúdos, assim como o tratamento e a notoriedade que serão atribuídos a eles, passam por questões políticas da construção da notícia. O autor postula que “o discurso das notícias desempenha um importante papel na batalha pela afirmação de um valor singular e unidimensional”, não dando espaço a figuras não hegemônicas, posicionando-os “como desviantes ou marginais [os] grupos que se situem fora do centro” (Hartley *cit. in* Ponte, 2005, p. 156).

As contribuições de Van Dijk, linguista conhecido pelas suas proposições no campo da análise do discurso, serão fundamentais para esse estudo. Segundo Van Dijk (1997a) afirma que as chances de determinado grupo ou acontecimento figurar nas notícias são menores quanto mais se aproxima do que é considerado incongruente às normas vigentes, salvo os casos em que a não adequação seja utilizada na narrativa jornalística para dar visibilidade a uma posição negativa ou inferior. Nesse ponto de vista, pode-se adicionar o que afirma Miquel Alsina “a mídia não reflete a sociedade, mas a representa. Nessa representação nem todos os agentes sociais recebem o mesmo tratamento jornalístico em quantidade nem em qualidade” (Alsina, 2009, p. 65).

Segundo Hall et. al. (1993), a predileção por fontes oficiais, quando materializada sob a forma de notícia, reforça a autoridade da fonte. Com frequência, à medida que tais fontes manifestam valores hegemônicos, as notícias deixam de conferir espaço para opiniões contrárias e para pautas de indivíduos que ocupem posições menos privilegiadas.

A abordagem jornalística dada às questões relativas às identidades sexuais e de gênero, em certa medida, será responsável pela validação dessas categorias e mesmo pelo apagamento de suas demandas que foram construídas social e historicamente. Assim, cabe dar ênfase à colaboração de Roger Fowler sobre a representação como um papel relevante, situando a linguagem jornalística como “exemplo do poder de toda a linguagem na representação de realidades” (Fowler *cit. in* Ponte, 2005, p. 222), além de uma “organização lexical por oposições, complementaridades, equivalências, processos de inclusão, um vocabulário que organiza conceitos em categorias estritamente definidas que constituem o recurso básico de apresentação de experiências” (Fowler *cit. in* Ponte, 2005, p. 224).

A esse respeito, é inegável que a linguagem utilizada nas notícias empreende uma função ideológica de naturalizar os significados, o enquadramento dado em termos narrativos e da estruturação das informações emitidas torna ainda mais redutora a complexidade da realidade. Desse modo, fica inviável pensar em uma verdade inequívoca a partir da realidade objetiva, se considerarmos as verdades provenientes dos discursos dos diferentes envolvidos em um acontecimento, o jornalista precisa selecionar uma dentre as interpretações possíveis para orientar sua narrativa dos fatos. Ainda assim, na decisão por esse enquadramento ele não é inteiramente autônomo, pois parte da forma que a realidade toma aos seus olhos (Manoff *cit. in* Traquina, 2005), expressando as suas próprias impressões e os valores sociais vigentes.

A linha teórica de Van Dijk, que se dedicou a analisar o discurso do racismo, é essencialmente pertinente a essas reflexões à medida que associa, na produção e interpretação dos textos jornalísticos, uma dimensão pessoal que abarca as experiências diretas ou oriundas do relato dos outros (memória pessoal) e uma dimensão social, que engloba os valores e significados partilhados socialmente no interior de uma cultura (memória social). Tal possibilidade de compreensão do texto jornalístico revela o papel da subjetividade do jornalista em sua produção. Conforme o autor, informações negativas a respeito de quem são os outros ajudam na definição da identidade de um grupo, através da demarcação da diferença. Dessa maneira, a tendência é caracterizar de forma favorável o grupo de pertença, destacando os seus traços positivos; por outro lado, tende-se a apresentar o grupo de não-pertença de forma desfavorável, apontando os seus traços negativos e ofuscando os positivos Van Dijk *cit. in* (Ponte, 2005, p. 113).

Distanciando-se esse modelo de que a realidade é assimilada de forma objetiva, representada pelo jornalismo de forma essencialmente técnica, deve-se ter em vista a sua essência enquanto construção social, que participa do processo de negociação das identidades e práticas de jornalistas, fontes e público. Além disso, é crucial salientar a importância da linguagem e do discurso, no que se refere a sua influência sobre o imaginário social e o conhecimento humanos.

3.2 O Jornalismo na construção discursiva do sentido simbólico e hegemônico

A hegemonia é um conceito que foi elaborado pelo filósofo Antonio Gramsci, que contribuiu para explicar as dinâmicas de consenso e dissenso que atravessam e ordenam a produção simbólica nos meios de comunicação, influenciando na constituição do imaginário

coletivo e nas disputas de sentido e de poder presentes na contemporaneidade. Na perspectiva de Gramsci, a hegemonia presume a conquista de grupos sociais pelo consenso e pelo controle cultural e político-ideológico de uma classe ou conjunto de classes sobre as outras. Além de reunir as bases econômicas, a hegemonia está relacionada com os embates de percepções, juízos de valor e princípios entre os indivíduos da prática política.

Consoante Gramsci, a hegemonia é concretizada por meio de confrontos que envolvem não apenas questões conectadas à estrutura econômica e à organização política, mas abrange ainda, no plano ético-cultural, a expressão de saberes, práticas, modos de representação e modelos de autoridade que querem legitimar-se e universalizar-se. Nesse sentido, a hegemonia não deve ser entendida nos limites de uma coerção pura e simples, pois inclui a direção cultural e o consentimento social a um universo de convicções, normas morais e regras de conduta, assim como a destruição e a superação de outras crenças e sentimentos diante da vida e do mundo (Gramsci, 2002b, p.65 *cit in* Moraes, 2010).

A partir da noção Gramsciana de hegemonia é que foi possível refletir sobre o lugar social dos meios de comunicação de massa na modernidade, que assumem uma posição privilegiada de distribuidores de conteúdo, isso, segundo (Marx e Engels, 1977, p. 67): “transportam signos; garantem a circulação veloz das informações; movem as idéias; viajam pelos cenários onde as práticas sociais se fazem; recolhem, produzem e distribuem conhecimento e ideologia”. Dessa forma, o jornalismo, aparelho de comunicação em massa que ocupa lugar central no âmbito das relações sociais, acabou se consolidando como um dos instrumentos de formulação e difusão do discurso hegemônico, sendo um dos principais espaços que reforçam a cultura dominante, seus valores e sua hierarquia.

No entanto, é importante registrar que, quando se fala que o jornal se consolidou como um dos instrumentos de disputa de hegemonia, não se trata de confirmar os meios de comunicação como únicos espaços de construção da realidade e de visões de mundo, já que as corporações midiáticas fazem parte de um sistema mais complexo, pois coexistem com a imprensa o que Gramsci denomina de aparelhos privados de hegemonia, tais como as igrejas, sindicatos, associações, movimentos sociais, partidos políticos, escola, família. Nesse aspecto, Dênis de Moraes, em seu ensaio sobre comunicação, hegemonia e contra hegemonia, cita os conceitos de Gramsci para refletir o papel ideológico da imprensa:

Criados na intensificação das reivindicações sociais, estes aparelhos congregam a imprensa, os partidos políticos, os sindicatos, as associações, os movimentos sociais,

as escolas e a Igreja. São os agentes da hegemonia, os portadores materiais das ideologias que buscam consolidar apoios na sociedade civil, seja para manter a dominação, seja para contrariar seus pressupostos. (Moraes, 2010, p.59.)

Nessas instituições em que ocorre a elaboração de diferentes visões de mundo e ideologias, elas disputam entre si uma maior influência sobre os diversos setores e grupos sociais, nesse cenário, o que interessa aqui é analisar especificamente o papel desempenhado pelo jornalismo.

Assim sendo, compreender o jornalismo pela ótica do conceito de hegemonia de Gramsci implica considerar a práxis jornalística como efeito das relações de poder e de disputa por hegemonia na sociedade. Assim, a hegemonia ocorre por meio de uma unidade teórico-prática, sedimentada por uma ideologia que seja capaz de configurar as relações produtivas e sociais em torno de certo consenso. Além disso, as forças que articulam um quadro hegemônico necessitam desse consenso materializado no discurso, tendo em vista que o jornalismo é um espaço de relevância no que se refere à capacidade de estabilizar certa visão de mundo, no sentido de conduzir a uma lógica de pensamento e ação.

Nessa perspectiva, a produção de um discurso alternativo na mídia tradicional e, em especial, no jornalismo, depara-se não apenas com a existência de uma ideologia de forma disfarçada, mas na própria essência e modo de atuação deste campo, que opera essencialmente em consenso com a sociedade e seus valores, tendo um importante papel na criação da vida contemporânea com base nos discursos que faz circular (Moita Lopes, 2006). Assim, ainda que pautar notícias e matérias sobre gênero e sexualidade, por exemplo, trazendo fontes plurais, a ordem do discurso pode continuar a ser hegemônica.

Dessa forma, pode-se dizer que o conceito gramsciano de hegemonia é essencial para se pensar o que se entende por ordem do discurso. Para tanto, a semiose, que abrange todas as formas de construção de sentido – imagens, linguagem corporal e a própria língua – é compreendida como um componente do processo social material. Isso significa afirmar que o discurso é uma parte das práticas sociais e uma forma de operar sobre o mundo e a sociedade. Nesse sentido, o discurso é socialmente constitutivo – através do discurso se constituem estruturas sociais – e constituído socialmente (Resende & Ramalho, 2004).

A semiose opera não apenas como elemento da atividade social por meio de uma prática, mas também nas representações. Segundo Norman Fairclough, os atores sociais construirão representações de formas distintas, dependendo da posição em que estão inseridos em suas

práticas. Ela, inclusive, concebe gêneros discursivos: “a semiose na representação e autorrepresentação de práticas sociais constitui discursos, que são as várias representações da vida social”, (Fairclough, 2012, p.303). É o papel da semiose que importa para analisar o jornalismo, no que concerne às representações da vida social e a sua inclinação a circular um discurso hegemônico sobre ela.

Cabe evidenciar que os discursos não são construídos e moldados apenas pela percepção dos jornalistas, mas também pelo momento social e histórico em que estão inseridos. Dessa forma, é pertinente refletir o sujeito jornalista enquanto membro de uma determinada sociedade, que assimila a realidade a partir de um complexo de formações ideológicas que estão presentes nela, mas também como produtor de discursos atravessados por consensos sociais. Fairclough (2001) pondera que o exercício discursivo recorre a convenções que naturalizam as relações de poder e as ideologias particulares:

O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder. Como implicam essas palavras, a prática política e a ideológica não são independentes uma da outra, pois a ideologia são os significados gerados em relações de poder como dimensão do exercício do poder e da luta (Fairclough, 2001, p.94)

A Análise Crítica do Discurso designa como ordem do discurso a forma de ordenação particular das relações pelas diversas maneiras de construir sentido. Assim, um dos elementos desta ordenação é a dominância: “Algumas maneiras de construir sentido são dominantes ou estão em voga para certas ordens do discurso; outras são marginais, subversivas, alternativas” (Fairclough, 2012, p. 310). Essa ordem será considerada hegemônica quando se tornar parte do senso comum legitimador que suporta as relações de dominância. Entretanto, a hegemonia será sempre contestada em menor ou maior grau, pois uma ordem do discurso não é um sistema fechado, mas sempre aberto a intervenções, encontrando, assim, as possibilidades de mudança.

Nesse contexto, ao pensar o jornalismo como fonte produtora de discursos penetrados por ideologia, poder e dominação, entende-se que os materiais jornalísticos cumprem as seguintes funções: de informar e de gerar um sistema de valores. Rebelo (2000) explana que esse sistema de valores está relacionado à posição do jornal como sujeito da enunciação, que caracteriza a narrativa produzida. Primeiro, prevalece o saber sobre “aquilo que se fala”; e, em segundo, plano do discurso, prevalece o saber sobre “de que modo se fala” e “por que é que se fala”.

A forma como as produções jornalísticas são fabricadas podem favorecer ou desfavorecer determinados grupos da sociedade. Assim, pode-se citar o poder simbólico, atrelado intimamente aos poderes políticos e econômicos, que os conglomerados de comunicação possuem no espaço social. O poder simbólico se materializa sobre os gêneros de discursos, o estilo ou a forma de apresentação de um discurso inserido em seu domínio, e exerce, ainda, na agenda de discussão pública sobre a quantidade e o tipo de informação que deve ganhar notoriedade pública e de que forma. “Eles são os fabricantes do conhecimento, dos padrões morais, das crenças, das atitudes, das normas, das ideologias e dos valores públicos. Portanto, seu poder simbólico é também uma forma de poder ideológico” (Dijk, 2008, p. 45).

O jornalismo tem um papel determinante na manutenção e/ou na mudança da ideologia. Segundo Van Dijk, “[...] é realmente crucial examinar quem, e por quais processos, controla os meios ou as instituições da (re)produção ideológica, tais como os meios de comunicação” (Dijk, 2008, p. 49). Nos meios de comunicação jornalísticos, o controle de conhecimento ocorre por meio da seleção dos assuntos e das reconstruções específicas de realidades sociais e esse processo é dirigido por sistemas de valores e ideologias profissionais sobre o que deve ou não ser notícia, e que é direcionado com o foco e o interesse de determinados grupos (Dijk, 2008).

A partir da percepção de que o jornalismo feito por empresas de prestígio nacional e internacional, como é o caso da Folha de S. Paulo, tem como papel, em geral, o reforço do discurso culturalmente hegemônico em uma sociedade, sendo este discurso moderno ou pós-moderno, em diversos autores e teorias é possível identificar uma outra relação que se dá em decorrência disso, ou seja, a questão da produção noticiosa com a opinião pública.

Segundo Josenildo Luiz Guerra, professor e pesquisador, em estudo sobre a relação entre jornalistas e o público, coloca que “O discurso do jornalismo, portanto, torna disponíveis informações de fatos sobre os quais o indivíduo, ao tornar-se ciente, atualiza suas coordenadas em relação ao mundo” (1998, p. 2). Nesse caso, é possível afirmar que o discurso noticioso renova as coordenadas dos indivíduos em relação ao mundo, isto é, concorre na construção de referências simbólicas para a interpretação da realidade pelo sujeito, assim, é compreensível a tese de que o discurso noticioso intervém na formação da opinião pública.

Desse modo, se o conjunto de notícias e informações disponibilizadas de uma determinada maneira por veículos de comunicação de grande circulação não podem pautar a maneira como as pessoas vão pensar, é admissível supor que possuam um papel importante em pautar a respeito de que as pessoas pensarão e debaterão (Wolf, 2008).

A relevância do jornalismo é expressiva em nossa sociedade. As notícias constroem realidade para o público leitor. Ribeiro e Fossá explicam que esse poder se dá por conta da linguagem jornalística: “A linguagem jornalística é a normalizadora da sociedade, é ela que ameniza o caos social, e é uma forma de instaurar uma ideologia de um grupo que se verbaliza através da mídia e torna-se a ideologia dominante, que tem o poder sobre a informação” (Ribeiro & Fossá, 2009, p. 6). Uma linguagem que excede os limites das páginas de jornais, colabora para a construção do imaginário das pessoas acerca do mundo que o cerca. Os jornalistas são, nesse sentido, formadores de opinião pública e de valores sociais.

Quando um fenômeno que é noticiável pode se tornar também a realidade construída no imaginário coletivo a respeito de diferentes aspectos sociais, pode-se dizer que os valores divulgados por essas notícias terão impacto no modo de vida do corpo social. Dessa forma, é importante, portanto, levantar questionamentos sobre qual realidade social vem sendo construída sob influência do discurso jornalístico. Posto que a informação jornalística é elaborada por profissionais jornalistas, que têm preparação específica para tal função, pode-se dizer que parte deles e do contexto em que trabalham nas editorias determinam o critério de como se opera a construção midiática da realidade.

Os fatos noticiosos que são selecionados para serem cobertos, à medida que ganham visibilidade social, são transformados em acontecimentos construídos no interior do campo jornalístico, marcado por disputas, negociações, trocas simbólicas que tornam esse processo ainda mais complexo. Cada jornal, a depender da sua organização interna, disponibilidade e orçamento para cobrir os fatos, projeto gráfico, estabelecimento de prioridades, visão de mundo dos seus agentes (não só os jornalistas, mas os diretores, gerentes, editores, revisores, diagramadores), entre outros fatores, trabalham o mesmo fato, construindo versões distintas.

Para grande parte dos autores contemporâneos, a objetividade e neutralidade, tão difundidas ao longo da história do jornalismo, são princípios nitidamente questionados, ou mesmo superados. Em razão disso, segundo Borelli (2005, p. 6), a tendência moderna insere o jornalismo como dispositivo de produção de sentidos, como estatuto de construção da

realidade, no qual é impossível não significar. Nesse processo, deve-se levar em consideração os aspectos de ordem interna (valores, cultura) e externa (condições e organização do veículo de comunicação), pois ambas complementam-se e são constitutivas dos sujeitos.

O jornalismo se firma como um dos espaços privilegiados para construção da atualidade e realidade social, dentro de um campo maior que é a mídia. Isto se efetiva porque o jornalismo é o lugar no qual se constrói e se disputa sentidos a partir do que de fato ocorreu. Entende-se que o processo de produção de sentidos é complexo, uma vez que envolve relações de diversas ordens simbólicas. Nesse prisma, a atividade jornalística se realiza numa condição em que há cruzamento de múltiplos discursos dos vários campos sociais, que incidem decisivamente nas formas em que se produz a ideologia e as tentativas de domínio cultural.

3.3 Representações sociais no jornalismo à luz da Análise Crítica do Discurso

Desde a década de 60, a análise crítica da sub-representação ou da representação deturpada de identidades sociais, seja por classe, gênero, sexualidade, raça, nos meios de comunicação de massa, se solidificou como um dos temas principais da agenda dos estudos culturais e midiáticos. Tal corrente teórica se alinha com a pauta de reivindicações dos novos movimentos sociais, reconhecidos por uma grande preocupação com a questão da identidade, isto é, o que ela significa, como é produzida e contestada.

A política de identidade se configura pela afirmação e defesa da singularidade cultural dos grupos oprimidos ou marginalizados. Ativistas negros, feministas e homossexuais ampliaram o sentido do político para além de suas fronteiras convencionais, no sentido de reforçar o fundamental papel da cultura da mídia (Kellner 2001; Gripsrud 2002) na construção, no reconhecimento e na legitimação de critérios e modelos daquilo que significa ser homem ou mulher, moral ou imoral, feio ou bonito.

A Análise Crítica do Discurso, doravante ACD, propõe uma estrutura teórico-metodológica para a investigação crítica de questões relacionadas à relação de poder e dominação no plano sociodiscursivo. Como aparato teórico para o exame das práticas discursivas, a ACD pretende explicar a relação dialética entre linguagem e sociedade, observando como o discurso pode sofrer intervenções dos fatores históricos, ideológicos e culturais. Ao analisar o discurso como prática social que reflete as relações de poder, a ACD não só denuncia as tensões e conflitos sociais e, por conseguinte, as práticas de dominação neles envolvidos, mas também

oferece projetos de mudança social, com o intento de ampliar a participação democrática e contribuir para uma emancipação social.

Pela perspectiva da análise do uso linguístico no campo da prática social, a ACD se empenha pelo estudo da mudança social, procurando “desenvolver uma descrição, explicação e interpretação dos modos como os discursos dominantes influenciam, indiretamente, o conhecimento, os saberes, as atitudes, as ideologias, socialmente partilhadas” (Pedro, 1998, p. 30), atribuindo ênfase às relações sociais de luta, tensões, disputa de poder, discriminação, identidade. Nesse ângulo, investigar a natureza crítica do discurso significa apreender os processos e estruturas sociais, além da dimensão social das esferas discursivas nas quais os agentes formulam significados e se relacionam com os textos (Wodak, 2004).

A relação assimétrica entre os meios de comunicação de massa, como o jornalismo, e a sociedade pode ser interpretada como um problema social, uma vez que essa relação desvela uma dinâmica desigual de poder entre aqueles que detêm o espaço para veicular suas ideias e, dessa forma, o poder de fala, e aqueles que apenas têm acesso a essas publicações e discursos.

Uma das finalidades da ACD é observar a função do discurso no interior de problemas sociais contextualmente situados, no sentido de verificar os efeitos ideológicos produzidos por meio dos textos nas relações sociais. Para Fairclough (2003, p. 8), textos podem conduzir a mudanças em nosso conhecimento, nossas crenças, atitudes e valores. Levando em consideração que a relação entre mídia e sociedade ocorre por meio de textos verbais e não-verbais, pode-se salientar a natureza social dessa relação e propor, por meio dessas mesmas práticas discursivas, as mudanças nas estruturas sociais. Diante disso, a ACD se apresenta bastante eficaz para realizar um estudo sobre representação de grupos minoritários e a influência do contexto histórico e social na produção do discurso, bem como nas diversas formas de reprodução de discriminação, legitimação do poder, manipulação do consentimento que incidem na produção discursiva dos muitos atores sociais, principalmente do jornalismo.

Segundo Melo:

A ACD entende o discurso tanto como reprodutor quanto transformador de realidades sociais e o sujeito da linguagem, a partir de uma perspectiva psicossocial, como não só propenso ao moldamento ideológico e linguístico, mas também agindo como transformador de suas próprias práticas discursivas, contestando e reestruturando a dominação e as formações ideológicas socialmente empreendidas em seus discursos. Para a ACD, o sujeito e o discurso se constituem num processo dialético, que ora se conforma às práticas discursivas/sociais que o compõem, ora resiste a elas, resignificando as, reconfigurando-as (Melo, 2009, p. 3).

Paralelamente às questões ligadas ao discurso, à cultura, ao contexto espaço-tempo em que uma prática social opera, é imperioso entender que a definição de representação social vem sendo construída e reconstruída na busca de acompanhar as múltiplas transformações sociais e tem ganhado destaque, em grande parte, por conta da articulação de movimentos sociais na luta pelos direitos LGBTQIAP+, os debates feministas, o movimento antirracista, as reivindicações indígenas, isso para ilustrar apenas alguns grupos considerados de minorias sociais na tentativa de garantir a visibilidade das temáticas defendidas por eles.

Entre muitas invisibilidades, a falta da comunidade LGBTQIAP+ ocupando a linha de frente de definições editoriais, reflete a falta ou a sub representação dessa parcela nas diferentes áreas do jornalismo, que tem um papel fundamental ao estabelecer modelos identitários e representativos do que é aceito ou não na sociedade. Por muitos anos, os produtos jornalísticos instituem como referência nacional elementos de uma cultura patriarcal, cisgênera, heteronormativa e conservadora, excluindo os sujeitos que não se encaixam nesses padrões estabelecidos.

O papel do jornalismo é um aspecto importante na construção das representações sociais da sociedade brasileira e a falta dessa representação pode provocar diversos problemas nas construções identitárias, visto que a busca por representação influencia nas construções simbólicas, parte importante da formação subjetiva, cultural e política do indivíduo (Cabecinhas, 2009).

Ademais, para Van Dijk (2008) os traços discursivos são responsáveis por indicar a posição ideológica de um jornal, tanto o que é publicado, como o que fica latente, pois são estes elementos que estabelecem as circunstâncias discursivas que comunicam ao leitor. A escolha das vozes que produzem o discurso (e das que são silenciadas) é substancial para provocar o sentimento de participação, tanto nos processos, como na redistribuição dos poderes estabelecidos pelos grupos de imprensa.

A estratégia de colocar outras vozes, além da fala profissional do jornalista, contempla o compartilhamento de experiências sociais diversificadas, tendo em vista que a relação entre representação e comunicação é constantemente reorganizada, sendo que não é a simples presença que garante a representação, mas como os discursos são representados e de que forma os lugares de fala são mobilizados.

Ao observar com um olhar mais crítico as matérias jornalísticas veiculadas pelos jornais do país, identifica-se que algumas vozes têm acesso privilegiado em relação a outras. O texto jornalístico, que deveria enunciar diferentes discursos sobre os fatos que ocorrem no cotidiano, cede espaço a falas enviesadas e polarizadas que favorecem a estratificação e a desigualdade social.

Nesse sentido, a análise crítica do discurso tem como objeto de estudo a reprodução discursiva de abuso de poder e a desigualdade social, entendendo o texto como unidade mínima de análise. Segundo Van Dijk (2010), a análise crítica deve considerar a relação entre estrutura social e a estrutura discursiva não é direta, é mediada pela cognição pessoal e social, por isso a importância de estabelecer relações fundamentais entre um triângulo de conceitos, a saber: o discurso, a cognição e a sociedade.

Nessa linha, então, é que o discurso jornalístico apresenta uma prática de difusão das ideologias das elites simbólicas na sociedade. Para van Dijk (2010), nos meios de comunicação jornalísticos a estratégia de controle do conhecimento efetiva-se por meio de uma restrita seleção de assuntos e, em geral, por meio de reconstruções específicas das realidades sociais e políticas. Dessa forma, os meios de comunicação representam o poder simbólico ao disseminar ideologias, tomar posições políticas e religiosas, implicar caminhos e outras diversas ações na sociedade. Poder simbólico é definido por van Dijk

(...) em termos de acesso preferencial a – ou controle sobre – o discurso público. Controle do discurso público é controle da mente do público e, portanto, indiretamente, controle do que o público quer e faz. Não há necessidade de coerção, se se pode persuadir, seduzir, doutrinar ou manipular pessoas. (Van Dijk, 2010, p. 23),

À vista disso, somente os que detêm o poder é que têm acesso privilegiado aos espaços discursivos midiáticos, ou seja, os grupos que estão à frente do poder são legitimados pelas instituições jornalísticas. Conforme declara van Dijk (2010, p. 73), “a mídia jornalística decide quais atores serão representados na arena pública, o que será dito a respeito deles e, em especial, como será dito”. Isso coaduna com o conceito de acesso teorizado pelo autor, que corresponde ao fato da imprensa controlar o acesso ao escolher o discurso de determinados indivíduos em detrimento de outros em uma notícia jornalística, por exemplo.

Teun van Dijk (1999) aponta o acesso ao discurso como uma medida de poder e a Análise Crítica do Discurso como um importante mecanismo de diagnóstico para a avaliação da dominação social e política. O autor defende o acesso das minorias aos meios de massa como

condição crucial para sua participação na definição pública de sua condição. Van Dijk indica os entraves nessa conjuntura:

- a) a ausência de jornalistas oriundos de grupos minoritários;
- b) as restrições de poder econômico e social das minorias que fazem com que elas fiquem privadas de formas comuns de acesso rotineiro aos meios de massa, tais como coletivas de imprensa, *releases* e seções de relações públicas;
- c) o acesso diferenciado das elites e das minorias à mídia que resulta em acesso diferenciado às estruturas de relatos de notícias também; e
- d) a relação entre a cobertura e os destaques que são dados a certos temas e questões, relevantes para as minorias, e o acesso limitado que essas têm em definir sua situação.

Van Dijk enfatiza a questão do acesso aos discursos produzidos é uma forma de continuar no exercício da dominação e opressão: "nas sociedades modernas, o acesso ao discurso é uma condição primária para a manutenção do consenso, e, portanto, o meio mais efetivo de exercer poder e dominação" (Van Dijk, 1999, p.102).

Outrossim, faz-se necessário compreender os recursos que são utilizados no texto jornalístico, que é resultado da escolha de táticas discursivas operacionalizadas para persuadir a opinião pública. Para van Dijk (2010, p. 14) essas estratégias podem ser:

(...) de um lado, uma entonação especial, as propriedades visuais e sonoras (cor, tipografia, configurações de imagens, música), as estruturas sintáticas (tais como ativas e passivas), a seleção lexical, a semântica de pressuposições ou as descrições de pessoas, as figuras retóricas ou as estruturas argumentativas e, de outro lado, a seleção de atos de fala específicos, os movimentos de polidez ou as estratégias conversacionais.

No processo de construção discursiva no jornalismo, a escolha lexical, o uso de figuras de linguagem, a intertextualidade, o pressuposto e o implícito somados a manobras discursivas como o apagamento de sentidos e a modalização constroem um determinado modo de representação das minorias, como no caso das pessoas dissidentes em gênero e sexualidade.

Sob essa lógica, Van Dijk (2010) argumenta que, se o objetivo geral do controle discursivo é a manipulação das representações sociais compartilhadas por grupos de pessoas, já que essas

crenças sociais controlam o que as pessoas fazem e dizem, então, deve-se lançar os olhos atentos às estratégias discursivas que certamente influenciam essas crenças socialmente compartilhadas.

Nessa perspectiva, para van Dijk (2010, p. 21), as representações sociais são os conhecimentos socioculturais, elaborados e compartilhados socialmente, que possibilitam agir, interagir e comunicar de forma significativa com outros membros da mesma cultura. O autor ainda atribui o aspecto cognitivo a essa noção de representação social, visto que, se a manipulação discursiva é capaz de controlar as representações sociais compartilhadas, logo, a manipulação se centrará na cognição social, ou seja, contribuirá na formação e ativação das crenças que se possui em relação a um determinado grupo, uma vez que “os preconceitos são representações sociais negativas estereotipadas, os argumentos em si podem ser estereotipados e convencionais” (Van Dijk, 2010, p. 143).

No entanto, a representação positiva não está somente vinculada aos textos e conteúdos que são produzidos, mas à garantia das subjetividades dos interlocutores que a produzem e a consomem, para tanto, é necessário construir um discurso que gere visibilidade, bem como aproxime as diferenças individuais, produzindo significado ao que é sentido, no qual as pessoas sintam-se identificadas na sociedade a partir de exemplos retratados no jornalismo. Dessarte, a ausência de representação ou de forma estereotipada de pessoas da comunidade LGBTQIAP+ reforça uma imagem inferiorizada desses indivíduos.

Assim, é inegável a assertiva de que o discurso colabora para a construção da realidade como a conhecemos. As estruturas sociais são construídas e, ainda, constituem novos discursos, a partir dessas dinâmicas que emergem normas, convenções ou representações sociais (Fairclough, 2005). A análise crítica do discurso busca extrair as opacidades no interior dos discursos para denunciar os métodos de dominação realizadas por uma classe dominante que, necessariamente, oprime cognitivamente um grupo que é oprimido pela reprodução das desigualdades sociais e das práticas de dominação que constituem um poder hegemônico na sociedade (Fairclough, 2003).

Por todo o exposto, a ACD se traduz em uma práxis de resistência. Ela se mostra uma relevante teoria em termos epistemológicos e metodológicos, uma vez que serve para descortinar o processo de ocultação naturalizado da representação de pessoas de gênero e sexualidade dissidentes na organização semiótica verbal de notícias de grande visibilidade

pública, além de avaliar suas causas e efeitos, observando o impacto dessa representação na rede de representações dos meios de comunicação. Dessa forma, pode-se dizer que a ACD assume um efeito denunciativo sobre as estratégias de construção discursiva comumente veladas na percepção do público leitor.

Além disso, a ACD contribui para expor e refletir sobre elementos e mecanismos não convencionais para a representação por meio da linguagem verbal, o que auxilia para a compreensão dos sentidos que estão implícitos no interior dos discursos, sobretudo para os que ocupam lugares sociais, possuem identidades e compõem grupos cujas representações são excluídas, estigmatizadas ou compostas sempre de significado pejorativo na grande imprensa.

Capítulo IV - Percorso Metodológico

Nesta seção, apresenta-se todo o processo metodológico de investigação, a apresentação do *corpus*, do recorte temporal, a editoria escolhida, como se deu a coleta do material, a categorização/codificação, a descrição, análise e interpretação dos trechos e elementos extraídos dos textos com base nas categorias previamente definidas, além da justificativa de escolha dos métodos e técnicas aqui utilizadas.

4.1 O corpus da pesquisa

Para a realização da pesquisa, definiu-se como *corpus* os textos jornalísticos, gênero informativo - notícia, publicados nos meses de janeiro a julho dos anos de 2001, 2011 e 2021 no jornal Folha de S. Paulo. O grupo Folha é um dos principais conglomerados de mídia do país, tornando-se um diário de referência no Brasil que, apesar de ter como sede a cidade de São Paulo, tem circulação nacional.

A Folha de S. Paulo é editado na cidade de São Paulo, considerado um dos jornais de maior circulação do Brasil e um dos mais influentes, segundo o Instituto Verificador de Circulação (IVC). Sua fundação começa em 1921, com a criação do jornal Folha da Noite. Em julho de 1925, foi criado o jornal Folha da Manhã, edição matutina do primeiro. Após 24 anos, é fundada a Folha da Tarde, em 1949. Em primeiro de janeiro de 1960, tem-se a fusão dos três jornais, surgindo assim o Folha de São Paulo. Segundo o IVC, estima-se que a tiragem média da Folha de S. Paulo em 2021 foi de 366.089 exemplares (digital e impresso)⁴.

⁴ Informações disponíveis em <<http://https://www1.folha.uol.com.br/institucional/circulacao.shtml>>. Acesso em maio de 2023.

Cabe registrar que a Folha de S.Paulo atinge um público amplo no país. Em relação ao perfil dos leitores, em âmbito nacional, a classe econômica que consome a edição impressa do jornal está concentrada em sua maioria nas classes B (48%) e C (32%), registrando ainda uma parcela considerável da classe A (17%)⁵. Percebe-se, assim, que as matérias da Folha são destinadas às pessoas de classe média.

Em relação a sua linha editorial e ideológica, o jornal passou por algumas transformações. Desde 1981, a Folha implementa projetos editoriais para nortear o trabalho dos profissionais da empresa. O documento original passou por reestruturações ao longo dos anos, pois buscaram adequá-lo conforme o contexto sociopolítico. Na primeira versão desse projeto, a Folha define sua linha como um jornalismo crítico, apartidário e pluralista. Contudo, recentemente, o jornal alega que suas atividades não devem se resumir a esses três princípios, uma vez que, como a imparcialidade total não passa de utopia, a mídia deve, também, defender suas próprias convicções. Nesse sentido:

É necessário que o jornal, sem discriminar opiniões diversas das que adota (e, ao contrário, estimulando polêmicas com elas), tenha as suas próprias convicções sobre os fatos e os problemas. Elas é que transformam o jornal em um ser ativo, com uma identidade visível e um certo papel a desempenhar. (Folha de S. Paulo)

Dessa forma, a Folha coloca, em seu mais recente projeto editorial, feito em 2017⁶, o pluralismo e o debate de ideias como meio de proporcionar reflexões acerca de temáticas em âmbito nacional e global. Portanto, ao apresentar opiniões diversas sobre um mesmo assunto, o veículo tem em vista contribuir para ampliar as perspectivas críticas de seus leitores. Entretanto, isso não invalida a importância de uma apuração precisa dos fatos.

Praticar o pluralismo não significa abrir mão da apuração factual, mas entender que, muitas vezes, existe uma dimensão sujeita a controvérsia, a ser contemplada em termos de dosagem, perspectiva e proporção. A diversidade se manifesta também no amplo espectro ideológico do corpo de colunistas, que abriga as correntes de opinião mais representativas da sociedade e faz da Folha um desaguadouro natural de ideias e posições em conflito. (Folha de S. Paulo)

Assim, mesmo diante do pluralismo de opiniões, o jornal ainda busca ressaltar a relevância de se defender seu próprio posicionamento: “O fato de contar com um espectro denso e variado de opiniões assinadas não exige o jornal de emitir a sua própria sobre os temas mais

⁵ Informações disponíveis em <http://www.publicidade.folha.com.br/foilha/perfil_do_leitor_nacional.shtml>. Acesso em maio de 2023

⁶ Informações disponíveis em <<http://temas.folha.uol.com.br/foilha-projeto-editorial/projeto-editorial-foilha-de-s-paulo/introducao.shtml>>. Acesso em maio de 2023.

relevantes, mas as posições que assume não tutelam a cobertura noticiosa.” (Folha de S. Paulo).

Em 2019, a Folha criou o cargo de editora de Diversidade, com o intuito de promover a diversidade nos conteúdos publicados em suas plataformas, dando visibilidade à diversidade de gênero, origem étnica, classe social, raça, cor, crença religiosa, deficiência, orientação sexual, idade e inclinação política nas produções jornalísticas⁷. O jornal ainda ressalta que a finalidade é dar atenção especial aos grupos que foram marginalizados historicamente.

A escolha da Folha de S.Paulo como objeto de investigação desta pesquisa deve-se à sua importância no cenário jornalístico brasileiro e à afirmação desses princípios editoriais, o que faz do jornal uma referência para o público e para os meios de comunicação de uma forma geral. Uma notícia ou uma reportagem publicada na Folha, ou mesmo um artigo de opinião, sempre tem impacto.

Além disso, a escolha por realizar uma pesquisa que contemplasse o jornal impresso se explica em razão da importância dele nos processos de comunicação e à sua credibilidade junto ao público e aos demais veículos. Com frequência, os jornais impressos servem de base para outros meios, como os programas de rádio ou de televisão, que se pautam pelas manchetes dos jornais impressos.

Desta forma, o jornal impresso não alcança somente seus leitores diretos, mas um público ainda maior tanto por meio de outros veículos quanto por meio do agendamento das pautas que serão discutidas na sociedade.

O jornal impresso caracteriza-se pela oferta de dados e julgamentos que ajudam o consumidor da cultura de massa a tomar decisões cotidianas. Isso significa selecionar informações ou formar opinião sobre os protagonistas dos espetáculos sociais. O jornal impresso não é um veículo restrito ao público leitor de jornais, mas devemos lembrar que esses meios funcionam como mediadores entre as elites e as camadas mais populares da sociedade, principalmente através dos líderes de opinião, que influenciam os grupos minoritários onde estão integrados (Tuzzo, 2016, p. 65).

Os jornais impressos permanecem como uma fonte de referência junto aos leitores. Em tempos de internet e mídias digitais, os jornais impressos têm mantido sua credibilidade e importância, mesmo no formato digital. Empresas jornalísticas tradicionais como Folha de S. Paulo migraram seus conteúdos para a internet e permanecem como referência neste novo

⁷ Informações disponíveis em <<http://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/manual-de-redacao-conduta/politica-de-diversidade.shtml>>. Acesso em maio de 2023.

contexto. “O jornal, dentro da complexa teia que interliga os meios de comunicação de massa é fonte de informação para a sociedade e para a própria mídia” (Tuzzo, 2016, p. 66).

Segundo Spink (2004), os jornais diários também possibilitam compreender as mudanças na produção de sentidos e as variações no uso de palavras e expressões. Isso acaba sendo bastante pertinente para o estudo em questão, especialmente no que se refere às formas de tratamento da população transgênero, à eliminação de expressões pejorativas ou patologizantes, à contribuição para uma visão não estigmatizada da diversidade sexual e de gênero.

4.2 O método de coleta

O corpus de análise é composto por uma seleção e organização de notícias publicadas no jornal Folha de S. Paulo, no primeiro semestre dos anos de 2001, 2011 e 2021.

As notícias a serem analisadas foram coletadas por meio do acervo do jornal Folha de S. Paulo, que foi totalmente digitalizado e disponibilizado aos assinantes por meio do site <http://acervo.folha.com.br>. Os textos foram coletados de acordo com o resultado no sistema de busca avançada, utilizando-se as palavras-chave associadas às identidades LGBT, sigla mais utilizada à época após a deliberação da I Conferência Nacional LGBT, realizada em 2008, são elas: Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis, além dos termos variantes homossexual [que pode se referir tanto à mulher quanto ao homem que sentem atração sexual e/ou romântica por pessoas do mesmo sexo] e transgênero [termo guarda-chuva que engloba todas as expressões de gênero dissidentes]. Como parte do corpus engloba os anos de 2011 e 2021, e mais recentemente, ativistas intersexo vêm reivindicando sua inclusão na sigla, sendo utilizado por parte do movimento social a sigla LGBTI+, optou-se também por incluir na busca o termo Intersexo e Intersexual.

Delimitou-se como filtro de busca apenas os textos que foram publicados no caderno *Cotidiano*, tendo em vista que é nessa editoria que está presente em maior quantidade e evidência os assuntos relacionados à comunidade LGBTQIAP+, temas ligados à cobertura da Parada Orgulho LGBTQIAP+, notícias sobre violência e morte de pessoas da comunidade, notícias sobre os direitos e o movimento social, a citar como exemplo a notícia intitulada *STF aprova união gay em sessão histórica* ou mesmo a notícia que informa que o Ministério da Saúde decretou uma portaria que autoriza gays a poderem doar sangue, publicadas em maio e junho de 2011, respectivamente. A escolha deste caderno se deu porque é um espaço de

grande notoriedade dos fatos jornalísticos e editoria na qual os acontecimentos ganham tratamento de bem público.

No que se refere ao recorte temporal do *corpus*, o autor decidiu por escolher três períodos (o primeiro semestre – janeiro a junho – dos anos 2001, 2011 e 2021) com o intervalo de duas décadas entre eles para compreender como as representações sociais das pessoas dissidentes em gênero e sexualidade foram construídas nesses diferentes momentos e se estas mantiveram ou foram transformadas ao longo desses 20 anos. Nesse sentido, esse recorte em três anos pode ser interessante no sentido de fazer uma análise comparativa e verificar se, nesse interstício de tempo, houve avanços na abordagem jornalística sobre a diversidade sexual e de gênero.

Além do critério do intervalo, selecionou-se esses três períodos pelos seguintes motivos:

2001- início do século, contexto em que as políticas públicas direcionadas para a população LGBT+ ainda estavam começando. Além disso, é o ano em que a Parada do Orgulho LGBT+, maior evento mundial na temática, começa a bater recordes de público, tornando-se assunto nas notícias.

2011- esse período contempla um fato histórico na luta por direitos da população LGBTQIAP+ no Brasil: a aprovação da união estável gay por parte do Supremo Tribunal Federal, reconhecendo a união homoafetiva como família.

2021- um ano crítico, mesmo em um cenário de pandemia, o índice de assassinatos de pessoas LGBTQIAP+ subiu 33,3% em relação a 2020, registrando pelo menos 316 mortes violentas, segundo dados do Dossiê de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil, produzido pelo Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+.

Após a busca, encontrou-se a seguinte quantidade de textos que fazem referência à população LGBT, divididos nos três períodos acima citados:

Palavra-chave	Nº total de textos	Caderno Cotidiano
Lésbica	154	16
Gay	414	21
Homossexual	219	19
Bissexual	52	9
Travesti	150	9
Transsexual	43	2

Transgênero	9	1
Total	1041	77

Tabela 1: quantidade de textos por palavras-chave em 2001

Palavra-chave	Nº total de textos	Caderno Cotidiano
Lésbica	31	13
Gay	506	91
Homossexual	187	48
Bissexual	18	9
Travesti	161	78
Transsexual	65	19
Transgênero	4	1
Total	972	259

Tabela 2: quantidade de textos por palavras-chave em 2011

Palavra-chave	Nº total de textos	Caderno Cotidiano
Lésbica	71	30
Gay	210	76
Homossexual	103	30
Bissexual	43	17
Travesti	45	19
Transexual	87	37
Transgênero	58	22
Intersexo	6	3
Intersexual	14	6
Total	637	240

Tabela 3: Quantidade de textos por palavras-chave em 2021

Após os 576 registros encontrados no caderno mencionado somando-se os três anos, a próxima etapa foi salvar esses arquivos na nuvem e realizar a leitura cuidadosa de todos os materiais, a fim de fazer um filtro e uma seleção com base nos seguintes critérios:

- a) Muitos registros eram repetidos, em razão da existência de duas ou mais palavras-chave em um mesmo texto.
- b) Como o intuito era restringir o corpus apenas à cobertura noticiosa sobre a população LGBTQIAP+, foram eliminados todos os textos que não se enquadravam no gênero informativo, como os textos de opinião, carta ao leitor, colunistas e crítica.
- c) Eliminou-se todos os textos que não faziam menção direta à população LGBTQIAP+, nos quais apareciam apenas o termo-chave pontualmente, como sobrenome de uma pessoa, ou mesmo em referência a outros contextos.

- d) Foram descartados os textos referentes a acontecimentos em outros países que não tiveram uma relação direta com os brasileiros ou o Brasil.

Na sequência da leitura e da exclusão dos textos que não interessavam segundo os parâmetros acima, restaram 58 notícias e, desse universo, analisou-se 50%, pelo critério da aleatoriedade. Assim, realizadas essas etapas de refinamento, chegou-se ao corpus definitivo de 28 notícias a serem analisadas, sendo 6 referentes ao período de 2001, 12 referentes ao período de 2011 e 10 referentes ao período de 2021. A pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade, segundo Minayo (1992), a amostragem representativa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões.

4.3 Enquadre Metodológico: O Modelo Tridimensional e a Representação de Atores Sociais

Para operacionalizar a análise foram utilizados como ferramenta o modelo tridimensional de Fairclough (2001) e o sistema sócio semântico de Representação de Atores Sociais, desenvolvido pelo linguista Theo Van Leeuwen. Partindo da abordagem Dialético-Relacional (DR) de Norman Fairclough, o autor propôs uma abordagem de análise designada de Modelo Tridimensional, utilizado para se fazer análise de discurso textualmente orientada (ADTO). Este modelo está fundamentado na Teoria Social do Discurso (TSD) de Fairclough (1992), consagrada a teoria de base para a ACD.

A Teoria Social do Discurso de Fairclough (1992), doravante TSD, traz uma concepção tridimensional de análise do discurso. Nesse modelo, o discurso configura-se em três dimensões: discurso na materialidade textual, discurso enquanto prática discursiva e discurso enquanto prática social. Para o autor, esta concepção é essencial na análise descritiva e interpretativa do discurso, pois toda produção linguística (texto) envolve práticas discursivas e práticas sociais.

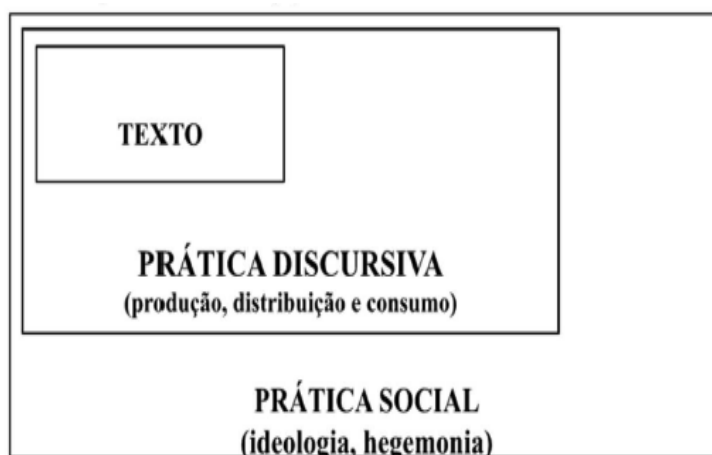
Fairclough (2001, p. 90) entende que o discurso deve ser compreendido como prática social, por meio de uma visão tridimensional. Isso coloca o discurso como um modo de ação e representação, resultando em uma relação dialética entre discurso, e estrutura social, de maneira que “o discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem” (Fairclough, 2001, p. 91).

O autor propõe que o discurso engendra identidades sociais e posições de sujeito; relações sociais entre pessoas; e sistemas de conhecimentos e crenças. Tendo em vista tais efeitos constitutivos do discurso, e compreendendo os textos como multifuncionais, Fairclough (2001) afirma que a linguagem apresenta três funções: 1. Identitária: modos pelos quais as identidades estão estabelecidas nos discursos; 2. Relacional: como as relações sociais são representadas e negociadas; e 3. Ideacional: como os textos significam seus processos, entidades e relações.

Apoiado na funcionalidade do discurso, Fairclough (2001, p. 89) argumenta que ele se constitui na tridimensionalidade: prática social, prática discursiva e texto. A prática social é a dimensão dos eventos que se conecta às relações de poder, ideologia, hegemonia, num sentido mais amplo, e possui as seguintes orientações: econômica, política, cultural ou ideológica. As práticas discursivas, que mediam as relações entre práticas sociais e eventos discursivos, envolvem processos de produção, distribuição e consumo.

O texto é o evento social concreto, material, em seu sentido amplo, é o elemento semiótico em que o discurso se materializa de forma escrita. Partindo dessa concepção tridimensional, Fairclough idealiza um método de análise com a finalidade de indicar os caminhos para uma análise discursiva crítica, no qual o texto figura como parte do problema social. Essa proposta está representada na figura abaixo:

Figura 1 - Modelo Tridimensional do Discurso



Fonte: Fairclough, 2016, p.105.

A separação dessas três dimensões é apenas esquemática, serve para organizar as categorias para cada uma das dimensões da análise, como se vê no quadro a seguir:

Quadro 1 - Categorias analíticas do discurso, baseado em Fairclough (2001)

CATEGORIAS ANALÍTICAS DO DISCURSO SEGUNDO FAIRCLOUGH (2001)		
Texto	Prática Discursiva	Prática Social
Vocabulário	Produção Distribuição	Ideologia (sentidos, pressuposições, metáforas)
Gramática	Consumo Contexto	Hegemonia (Orientações econômicas, políticas, socioculturais, ideológicas)
Coesão	Força Coerência	
Estrutura Textual	Intertextualidade	

Fonte: Adaptado de Ramalho & Resende (2006)

Segundo Fairclough, para a análise textual é necessária a descrição das relações internas do texto, observando termos gramaticais, semânticos e estruturais. Pode ser dividida em quatro categorias: vocabulário; gramática; coesão; e estrutura textual, compreendendo a forma e seus significados.

A análise da prática discursiva considera a tradição microssociológica, ou seja, com ênfase na interpretação dos processos de produção, circulação e consumo de textos. Segundo Fairclough (2001, p. 106-107), “a natureza desses processos varia entre diferentes tipos de discurso de acordo com fatores sociais”. São dimensões de análise da prática discursiva: coerência, força ilocucionária e intertextualidade dos enunciados.

A análise da prática social está relacionada à tradição macrossociológica, isto é, está interessada nas estruturas sociais, a relação entre o discurso e as práticas sociais mais amplas que são, de certa forma, naturalizadas pelas instituições de poder. A análise dos aspectos sociais dos textos deve ter em vista que “a prática social pode ter várias orientações (ideológicas e hegemônicas) e o discurso pode estar implicado em todas elas” (Fairclough, 2001, p. 94). Em razão da relação dialética entre discurso e aspecto social, a TSD não impõe que a análise seja feita de modo estanque, ou que cada tipo de análise seja fechada em si mesmo, as três dimensões podem estar dispersas na análise. Essa separação ocorre somente para fins de estruturação metodológica.

Nesse sentido, uma proposta que é muito útil e dialoga com o modelo de ACD de Fairclough é a “Representação de atores sociais” do linguista Theo Van Leeuwen. Van Leeuwen (1997) em sua Teoria da Representação dos Atores Sociais (TRAS) esquematiza um inventário sóciosemântico dos modos pelos quais as pessoas (atores sociais) podem ser representadas no

discurso e fornece um conjunto de subcategorias importantes para examinar como indivíduos e grupos são representados nos textos.

Os textos são produzidos dentro de um sistema de contexto e cultura definidos e variam de acordo com o objetivo do interlocutor ou escritor. As escolhas linguísticas produzem representações sociais. Van Leeuwen (1997) utiliza a expressão “atores sociais” para representar as pessoas dentro de um discurso. O autor investiga as diferentes formas com que os atores sociais podem ser representados em um texto.

Van Leeuwen (1997) classifica a representação dos atores sociais como um compilado de elementos linguísticos que se articulam, estabelecendo a função de incluir ou excluir indivíduos e grupos. As formas de representação podem estar relacionadas às escolhas linguísticas que os usuários fazem para representar suas experiências no mundo. Desse modo, o semioticista aponta duas categorias essenciais para essa representação, as quais são chamadas de Exclusão e Inclusão.

A representação por Exclusão acontece quando há a supressão ou apagamento do ator social. A supressão ocorre quando não há referência aos atores sociais em questão ao longo do texto. O encobrimento, por sua vez, ocorre quando o participante é posto em segundo plano. Nesse caso, a exclusão não é total, pois os atores sociais excluídos podem não ser mencionados em relação a uma determinada atividade, mas são mencionados em outras partes do texto, podendo ser recuperados. Essa forma de representação é construída por elipses ocorridas em orações infinitivas e coordenadas. Segundo Van Leeuwen (1997), é possível excluir atores sociais com a utilização de alguns recursos léxico-gramaticais, como: nominalização, adjetivação, elipse, apagamento do agente da passiva e do beneficiário.

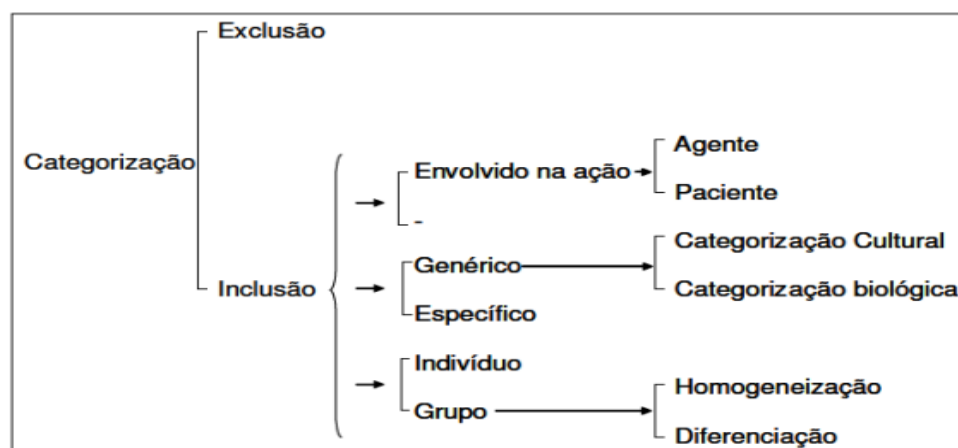
No caso da representação por inclusão, indivíduos e grupos estão linguisticamente presentes no texto. O sistema de inclusão é mais complexo, uma vez que existem inúmeros processos pelos quais os atores sociais podem ser representados no texto, um deles é por meio da categorização em que os atores sociais são representados em termos de identidades e funções que compartilham com os outros. Em termos de identidade, a identificação ocorre quando os atores sociais são referidos “em termos daquilo que, mais ou menos permanente, ou inevitavelmente, são” (Van Leeuwen, 1997, p. 202).

O processo de inclusão pode ocorrer por meio de três subcategorias: envolvidos como pacientes ou agentes em ações, muitas vezes, avaliadas como de baixa estima ou desvios ou,

ainda, como subservientes, criminosas ou ruins. Podem ser incluídos de modo específico ou genérico, muitas vezes, por categorização cultural com conotação negativa, ou por categorização biológica que implica o uso de estereótipos étnicos. Por fim, podem ser incluídos como indivíduo ou como grupo, no segundo caso, por diferenciação ou homogeneização, o que pode resultar em negação às pessoas de suas características e diferenças individuais e consequente atribuição a elas de uma única identidade (Magalhães, 2004).

Assim, o processo de representação dos atores sociais envolve algumas categorias, conforme pode ser visto na seguinte figura:

Figura 2 - Representação dos atores sociais



Fonte: Van Leeuwen (1997, p. 219)

Para Van Leeuwen (1997), esses diferentes mecanismos de representação são recursos linguísticos que servem como práticas de inclusão e exclusão na vida social, pois têm efeitos na vida das pessoas. Um exemplo disso são as variações terminológicas relacionadas às pessoas LGBTQIAP+, assim, por um lado, encontra-se um conjunto de termos historicamente utilizados para caracterizar essas pessoas na figura do “pecado, crime, doença” com diferentes implicações na vida social, tais como marginalização, negação de direitos, etc. Por outro lado, encontra-se um conjunto de termos que subverteram essa lógica, expressando a dignidade e legitimidade das pessoas LGBTQIAP+, também com diferentes implicações na vida social, tais como visibilidade, representatividade, conquista de direitos.

O cruzamento da vertente de Van Leeuwen a respeito da representação dos atores sociais no discurso com a teoria de Fairclough ocorre na terceira dimensão da concepção tridimensional

– a prática social. Será, assim, a partir dos efeitos ideológicos e políticos do discurso expressos linguisticamente na materialidade discursiva que é possível entender a escolha da representação dos atores sociais na prática discursiva e as suas implicações. Nesse sentido, é possível associar as duas abordagens que, a despeito de suas diferenças, podem se complementar em termos metodológicos.

4.4 A definição das categorias de análise

Em primeiro lugar, escolher a ACD como um instrumental teórico-metodológico implica em se filiar a uma perspectiva de estudo da linguagem que se compromete com a compreensão de questões sociais que perpassam a produção da linguagem, revelando mecanismos implícitos e explícitos de opressão que subjazem no texto. É importante salientar que o modelo tridimensional foi escolhido como método de análise pela variabilidade de categorias analíticas que podem ser aplicadas na análise crítica do discurso e pela liberdade que proporciona ao analista para adaptá-lo ao objeto de pesquisa.

Segundo Fairclough (2016), não há procedimento fixo para se fazer análise de discurso, pois a análise e a escolha de categorias poderá ser realizada de diferentes maneiras, de acordo com a natureza e as especificidades da pesquisa, do texto, bem como do posicionamento crítico do pesquisador. Com base nisso, o autor desta pesquisa elaborou a síntese/esquema do modelo tridimensional aplicado para o exame das notícias, cujas categorias analíticas foram adaptadas visando atender aos objetivos desta dissertação, conforme segue:

Quadro 2 - Categorias analíticas do discurso para aplicação no corpus

Texto	Prática Discursiva	Prática Social
<ul style="list-style-type: none">● Elementos textuais: Sintáticos Semânticos Semióticos	<ul style="list-style-type: none">● Representação dos atores sociais● Interdiscursividade	<ul style="list-style-type: none">● Fontes consultadas● Ideologia e Hegemonia

Fonte: elaborado e adaptado pelo autor com base em Fairclough (2016)

Cada uma das categorias encontram-se devidamente explicadas a seguir:

Texto

Elementos linguísticos: Esta categoria busca analisar as escolhas sintáticas, semânticas e semióticas, ou seja, as seleções de vocabulário, lexicais, gramaticais, coesão e da estrutura textual manejadas para produzir sentidos representacionais e identitários. Para essa análise, utilizou-se como suporte a linguística sistêmico-funcional de Halliday.

Prática Discursiva

Interdiscursividade: A interdiscursividade é uma categoria que se refere aos diversos discursos presentes em um texto. Nas palavras de Ramalho e Resende (2011, p. 142) “a interdiscursividade é, em princípio, uma categoria representacional, ligada a maneiras particulares de representar aspectos do mundo”. Essa categoria é interessante para compreender a relação dialógica com outros discursos sobre as pessoas LGBTQIAP+ a qual o texto sob análise remete.

Representação dos atores sociais: esta categoria busca entender como os atores sociais LGBTQIAP+ são representados de acordo com práticas sociais, é importante compreendermos que esta representação decorre através de implicações ideológicas. Como nos diz Ramalho e Resende “[...] atores sociais podem ser envolvidos nas práticas de diferentes maneiras. Por exemplo, atores podem ser excluídos de textos; podem ser incluídos, mas ter sua agência ofuscada, ou enfatizada; podem ser representados por meio de julgamentos acerca do que são ou do que fazem e assim por diante” (Ramalho & Resende, 2011, p. 149). Esta categoria está nessa dimensão porque o discurso é um produto que imprime ideologia ao texto. Como produto de consumo, o discurso da mídia é em si um signo ideológico dialeticamente constituído e que possui valor semiótico.

Práticas Sociais

Fontes consultadas: Esta categoria está inserida na dimensão da prática social porque está pautada por um contexto de ordem social, faz pensar sobre quem é integrado e quem é excluído do discurso hegemônico. O intuito aqui é verificar quem são as fontes? Há uma diversidade? As fontes pertencem a quais contextos, funções ou instituições? Quais fontes são apagadas? Os atores sociais LGBTQIAP+ são fontes?

Ideologia e Hegemonia: Nesta categoria, analisa-se os aspectos do texto que podem ser investidos ideologicamente, como os sentidos das palavras, as pressuposições, as metáforas, o

estilo. A partir disso, são analisadas as orientações hegemônicas de prática social, de ordem econômica, política e sociocultural.

Capítulo V - Análise dos textos do jornal Folha de S. Paulo e resultados

Sob orientação do quadro acima, foi feita a interpretação e a análise das construções discursivas nas notícias com base nas três esferas inter-relacionadas: texto, práticas discursivas e práticas sociais.

Figura 3 - Travesti vira evangélico e decide se tornar homem sério



cotidiano

AA Maior | Menor ✉ Enviar por e-mail 🗨 Comunicar erros 🖨 Link

02/02/2001 - 20h48

Travesti vira evangélico e decide se tornar "homem sério"

da **France Presse** P

Paulo Trindade Roberto Júnior, 34, tomou uma decisão que não convence seus vizinhos: deixou de ser homossexual e travesti para virar "homem sério", informou hoje a imprensa de Brasília (DF).

Fonte: Acervo Digital da *Folha de S. Paulo* - notícia publicada em 02 de fevereiro de 2001

A notícia aborda a jornada de Paulo Trindade Roberto Júnior ao declarar que deixou de ser homossexual e travesti na tentativa de se converter ao evangelismo em busca de uma “transformação pessoal e espiritual”, destacando a reação e opinião dos vizinhos sobre sua mudança de identidade de gênero e orientação sexual.

De início, identifica-se o sensacionalismo e a estigmatização, uma vez que o título sensacionaliza a história ao enfatizar a mudança de identidade de gênero de "travesti" para "homem sério". Ao usar a expressão "homem sério", o título pode sugerir que a identidade anterior do indivíduo era menos séria ou menos legítima. Isso pode reforçar estereótipos negativos em relação a pessoas transgêneros, alimentando preconceitos e discriminando suas experiências de vida.

A escolha lexical pode refletir atitudes e visões sociais sobre a identidade de gênero e a mudança de orientação sexual. Algumas palavras e expressões podem revelar preconceitos, estereótipos ou julgamentos sobre a travesti e sua decisão de se tornar "homem sério". Além

disso, a linguagem pode refletir crenças culturais sobre a identidade de gênero, a religião e o papel das mulheres na sociedade. Por exemplo, "homossexual e travesti", nessa frase, o uso das palavras "homossexual" e "travesti" pode sugerir que as duas identidades são mutuamente exclusivas ou associadas a estereótipos específicos.

Na expressão "deixou de ser homossexual e travesti para virar 'homem sério'": O termo "homem sério" pode carregar uma conotação valorativa positiva, implicando que a identidade de gênero anterior era menos "séria" ou menos respeitável. Na frase "Paulinha, travesti bastante conhecida no bairro": O uso de "bastante conhecida" pode destacar a notoriedade de Paulinha como travesti, potencialmente associando ela a outros estereótipos culturais sobre travestis.

No trecho "Como mulher, Paulinha era bonita, educada, tranquila, não vivia dando escândalo por aí", O trecho reproduz estereótipos de gênero, ao associar características positivas e desejáveis, como "bonita, educada e tranquila," a ser mulher, especificamente no caso de "Paulinha". Ademais, essa forma de representação pode reforçar uma estereotipagem negativa, sugerindo que travestis geralmente são pessoas que causam problemas ou são escandalosas. Essa generalização prejudica a representação justa e precisa das identidades de gênero, perpetuando estereótipos prejudiciais e desqualificando a experiência de vida de pessoas trans e travestis

Em termos gramaticais, as escolhas gramaticais também podem revelar a perspectiva do autor e influenciar a interpretação do leitor sobre a narrativa, como nos seguintes exemplos: "informou hoje a imprensa de Brasília (DF)": A voz passiva pode ocultar o autor da informação, o que pode reduzir a responsabilidade sobre a notícia ou a fonte da informação. No trecho "Ana Figueiredo, 60, está convencida de que mais cedo ou mais tarde Júnior voltará a ser 'Paulinha'", o uso da expressão "mais cedo ou mais tarde" pode sugerir uma crença implícita de que a mudança de identidade de gênero é temporária ou insustentável.

A análise linguística mostra que a representação da travesti e a decisão de mudar de identidade de gênero são permeadas por escolhas lexicais e gramaticais que podem refletir visões culturais, preconceitos e estereótipos. A linguagem utilizada no texto pode influenciar a forma como os leitores percebem a personagem e sua decisão de se tornar um "homem sério" e se converter ao evangelismo.

Nessa notícia, os atores sociais LGBTQIAP+ são representados de forma complexa, com elementos de exclusão, personalização e identificação. A decisão de Paulo Trindade Roberto Júnior de deixar de ser homossexual e travesti é apresentada como algo que não convence seus vizinhos, indicando uma possível exclusão de sua identidade anterior. A vizinha Ana Figueiredo generaliza ao afirmar que Júnior voltará a ser "Paulinha", categorizando-o novamente como travesti, o que sugere resistência à mudança de identidade. Abelardo Lopes Monteiro personaliza ao descrever como Paulinha era quando era mulher, mas também ativa ao afirmar que ela não vivia dando escândalos, ressaltando uma imagem estereotipada do que se espera de uma travesti.

Por outro lado, Júnior é identificado funcionalmente em sua busca por evangelização e ser um "sacrifício vivo para Deus", o que o personaliza como alguém com uma motivação espiritual específica.

O uso de termos específicos como "travesti" e "homem sério" é uma forma de interdiscursividade, pois esses termos trazem consigo conotações sociais, culturais e ideológicas. O texto está lidando com a identidade de gênero e o discurso sobre o que é considerado "sério" ou "normal" na sociedade. As próprias falas dos vizinhos, como Ana Figueiredo e Abelardo Lopes Monteiro, revelam opiniões e percepções que podem refletir discursos e preconceitos enraizados na sociedade em relação a questões de identidade de gênero e sexualidade.

A transformação do personagem principal em evangélico e seu desejo de se tornar um "sacrifício vivo para Deus" demonstra a influência de discursos religiosos na sua decisão de mudar sua identidade de gênero e orientação sexual. Isso pode estar conectado a crenças e valores específicos associados a certas práticas religiosas. A forma como a noiva de Paulo lida com a situação, mencionando a "convicção em nós e em Deus", sugere que há uma pressão social para conformar-se a normas culturais e de gênero estabelecidas.

Não há menção às fontes, apenas comentários dos vizinhos e da noiva.

Ideologia de gênero binário: A notícia apresenta a ideia de que existem apenas duas categorias de gênero - homem e mulher - e que é possível e desejável que uma pessoa mude de uma categoria para outra, sugerindo que ser "homem sério" é uma opção mais válida do que ser homossexual ou travesti. Isso reflete uma visão binária e normativa de gênero, ignorando a diversidade e fluidez de identidades de gênero existentes.

Hegemonia heteronormativa e cisnormativa: A notícia sugere que ser heterossexual e cisgênero é a norma ou o padrão desejável, enquanto ser homossexual ou travesti é visto como algo incomum ou que precisa ser mudado. Essa ideia reforça o preconceito e a discriminação contra pessoas LGBTQIAP+

Ideologia religiosa: A menção à conversão para a religião evangélica e o desejo de ser um "sacrifício vivo para Deus" estão carregados de uma ideologia religiosa específica, que pode influenciar a forma como a mudança de identidade de gênero é interpretada e aceita pela sociedade. Isso também pode estar relacionado à noção de que a religião pode "curar" ou "transformar" uma pessoa de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Figura 4 - TJ garante metade de bens a parceiro gay

C 8 sábado, 17 de março de 2001 COTIDIANO FOLHA DE S. PAULO

JUSTIÇA *Filha de homossexual requeria toda a herança deixada pelo pai; decisão no RS é considerada evolução no direito de família*

TJ garante metade de bens a parceiro gay

LÉO GERCHMANN
DA AGENCIA FOLHA, EM PORTO ALEGRE

A 7ª Câmara do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, em uma decisão que define como inédita no Brasil, reconheceu direito de ser meeiro a homossexual que manteve relação estável com outro. Meeiro é o cônjuge que, segundo o direito de família, tem direito a 50% do espólio após a morte do companheiro.

A filha do morto requeria, no processo, toda a herança deixada pelo pai. Os bens, no entanto, haviam sido adquiridos em conjunto pelos homossexuais. Ela ficou com os outros 50% do patrimônio, pois é descendente direta e, por isso, "herdeira necessária".

O juiz da primeira instância já havia concedido ao companheiro o direito de receber parte dos bens. Agora, o Tribunal de Justiça determina que metade do patrimônio deve ficar com ele em um sistema corriqueiro de comunhão parcial de bens e a outra metade com os descendentes do morto.

Decisões anteriores, tidas como avanços, haviam definido que o cônjuge sobrevivente ficaria com uma parcela. Nesse caso, não se levaram em conta critérios de sociedade, mas de uma relação conjugal como qualquer outra.

"Essa decisão é o maior precedente que tivemos em termos de direitos de homossexuais, é o ápice de uma evolução no direito de família. O que ocorreu foi o reconhecimento da família pelos vínculos de afeto. O conceito legal de família, que era exclusivamente a relação originária do casamento, agora mudou", disse a desembargadora Maria Berenice Dias, que participou do julgamento.

De acordo com ela, os bens foram divididos apenas porque o companheiro morto tinha uma filha. Caso não a tivesse, 100% dos bens ficariam com o cônjuge sobrevivente, independentemente de haver outros parentes.

"Para exemplificar a importância desse avanço, posso citar exemplos de casos terríveis, como aquele em que um homossexual deixou o enterro do seu companheiro e não pôde entrar no apartamento em que morava, porque os sobrinhos ficaram com o bem e trocaram a fechadura", diz ela.

Outro caso em julgamento no TJ gaúcho, segundo Maria Berenice, deve resultar na declaração de "herança jacente" dos bens de dois homossexuais. Ou seja, apesar de haver um sobrevivente, o que morreu não tem parentes, e os bens são considerados disponíveis. O tribunal não divulgou os nomes dos envolvidos no caso.

Apesar de o TJ ser a última instância do Judiciário estadual, há possibilidade de recurso. O relator do processo foi o desembargador José Carlos Giorgi.

Fonte: Acervo Digital da *Folha de S. Paulo* - notícia publicada em 17 de março de 2001 - C8

Essa notícia informa que a 7ª Câmara do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul proferiu uma decisão inédita no Brasil, ao reconhecer o direito de um homossexual que teve uma relação estável com outro a receber 50% do espólio após a morte do companheiro. Essa decisão foi considerada um marco histórico para os direitos dos homossexuais, pois estabelece que a constituição da família não depende mais exclusivamente do casamento ou da procriação.

"A 7ª Câmara do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, em uma decisão que define como inédita no Brasil, reconheceu direito de ser meeiro a homossexual que manteve relação estável com outro." Nessa oração, temos uma construção passiva ("reconheceu direito de ser

meeiro") em que o agente não é explicitado, mas o beneficiário do reconhecimento é um "homossexual que manteve relação estável com outro". Essa construção enfatiza o papel do homossexual como o destinatário do direito reconhecido.

O uso do termo homossexual é utilizado corretamente para descrever o parceiro envolvido na relação estável mencionada na notícia e a escolha desse termo é neutra, denota a orientação sexual e não carrega conotações negativas ou pejorativas. O uso do termo meeiro é empregado para descrever o direito do parceiro homossexual de receber 50% dos bens após a morte do companheiro, esse termo é específico do campo jurídico e não possui uma conotação negativa ou discriminatória.

No entanto, é importante frisar que evitar o uso de jargões no jornalismo contribui para a universalidade das informações. Existe razão para isso, como a questão da acessibilidade, o jornalismo tem o objetivo de comunicar informações de forma clara e acessível ao público em geral. O uso de jargões pode dificultar o entendimento das pessoas que não estão familiarizadas com termos técnicos ou específicos de determinadas áreas.

O adjetivo inédita é empregado para caracterizar a decisão da 7ª Câmara do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, enfatizando que essa é a primeira vez que tal direito é reconhecido no Brasil. A escolha desse adjetivo sugere que a decisão é única e inovadora em relação ao direito de família para os homossexuais. O termo avanços é aplicado como um adjetivo substantivado para se referir a decisões anteriores que foram consideradas progressos no reconhecimento dos direitos dos homossexuais.

Em geral, a análise linguística revela que a notícia utiliza uma linguagem neutra, técnica e informativa para representar os homossexuais e a decisão do tribunal gaúcho. A escolha lexical, a gramática e o uso de adjetivos contribuem para a produção de sentido sobre a evolução no reconhecimento dos direitos dos homossexuais no contexto jurídico da família. A abordagem é objetiva e busca fornecer informações claras sobre o caso em questão.

Os atores sociais homossexuais são representados de forma inclusiva, personalizada e ativada. A decisão inédita da 7ª Câmara do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul reconhece o direito de ser meeiro ao homossexual que manteve relação estável, equiparando-o ao cônjuge sobrevivente em um casamento heterossexual. A desembargadora Maria Berenice Dias, enfatiza a importância do precedente, afirmando que essa decisão é o ápice de toda uma evolução no direito de família, representando o reconhecimento da família pelos vínculos de

afeto e independente de casamento, opção sexual ou finalidade procriativa. Além disso, a personalização é evidente ao apresentar o exemplo terrível de um homossexual que não pôde entrar no apartamento onde morava após o enterro do companheiro, ressaltando a relevância dessa conquista para a inclusão e reconhecimento dos direitos dos atores sociais homossexuais.

No que se refere à interdiscursividade, utilizam-se termos que fazem referência a diversos discursos:

Discurso jurídico: são utilizadas terminologias jurídicas, como ‘meeiro’ e ‘herança’; a argumentação jurídica da desembargadora para explicar a base e os aspectos legais da decisão; jurisdição e recurso - o texto menciona que o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul é a última instância do Judiciário estadual, mas destaca que ainda há a possibilidade de recurso; conceitos jurídicos - o texto traz o conceito de "comunhão parcial de bens", explicando que metade do patrimônio fica com o companheiro sobrevivente e a outra metade com os descendentes do falecido.

Discurso social e de direitos humanos: o texto aborda a evolução dos direitos dos homossexuais no Brasil e a importância dessa decisão como um precedente significativo nessa área, a mudança no conceito legal de família, reconhecendo vínculos de afeto e enfatizando que a constituição da família não depende do casamento ou da finalidade procriativa.

Discurso histórico e de precedentes: A notícia menciona que essa decisão é considerada inédita no Brasil e é descrita como um avanço nos direitos dos homossexuais. É mencionado que decisões anteriores definiram que o cônjuge sobrevivente ficaria com uma parcela dos bens. Esse discurso histórico e de precedentes se refere à contextualização da decisão dentro de um quadro mais amplo de evolução e mudanças no sistema legal.

Em relação às fontes consultadas, o texto apresenta apenas a desembargadora Maria Berenice Dias. Percebe-se a ausência de uma pluralidade de fontes, como, por exemplo, fontes ligadas a especialistas no assunto, a visão de pessoas da própria comunidade LGBTQIAP+ não foram inseridas enquanto parte interessada no tema.

A ideologia presente na notícia é a promoção da igualdade de direitos para casais homossexuais, pela perspectiva que destaca a importância de reconhecer os vínculos de afeto

na definição de família e aponta para uma mudança no conceito legal de família. A notícia destaca que a decisão do tribunal estabeleceu um sistema corriqueiro de comunhão parcial de bens para o casal homossexual, equiparando-o ao tratamento dado a casais heterossexuais. Essa equiparação é apresentada como um avanço e um marco importante na luta pelos direitos dos homossexuais.

A hegemonia presente na notícia é a do sistema jurídico e das normas sociais dominantes. Embora a decisão do Tribunal de Justiça seja apresentada como um avanço, ela também é retratada como uma exceção ou uma decisão inédita. O fato de ser necessário um julgamento e uma decisão específica para reconhecer os direitos dos parceiros homossexuais indica que a norma vigente, no ano de 2001, ainda era voltada principalmente para a família tradicional baseada no casamento heterossexual. Além disso, a possibilidade de recurso mencionada no final da notícia também mostra como a decisão ainda pode ser contestada e como a visão dominante pode buscar manter a hegemonia estabelecida.

Figura 5 - Ativistas gays preparam protestos contra chacina em Limeira

cotidiano

AA Maior | Menor Enviar por e-mail Comunicar erros Link

08/05/2001 - 11h27

Ativistas gays preparam protesto contra chacina em Limeira

MÁRIO TONOCCHI
da **Folha Online**, em Campinas

Militantes do grupo Identidade (Grupo de Ação pela Cidadania Homossexual) de Campinas estão preparando uma manifestação contra o assassinato de três homossexuais em Limeira (162 km de São Paulo), na madrugada do último domingo.

O travesti Cosmo Félix dos Santos, 26, o arquiteto Maurício Galzerano Fenga, 34, e o industrial Ronaldo de Farias, 28, foram executados com tiros na cabeça. Fenga e Farias também foram atropelados.

Fonte: Acervo Digital da *Folha de S. Paulo* - notícia publicada em 08 de maio de 2001

Essa notícia trata da organização de uma manifestação por militantes acerca do assassinato de dois homossexuais e uma travesti na cidade de Limeira, interior de São Paulo, e dá algumas informações sobre as vítimas, o crime e a possível motivação das mortes, bem como o processo de investigação.

O primeiro ponto que se pode analisar é a escolha lexical homossexuais para se referir a dois homossexuais e a uma travesti no trecho: [...] *contra o assassinato de três homossexuais em*

Limeira (162 km de São Paulo), na madrugada do último domingo. É importante destacar que há o emprego equivocado da expressão "homossexual" para se referir a uma travesti. A travesti é uma identidade de gênero diferentemente da homossexualidade, que é uma orientação sexual. Assim, é fundamental que se faça o uso de terminologia adequada e respeitosa ao abordar questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero, visando não promover desinformação no que se refere a essa diferença.

No segundo e terceiro parágrafos, nos trechos: *O travesti Cosmo Félix dos Santos e [...] O travesti morreu a caminho do hospital*, são identificados outros dois problemas no que tange ao reconhecimento da identidade da travesti. O primeiro diz respeito à utilização inadequada do artigo masculino. É fundamental utilizar a linguagem de forma inclusiva e respeitosa na cobertura jornalística. Segundo a ABGLT (2010), recomenda-se o uso de pronomes de acordo com a identidade de gênero da pessoa em questão. No caso de uma travesti, por exemplo, deve-se utilizar artigos e pronomes femininos. Além disso, não se respeitou o nome social ao identificar a travesti, que foi apresentada pelo seu nome de registro.

Cabe destacar, também, a forma como a notícia representa as vítimas, no caso da primeira vítima, ela é descrita essencialmente como travesti e tem sua idade revelada, ou seja, resumindo a sua existência a essa condição, no entanto, as outras duas vítimas são identificadas com informações sobre suas respectivas ocupações profissionais, arquiteto e industriário, como se pode ver no trecho: *O travesti Cosmo Félix dos Santos, 26, o arquiteto Maurício Galzerano Fenga, 34, e o industriário Ronaldo de Farias, 28, foram executados com tiros na cabeça.* Essa centralidade dada à identidade de gênero, desconsiderando outras informações da vítima, invisibiliza e desumaniza a pessoa, reforçando apenas o estereótipo de alguém que não se encaixava na estrutura social de gênero.

No seguinte trecho há a utilização inadequada do termo opção sexual para se apontar a possível motivação dos crimes: *Para Mariante o assassinato pode ser um reflexo da intolerância contra a opção sexual divergente da maioria. "Pelo que soubemos nada foi roubado das vítimas. Isso aponta para um crime de intolerância", completou o ativista.* Para a ABGLT (2010), opção sexual é uma expressão incorreta. O termo aceito é "orientação sexual". A explicação provém do fato de que ninguém "opta", conscientemente, por sua orientação sexual. Assim como a pessoa heterossexual não escolheu essa forma de desejo, a pessoa homossexual ou bissexual (tanto feminina quanto masculina) também não.

Os atores sociais homossexuais e a travesti são representados de forma inclusiva e personalizada, mas também sofrem com a apassivação e a especificação. Os ativistas do grupo Identidade são mencionados explicitamente pelo nome e como "militantes" e "ativistas políticos", o que os coloca como atores ativos e engajados na causa LGBTQIAP+ ao prepararem uma manifestação contra o assassinato de três homossexuais e a travesti. Além disso, o presidente do Identidade, Paulo Tavares Mariante, é citado e sua fala é reproduzida, o que também confere uma dimensão de personalização à sua atuação.

Por outro lado, as vítimas homossexuais e a travesti são representados de forma mais impessoal, por funcionalização ("o arquiteto Maurício Galzerano Fenga, 34, e o industrial Ronaldo de Farias, 28") ou por meio de uma descrição que enfatiza a violência sofrida ("foram executados com tiros na cabeça... foram atropelados"). A travesti, Cosmo Félix dos Santos, é mencionada com mais detalhes, mas sua voz é apassivada, pois a notícia afirma que ela "morreu a caminho do hospital sem conseguir dizer o que aconteceu."

Essa representação apassivada e especificada das vítimas pode indicar uma tendência à objetificação e desumanização, o que pode ser um reflexo das dificuldades enfrentadas pelas minorias, como a comunidade LGBTQIAP+, ao lidar com a violência e intolerância. Por outro lado, a presença e atuação dos ativistas sociais tentam contrabalançar essa situação, buscando incluir e dar voz aos afetados, ao lutar por seus direitos e pelo fim da violência motivada pela intolerância sexual.

Alguns elementos textuais presentes indicam interdiscursividade:

Citações diretas: a notícia inclui várias declarações diretas de indivíduos envolvidos no protesto e na investigação do crime. Por exemplo, há citações do presidente do grupo Identidade, do delegado titular da DIG e do ativista Paulo Tavares Mariante.

Menção a outras organizações e entidades: a notícia faz referência a outras organizações e entidades envolvidas na manifestação, como a Associação da Parada - APOGLBT, Corsa, Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Limeira, Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa e Gradi. Essas menções conectam o evento com outras iniciativas e grupos relacionados aos direitos LGBTQIAP+ e aos direitos humanos.

Utilização de termos específicos: o texto inclui termos relacionados ao ativismo LGBTQIAP+, como "militantes", "manifestação", "protesto", "opção sexual divergente" e

"crime de intolerância". Esses termos evocam um discurso social e político relacionado à defesa dos direitos e à luta contra a discriminação.

Referências a instituições e cargos oficiais: a notícia menciona a Polícia Militar, a Câmara de Limeira, a Assembleia Legislativa e o delegado da DIG. Essas referências conectam o evento a instituições e figuras de autoridade, destacando a importância e o envolvimento oficial no assunto.

No que se refere às fontes consultadas, os ativistas sociais LGBTQIAP+ são inseridos como fontes, representados pelo grupo Identidade e seu presidente, Paulo Tavares Mariante. Eles fornecem informações sobre a organização da manifestação, suas motivações e preocupações com relação à intolerância e ao crime cometido. É possível que a polícia e outras autoridades também sejam fontes de informações sobre as investigações em andamento, como o delegado titular da DIG, José Aparecido Cortez, que é citado na reportagem.

Em termos de ideologia, o texto sugere uma perspectiva que valoriza a igualdade de direitos para pessoas LGBTQIAP+ e combate à intolerância. Isso pode ser observado nas declarações do presidente do Identidade, Paulo Tavares Mariante, que menciona a opção sexual divergente da maioria como motivo provável para o crime e destaca a importância de uma manifestação para chamar a atenção da população e das autoridades. Quanto à hegemonia, é possível identificar uma luta pela representatividade e pelo reconhecimento das demandas do grupo LGBTQIAP+. O fato de os ativistas estarem organizando uma manifestação e enviando ofícios de protesto a figuras importantes, como o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa e o Grupo de Repressão aos Delitos de Intolerância, reflete um esforço em influenciar o discurso público e buscar justiça para as vítimas.

Figura 6 - Bairros de São Paulo atraem vizinhança homossexual



Fonte: Acervo Digital da *Folha de S. Paulo* - notícia publicada em 27 de maio de 2001 - C10

A notícia relata sobre alguns bairros de São Paulo que estão atraindo um público de moradores homossexuais, destacando o Jardins como o principal ponto de concentração da comunidade de gays e lésbicas na cidade, que ficou conhecida como o "quartier gay". Embora haja opiniões divergentes de moradores heterossexuais sobre a presença desse público, a tendência é de crescimento e apoio, com o órgão oficial de turismo demonstrando interesse em desenvolver esse mercado para esse segmento.

De início, pode-se analisar o título como de caráter sensacionalista, ao usar a expressão "atraem vizinhança homossexual". Embora seja compreensível que a notícia destaque a presença de pessoas GLS (gays, lésbicas e simpatizantes) em determinados bairros, a utilização dessa expressão pode implicar uma visão negativa de invasão por parte dessa comunidade ou de que são indesejáveis nesses lugares. Essa perspectiva pode reforçar estereótipos negativos e preconceitos existentes em relação à presença de pessoas LGBTQIAP+ em certos espaços.

Sobre a linha fina, inicialmente, é positivo que a linha fina destaque a preferência de determinadas regiões pelos indivíduos GLS em São Paulo, reconhecendo a existência de comunidades específicas nessas áreas. No entanto, o termo "preferidas" pode implicar uma

escolha consciente e exclusiva desses bairros por parte da comunidade GLS, o que pode ser uma simplificação da realidade. A presença GLS em determinadas regiões pode ser influenciada por uma combinação de fatores, como a história e cultura dessas áreas, a disponibilidade de espaços gay-friendly e a interação com redes sociais já estabelecidas.

A segunda parte da linha fina menciona que "moradores heterossexuais, em alguns casos, reclamam". Essa parte da frase pode dar a entender que a presença da comunidade gay é algo negativo ou problemático para os moradores heterossexuais. Ao destacar as reclamações, a linha fina pode reforçar estereótipos negativos ou preconceitos em relação à convivência e diversidade em espaços urbanos. É importante questionar o motivo das reclamações e investigar se estão fundamentadas em preconceitos ou se há questões específicas que estejam gerando conflitos entre os moradores.

A notícia retrata a concentração da comunidade LGBTQIAP+ em determinados bairros de São Paulo, como Pinheiros, Vila Madalena e Jardins. O texto faz, semanticamente, generalizações sobre as preferências e comportamentos de pessoas homossexuais. Ao dividir os bairros de São Paulo em categorias como "alternativos", "mais velhos" e "malhados, clubbers e elegantes", baseadas em características estereotipadas, a notícia reforça estereótipos prejudiciais. Isso pode contribuir para a marginalização e a objetificação de pessoas homossexuais.

A notícia menciona a drag queen Milanta Plus como uma figura visível e que começa a chamar a atenção da vizinhança heterossexual. No entanto, o texto também cita críticas de moradores em relação à visibilidade da comunidade GLS, mencionando comportamentos considerados exagerados e desnudos. Alguns comentários, como: "quarteirão da bagunça"; "O problema não é ser gay, mas tem uns que tiram a roupa, ficam desfilando em peças íntimas"; "Há uns exageros, sim"; "Eu recebo travestis, mas às vezes tenho que dizer: "vai botar uma roupinha", podem reforçar estereótipos negativos sobre a comunidade homossexual e perpetuar preconceitos.

A notícia destaca a interação entre os estabelecimentos frequentados pela comunidade GLS e a vizinhança heterossexual. Alguns proprietários preferem não rotular seus estabelecimentos como "gay", optando por termos como "moderno". Essa atitude pode ser interpretada como uma tentativa de disfarçar a presença da comunidade GLS para evitar possíveis estigmas ou rejeição por parte da vizinhança heterossexual.

Os atores sociais homossexuais na notícia são representados através de diferentes categorias socio-semânticas de Theo van Leeuwen. A inclusão é percebida ao descrever os bairros que se tornaram espaços de concentração para o público GLS, indicando que os homossexuais são parte ativa da vida urbana e cultural da cidade. A especificação é notada ao mencionar os diversos lugares frequentados pela comunidade, como bares, cafés, restaurantes e casas noturnas. A identificação é presente ao utilizar termos como "público GLS" e "quartelão gay", nomeando explicitamente os atores sociais envolvidos. A ativação é destacada ao ressaltar o movimento e a agitação nos bairros e nas casas noturnas, mostrando que a presença homossexual é atuante e visível nesses espaços. Quanto à exclusão, esta também é abordada através das críticas da presidente da Associação dos Moradores, que busca o fechamento dos estabelecimentos frequentados pelos homossexuais devido a comportamentos considerados inadequados, gerando um conflito com parte da vizinhança heterossexual.

Em relação à interdiscursividade, a notícia faz referência a Nova York e estabelece comparações entre os bairros de São Paulo e áreas conhecidas de Nova York, como o East Village, Greenwich Village e Chelsea ou SoHo. Essas referências intertextuais estabelecem uma conexão com outros contextos geográficos e culturais, como os bairros nova iorquinos que acolhem a diversidade.

Há o discurso de resistência. A notícia menciona uma associação de moradores que está recolhendo assinaturas para pedir o fechamento dos estabelecimentos na região dos Jardins. Essa oposição à presença da comunidade LGBTQIAP+ nos bairros pode ser considerada um exemplo de discurso de resistência, demonstrando tensões e conflitos sociais em relação à diversidade sexual. Há o discurso de aceitação. O texto, por outro lado, também apresenta vozes que defendem a presença e a importância da comunidade nos bairros, destacando a naturalidade da orientação sexual, como "Mas ser gay é natural", e enfatizando a tendência ascendente de apoio oficial ao segmento.

A notícia não menciona explicitamente fontes específicas. Ela está baseada em informações e opiniões de proprietários de estabelecimentos, frequentadores e moradores da região dos Jardins em São Paulo. Os trechos citam diretamente Sérgio Miguez, proprietário da Livraria Futuro Infinito, Adriana Siqueira, dona do Gourmet, Marcelo Correia - a drag queen Milanta Plus, Célia Marcondes - presidente da Associação dos Moradores do bairro, entre outros. No entanto, a notícia não traz entrevistas com pessoas LGBTQIAP+, trazendo os seus relatos e suas perspectivas sobre o assunto.

A notícia retrata São Paulo como uma cidade com diferentes regiões voltadas para públicos gays e lésbicas, enfatizando a diversidade e a aceitação dessas comunidades. Essa ideologia reflete uma valorização da diversidade sexual e uma busca por inclusão social. A notícia menciona, ainda, que os Jardins, um bairro nobre da cidade, é o local com maior concentração do público GLS. Essa ideologia associa a presença de gays e lésbicas a um estilo de vida sofisticado e moderno, sugerindo que as pessoas homossexuais são um público de consumo com poder aquisitivo e gosto refinado. Nesse sentido, destaca-se a presença de diversos estabelecimentos comerciais, como bares, discotecas, restaurantes e uma livraria especializada em sexualidade. Essa ênfase no aspecto comercial e de consumo do "quartirão gay" reflete a hegemonia do mercado, que busca capitalizar com a presença da comunidade homossexual.

Embora a notícia aborde a presença e a visibilidade dos gays e lésbicas nos Jardins, também menciona a reação de moradores heterossexuais que criticam os "exageros" e pedem o fechamento dos estabelecimentos voltados para esse público. Essa resistência mostra a existência de uma hegemonia heterossexual que busca controlar e limitar a expressão da sexualidade.

Figura 7 - Grupo quer campanha só para homossexuais

Grupo quer campanha só para homossexuais

DA REPORTAGEM DE JAI

Homossexuais que militam em ONGs voltadas para a Aids querem que as próximas campanhas de prevenção sejam dedicadas aos "homens que fazem sexo com homens". No grupo dos HSH, sigla usada no meio militante, estão os homossexuais, bissexuais, travestis e garotos de programa.

Em cada cem integrantes desse grupo, 4,5 estão com HIV ou Aids. Entre os heterossexuais, o

número cai para 0,4. Somente na cidade de São Paulo, dos 44.813 casos de Aids notificados, 31,2% estão relacionados às práticas sexuais dos HSH. Nesse grupo, a Aids já matou 8.383.

A questão foi tema do debate "DST/Aids, Prevenção no 3º Milênio", realizado na semana passada no auditório da Folha e organizado em parceria com a Associação da Parada do Orgulho de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros de São Paulo. Parti-

ciparam os coordenadores dos programas de Aids do Estado e do município de São Paulo, Artur Kalichman e Fábio Mesquita, respectivamente; o coordenador adjunto do programa nacional, Alexandre Granjeiro; o representante do Grupo de Incentivo à Vida, Jorge Beloqui; e o diretor do Grupo pela Vida e membro do Conselho Nacional de Saúde, Mario Scheffer. A mediação do debate foi realizada por Rosely Sayão, psicóloga e colunista da Folha.

"Em vinte anos de epidemia, as datas e as campanhas sempre foram dedicadas às crianças, às mulheres, nunca aos homossexuais", afirmou Beloqui. "Um dia nacional de luta contra a Aids que fosse dedicado aos homossexuais seria um indicador de maturidade da sociedade", disse.

Mais ainda: seria um indicador da realidade. "Há indícios de uma nova explosão de casos de Aids entre os gays dos grandes centros", disse Mario Scheffer.

Para ele, esse crescimento resulta do fato de os homossexuais terem sido "retirados do foco" da prevenção nos últimos cinco anos. Dos cerca de mil projetos de prevenção à Aids em andamento no país, apenas 60 são voltados os homossexuais, por exemplo.

Segundo Alexandre Granjeiro, a responsabilidade também é da militância, já que muitos programas não foram realizados por falta de iniciativa das ONGs. (AURELIANO BIANCARELLI)

Fonte: Acervo Digital da *Folha de S. Paulo* - notícia publicada em 16 de junho de 2001 - C6

Essa notícia aborda sobre grupos ativistas ligados à Aids que estão buscando que as próximas campanhas de prevenção sejam direcionadas aos "homens que fazem sexo com homens" (HSH), incluindo homossexuais, bissexuais, travestis e garotos de programa. O debate sobre o tema ressalta que em cada cem integrantes desse grupo, 4,5 estão com HIV ou Aids, o que representa uma taxa significativamente maior do que entre os heterossexuais. A proposta de uma campanha específica para os HSH é vista como uma necessidade diante do possível

aumento de casos de Aids nesse grupo, que, nos últimos anos, tem sido menos contemplado nas ações de prevenção.

Ao analisar o título da notícia, é possível observar que ele pode gerar interpretações polarizadas. Por um lado, o título pode ser visto como uma reivindicação justa de um grupo que busca a conscientização e prevenção direcionadas para a comunidade de homens gays, levando em consideração suas necessidades específicas. Por outro lado, o título pode ter um cunho de apelo por uma segregação ou exclusão das campanhas de prevenção voltadas para outros grupos.

Em relação à análise textual, a escolha lexical no texto é neutra e descritiva, usando-se termos como "homossexuais", "bissexuais", "travestis" e "garotos de programa" para descrever os membros do grupo HSH (homens que fazem sexo com homens). Esses termos são utilizados de forma objetiva para identificar as diferentes identidades sexuais dentro desse grupo. Além disso, termos como "Aids" e "DST/Aids" são usados para se referir às doenças relacionadas à transmissão sexual, enquanto "epidemia" e "explosão de casos" são usados para descrever a situação da época.

A escolha gramatical no texto é predominantemente factual e impessoal. As informações são apresentadas de maneira objetiva, usando estruturas gramaticais simples, como orações declarativas e passivas. Por exemplo, "Em cada cem integrantes desse grupo, 4,5 estão com HIV ou Aids" e "Somente na cidade de São Paulo, dos 44.813 casos de Aids notificados, 31,2% estão relacionados às práticas sexuais dos HSH." Essas estruturas são comumente usadas em relatórios e notícias para transmitir informações de maneira direta e imparcial.

Os atores sociais homossexuais são representados com um viés de inclusão e personalização, mas também com indícios de exclusão e generalização. O texto apresenta homossexuais que militam em ONGs voltadas para a Aids, que desejam que as próximas campanhas de prevenção sejam direcionadas aos "homens que fazem sexo com homens" (HSH), incluindo homossexuais, bissexuais, travestis e garotos de programa. Essa inclusão é evidente ao destacar a preocupação desses grupos com a prevenção da Aids dentro de sua comunidade específica. No entanto, há indícios de exclusão, quando se menciona que, ao longo dos vinte anos de epidemia, as datas e campanhas foram dedicadas às crianças e mulheres, mas nunca aos homossexuais. Isso sugere que a sociedade tem negligenciado essa população em suas estratégias de prevenção da Aids.

Além disso, a notícia generaliza ao mencionar que, entre cem integrantes do grupo HSH, 4,5 estão com HIV ou Aids, comparados a apenas 0,4 entre os heterossexuais. Essa generalização pode perpetuar estereótipos e não leva em conta a diversidade dentro da comunidade homossexual e suas diferentes práticas e comportamentos sexuais.

Os atores sociais homossexuais são personalizados quando representados por representantes de ONGs, coordenadores de programas de Aids e outros indivíduos mencionados no debate. Eles expressam a necessidade de atenção específica à prevenção da Aids dentro de sua comunidade.

Sobre a Interdiscursividade, a notícia utiliza terminologia específica relacionada à área da saúde sobre a questão da Aids na comunidade LGBTQIAP+, como "homens que fazem sexo com homens" (HSH), sigla usada na área da saúde e que reflete os discursos e as categorias de identidade utilizadas pelos grupos envolvidos. A notícia apresenta estatísticas e dados relacionados à prevalência do HIV/Aids entre diferentes grupos, como homossexuais e heterossexuais. Essas estatísticas são usadas para sustentar argumentos e reforçar a importância de direcionar campanhas de prevenção para determinados grupos. Há, também, referência a eventos e parcerias, pois a notícia menciona o debate "DST/Aids, Prevenção no 3º Milênio", realizado no auditório da Folha em parceria com a Associação da Parada do Orgulho de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros de São Paulo. Essas referências situam a notícia dentro de um contexto mais amplo e destacam a relevância do debate.

Em relação às fontes, foram consultadas fontes oficiais, como autoridades da área da saúde Artur Kalichman, coordenador do programa de Aids do Estado de São Paulo, Fábio Mesquita, coordenador do programa de Aids do município de São Paulo e Alexandre Granjeiro, coordenador adjunto do programa nacional de Aids. Também representante de organização, como o Jorge Beloqui, representante do Grupo de Incentivo à Vida. Além de Membros de organizações relacionadas à comunidade LGBTQIAP+, Mario Scheffer, diretor do Grupo pela Vida e membro do Conselho Nacional de Saúde.

A notícia destaca a disparidade nos índices de infecção por HIV/Aids entre homossexuais e heterossexuais, evidenciando uma hegemonia da norma heterossexual. A ideologia subjacente é a de que as campanhas de prevenção sempre foram direcionadas a outros grupos (crianças, mulheres), excluindo os homossexuais. Ao mencionar a necessidade de uma campanha específica para homossexuais, os ativistas ressaltam a falta de atenção e reconhecimento da

sociedade em relação aos desafios enfrentados por essa comunidade. Isso sugere uma ideologia de estigmatização e discriminação contra os homossexuais, que se reflete na falta de programas e projetos voltados para eles.

O debate em torno da necessidade de uma campanha dedicada aos homossexuais reflete uma ideologia de busca por visibilidade e reconhecimento da identidade coletiva dessa comunidade. Os participantes do debate argumentam que um dia nacional de luta contra a Aids voltado para os homossexuais seria um indicador de maturidade social e uma forma de enfrentar os desafios enfrentados por eles.

A menção à falta de iniciativa das ONGs e à responsabilidade da militância sugere uma ideologia que atribui a responsabilidade às próprias pessoas afetadas pela questão em questão. Essa abordagem pode ser interpretada como uma forma de desviar a atenção das estruturas de poder mais amplas que contribuem para a exclusão e a falta de programas de prevenção adequados.

Figura 8 - Parada gay registra recorde de público

FOLHA COTIDIANO
PÁGINA C 1 ★ SÃO PAULO, SEGUNDA-FEIRA, 18 DE JUNHO DE 2001 ★ CONCLUÍDO ÀS 23H39

SÃO PAULO Polícia Militar estima que 200 mil pessoas participaram da quinta edição do evento, o maior do gênero no país

Parada gay registra recorde de público

SÉLVIA CORREIA ESTANISLAU MARIA FARFANE LUTTI
DA REPORTAGEM LOCAL

A 5ª Parada do Orgulho GLBT (de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros), realizada ontem no centro de São Paulo, contou com o maior público já registrado em eventos do gênero no país. De acordo com a Polícia Militar, que manteve 400 policiais na área, cerca de 200 mil pessoas acompanharam a caminhada das 15h às 20h. Entre eles estavam a prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, e o deputado José Genoino, pré-candidato petista ao governo.

Nas edições anteriores, a parada reuniu de 2.000 pessoas (1997) a 100 mil (2000). O número deste ano pôde o evento paulista entre os maiores do mundo, atrás de Sydney e Nova York (500 mil), Berlim (350 mil), San Francisco (300 mil) e Paris (250 mil).

As ruas do centro foram interditadas, provocando nove quilômetros de filas nas avenidas Paulista, Rebouças e proximidades.

O dia do orgulho gay surgiu em todo mundo depois de um confronto entre homossexuais e policiais, em 28 de junho de 1969, em Nova York. Mas o ano oficial do ato ocorre, ano a ano, lugar à festa.

Ontem, dia foi um verdadeiro Central-foia de época, com 12 carros de som, três ônibus, arco-íris de bandeiras e bandeiras de seis cores — símbolo GLBT —, que representam a vida (verde), o travesti (laranja), o sul (amarelo), a inteligência (verde), a harmonia (azul azul) e o espírito (violeta). Mas não faltaram bandeiras do

Desfile tem muito decote e topless
DA REPORTAGEM LOCAL

Pelo visual de muitos participantes da 5ª Parada GLBT, a onda do silicone, que sechou até a missa Luana de Oliveira, vem crescendo também entre os travestis. Dançando sobre os corpos de sons ou no chão, muitos homens-quantos milímetros apóscora. Com a animação da parada, um travesti, ao som de "It's Raining Men", chegou a subir e dançar no alto do quiosque de um carrinho da Eletropaulo, cujos técnicos faziam reparos na fiação de um poste. Para alguns, no entanto, a abe-

DESFILE
Acima, vista geral da parada, na avenida Paulista; à direita, o travesti Marcela e manifestante que ironizou a

Fonte: Acervo Digital da *Folha de S. Paulo* - notícia publicada em 18 de junho de 2001 - C1

A notícia relata sobre o recorde de público que a 5ª Parada do Orgulho GLBT recebeu no Centro de São Paulo em junho de 2001, destacando a parada como um dos maiores eventos do gênero no mundo, atrás apenas de Sydney e Nova York, Berlim, San Francisco e Paris. O texto traz informações sobre a duração do evento, a presença de algumas autoridades, dos

participantes, bem como o objetivo da manifestação, que era o de celebrar a liberdade de orientação sexual e a diversidade.

É importante observar que, embora a notícia mencione o termo "Parada gay" em seu título, ao longo da matéria, o texto utiliza a sigla "GLBT" (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros) para se referir ao evento, buscando abranger a diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero representadas na parada.

De início, após uma leitura, já se pode identificar vieses, estereótipos e representações preconceituosas relacionadas à comunidade. A começar pela escolha lexical, o uso de termos como "homossexuais," "travestis," "drag queens," "peitos," "topless," "aplicações no bumbum e nos lábios," e "peitos novos" pode carregar conotações estereotipadas e objetificar a comunidade LGBTQIAP+. O foco excessivo na aparência física, em especial em relação aos seios, pode reforçar estereótipos relacionados à sexualização dos homossexuais.

O subtítulo "Parada gay tem muito decote e topless" coloca uma ênfase exagerada na aparência física dos participantes, reforçando estereótipos e reduzindo o evento a um espetáculo de exposição corporal, o que não é representativo da diversidade e importância do movimento LGBTQIAP+, exemplo disso é a expressão utilizada para se referir ao evento "ela foi um verdadeiro Carnaval fora de época". O uso da expressão "muitos homossexuais desfilaram seus peitos" generaliza a participação dos homossexuais, associando-os exclusivamente à exposição do corpo, o que é inadequado e reducionista.

Há uma ausência de contexto. O texto não fornece informações detalhadas sobre os objetivos políticos e sociais do movimento LGBTQIAP+ durante a Parada, limitando-se a destacar o tamanho da multidão e aspectos superficiais do evento, como na expressão. Ao abordar o evento como um espetáculo, negligencia-se questões importantes relacionadas à luta por igualdade, direitos civis e respeito à diversidade sexual.

No trecho "Com a animação da parada, um travesti, ao som de 'It's Raining Men...'" usa-se o artigo indefinido 'um' no masculino para se referir à travesti, o que é inadequado e pode ser considerado ofensivo e desrespeitoso. Travestis são pessoas que se identificam com um gênero de forma diferente daquele que lhes foi atribuído ao nascer, e é essencial reconhecê-las e tratá-las de acordo com sua identidade de gênero.

Em resumo, a notícia apresenta alguns pontos problemáticos na representação dos homossexuais durante a Parada Gay. A escolha lexical e a ênfase na aparência física podem reforçar estereótipos e reduzir a comunidade LGBTQ+ a meros objetos de exibição. É essencial que a cobertura da mídia sobre eventos como esse seja mais sensível, inclusiva e contextualizada.

Os atores sociais LGBTQIAP+ são representados de maneira inclusiva e ativada, refletindo uma celebração da diversidade e liberdade de opção. A representação ativada enfatiza a agência dos atores sociais LGBTQIAP+ em afirmar sua identidade e orgulho em participar da parada. A notícia não parece personalizar nem impessoalizar os atores sociais LGBTQIAP+, mas sim enfoca a celebração coletiva e sua participação ativa no evento.

No que se refere à interdiscursividade, a notícia faz referência a edições anteriores da parada do orgulho LGBTQIAP+, mencionando o número de pessoas que participaram em eventos passados. Existe também um dialogismo, pois a notícia menciona a origem do Dia do Orgulho Gay em Nova York e como o evento em São Paulo evoluiu ao longo dos anos, mostrando uma relação interdiscursiva com a história do movimento LGBTQIAP+.

A notícia contrasta o tom crítico do ato inicial do Dia do Orgulho Gay, que tinha motivações políticas e ativistas, com a celebração festiva que se tornou ao longo do tempo. No entanto, inclui informações sobre os diferentes participantes da parada, suas motivações e objetivos, desde aqueles que celebram a liberdade de “opção” até aqueles que expressam suas demandas políticas e sociais.

Em relação às fontes, a notícia menciona que, de acordo com a Polícia Militar, cerca de 200 mil pessoas acompanharam a caminhada na 5ª Parada do Orgulho GLBT em São Paulo. Alguns participantes são citados na reportagem, como a aposentada Helena Vieira Vinhal, o professor Vicente Valery, a dançarina de boate Aretusa, entre outros. Suas declarações e motivações para participar do evento foram incluídas na cobertura da parada.

Nos aspectos ideológicos e de hegemonia, a notícia enfatiza o principal motivo da manifestação, que é celebrar a liberdade de opção sexual, destacando a diversidade de participantes e famílias presentes no evento. Essa ênfase busca construir uma representação positiva da Parada Gay como uma celebração da diversidade e da igualdade de direitos. Além disso, destaca o recorde de público na Parada do Orgulho GLBT, posicionando o evento como um dos maiores do mundo e dando visibilidade à comunidade LGBTQ+. O texto também

menciona a presença de políticos, personalidades e artistas no evento, o que contribui para o reconhecimento e a valorização dessa comunidade.

O texto menciona que o ato crítico da Parada Gay tem cedido lugar à festividade ao longo dos anos. Essa abordagem pode sugerir que a luta por direitos e igualdade para a comunidade LGBTQIAP+ está sendo gradualmente alcançada e que o evento se tornou mais uma celebração do que um protesto. Apesar da festividade e celebração, o texto menciona a presença de bandeiras do PSTU e da CUT e cartazes contra o preconceito. Essa referência aponta para a persistência da luta contra o preconceito e a discriminação que ainda existem na sociedade em relação à comunidade LGBTQIAP+.

O texto destaca os aspectos culturais e estéticos da Parada, a diversidade e a criatividade das fantasias e do visual dos participantes, mencionando o uso do silicone e o topless entre as travestis. Essa abordagem pode ser vista como uma forma de mostrar o aspecto festivo e colorido do evento, o que não contribui para desafiar visões estereotipadas e preconceituosas subjacentes na sociedade.

Figura 9 - Sem-teto gays andam juntos para se proteger

C6 cotidiano ★ ★ ★ DOMINGO, 13 DE FEVEREIRO DE 2011

Sem-teto gays andam juntos para se proteger

Eles preferem ser chamados por nomes femininos, como Giovanna Antonelli



Grupo de moradores de rua homossexuais que andam juntos pela região da av. Paulista

Fonte: Acervo Digital da *Folha de S. Paulo* - notícia publicada em 13 de fevereiro de 2011

A notícia relata a situação de um grupo de mendigos homossexuais/travestis que vivem nas ruas da avenida Paulista, em São Paulo. Para se protegerem das agressões que têm enfrentado devido à sua condição de moradores de rua, homossexuais e pela região em que vivem, elas optam por andar em grupo. Além disso, elas preferem ser chamadas por nomes femininos e enfrentam dificuldades nos abrigos da cidade, pois são proibidas de entrar vestidos de mulher.

Inicialmente, é importante notar que o título pode ser interpretado como estereotipado e problemático em relação aos indivíduos que vivem nas ruas e também à comunidade LGBTQIAP+. Há duas questões principais a serem consideradas na análise, o primeiro é o uso do termo "Sem-teto gays". O termo "sem-teto" já é estigmatizante em si, pois se refere a pessoas que não têm moradia e vivem em situação de vulnerabilidade social. O acréscimo de "gays" ao termo pode perpetuar o estereótipo de que a orientação sexual das pessoas tem relação direta com sua situação de moradia ou de que todas as pessoas LGBTQIAP+ são moradores de rua, o que não é verdade. Essa associação pode reforçar preconceitos e generalizações negativas sobre essa comunidade.

Ênfase na identidade feminina. O título ressalta que os moradores de rua gays preferem ser chamados por nomes femininos, o que sugere que suas identidades de gênero são uma característica relevante para a notícia. Embora seja importante dar voz às experiências individuais e às identidades das pessoas, é essencial evitar a sensacionalização ou o enfoque exagerado em estereótipos de gênero. Isso pode levar a uma interpretação negativa da história, onde a identidade de gênero pode ser vista como o principal motivo das adversidades enfrentadas pelos moradores de rua LGBTQIAP+, desviando a atenção de questões mais profundas relacionadas à desigualdade social e à discriminação.

Na notícia, é possível identificar o desrespeito ao nome social e ao pronome ao se referir às pessoas pelos seus nomes de registro (ou "nomes de batismo") e ao utilizar pronomes masculinos para pessoas que preferem ser chamadas por nomes femininos, refletindo sua identidade de gênero. Exemplos disso são: **1.** "Ele está falando com Samuel, 38, Joaquim, 35, Josué, 42, e Leandro, 23. Os quatro são gays e mendigos, moradores de rua", **2.** "Todos têm uma "identidade" feminina. Josué é Kelly ("de Grace Kelly"). Samuel é Sam. Joaquim é Giovanna Antonelli. E Leandro é Ludimila. Deste ponto em diante, serão chamadas por seus nomes de mulher" e **3.** "Sou uma mulher presa num corpo de homem. Não consigo representar uma coisa que não sou", diz Cláudio, nome de batismo de Cláudia, 39, travesti em terapia hormonal para ter traços femininos e crescer mamas".

A notícia apresenta uma confusão entre orientação sexual e identidade de gênero ao se referir aos quatro mendigos gays e moradores de rua que preferem ser chamados por nomes femininos. Embora o texto mencione que eles têm uma "identidade feminina" e os relacione ao uso de nomes femininos, a discussão sobre agressões e proibições em abrigos é principalmente relacionada à orientação sexual (serem gays) e ao fato de se vestirem de

mulher (travestismo). É importante esclarecer que identidade de gênero e orientação sexual são conceitos distintos e independentes. Ser gay, como mencionado na notícia, diz respeito à orientação sexual, enquanto o uso de nomes femininos indica uma identidade de gênero que pode ser não correspondente ao sexo atribuído ao nascimento.

Há uma imprecisão na expressão usada na notícia: "identidade transgênica". O termo correto e amplamente aceito é "identidade de gênero" ou simplesmente "identidade transgênero", não "transgênica". A palavra "transgênica" refere-se a organismos geneticamente modificados, e não tem relação com a discussão sobre gênero e identidade na notícia.

Nessa notícia, as travestis são representadas em termos de ativação, exclusão e impessoalização. A reportagem apresenta a realidade de quatro mendigos gays e travestis que vivem nas ruas da avenida Paulista, em São Paulo, e são vítimas de agressões e discriminação por serem pedintes, homossexuais e travestis, o que os torna triplamente expostos. Ao se referirem às travestis pelo nome masculino, como "Samuel é Sam" ou "Joaquim é Giovanna Antonelli", a matéria destaca a impessoalização desses indivíduos, desconsiderando sua identidade feminina preferida.

Alguns elementos de interdiscursividade estão presentes:

Discriminação e violência: Outro elemento de interdiscursividade está relacionado com a discriminação e violência enfrentadas pelos moradores de rua gays. A notícia menciona agressões sofridas na avenida Paulista, por parte da polícia, skinheads e outros moradores de rua. A discussão sobre a violência direcionada a grupos vulneráveis é um elemento que emerge de discursos anteriores sobre direitos humanos e igualdade.

Rejeição familiar e exclusão social: A narrativa dos mendigos gays inclui histórias de rejeição da família, dependência de álcool e drogas, prostituição e abuso sexual na infância. Essas histórias refletem discursos mais amplos sobre problemas sociais, vulnerabilidade e exclusão, contribuindo para a compreensão das trajetórias de vida desses indivíduos.

Política pública e ação social: A notícia aborda a questão da intransigência dos abrigos em permitir a entrada de mendigos travestidos, o que leva muitos a esconderem sua identidade para conseguir vaga e se proteger da violência e discriminação. Além disso, há discussões sobre a possibilidade de abrir um albergue exclusivo para gays, lésbicas, travestis e

transexuais em São Paulo, mobilizando a militância e a sociedade civil na busca por soluções políticas.

Em relação às fontes consultadas, Kelly, Sam, Giovanna e Ludimila são as quatro travestis mencionadas no texto, que são moradores de rua que vivem na região da avenida Paulista, em São Paulo. Elas compartilham suas experiências, desafios e queixas sobre a violência e discriminação que enfrentam; vigia do estabelecimento comercial, sem nome fornecido; A psicóloga Fernanda Maria Munhoz Salgado é uma fonte acadêmica citada na notícia e o empresário Douglas Drumond, que é dono de uma sauna gay na região da avenida Paulista e afirma estar disposto a reformar um albergue exclusivo para gays, lésbicas, travestis e transexuais de São Paulo.

Entretanto, ausentes fontes que poderiam ser interessantes para a construção da notícia, como representantes de organizações de defesa dos direitos LGBTQIAP+, defensores de direitos humanos e especialistas em questões de discriminação e violência contra populações marginalizadas, assistentes sociais ou profissionais de saúde mental que trabalham com essa população em situação de rua, autoridades responsáveis pela implementação de políticas públicas relacionadas à população de rua e às questões de diversidade.

Identifica-se algumas ideologias e hegemonias na notícia:

Ideologias sobre gênero e sexualidade: A notícia aborda a história de mendigos gays que preferem ser chamados por nomes femininos e se identificam com uma "identidade" feminina. Isso reflete a existência de ideologias sociais relacionadas ao gênero e à sexualidade, em que a norma heteronormativa e cisnormativa é questionada e desafiada por esses indivíduos.

Hegemonia heteronormativa e cisnormativa: A hegemonia da sociedade heteronormativa e cisnormativa é percebida nas dificuldades enfrentadas pelas travestis ao tentar acessar abrigos vestindo roupas femininas. A proibição de entrada de mendigos travestidos evidencia a resistência da norma social dominante, que não aceita a diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais.

Figura 10 - Travesti é perseguido e morto na Paraíba



Fonte: Acervo Digital da *Folha de S. Paulo* - notícia publicada em 19 de abril de 2011 - C5

A notícia relata sobre uma travesti que foi perseguida e morta por três jovens em Campina Grande, Paraíba. O crime foi registrado pelas câmeras de trânsito da cidade, onde os agressores desceram de um carro escuro e agrediram a vítima com chutes e mais de 30 facadas. Dois suspeitos foram presos, sendo um deles um adolescente de 17 anos que confessou ter planejado o assassinato por vingança.

De início, pode-se identificar equívocos em relação ao tratamento à identidade da travesti no título e na linha fina. No título, não foi feita a concordância nominal nos adjetivos perseguido e morto, em clara demonstração de desrespeito à identidade de gênero. Na linha fina, ao utilizar o termo "travesti" e, em seguida, tratá-la como "rapaz", a notícia contradiz a própria identidade de gênero da vítima e reforça estereótipos e discriminações que as pessoas travestis e transexuais enfrentam diariamente.

O desrespeito à identidade da vítima se perpetua em pelo menos mais dois trechos do texto, a travesti é referenciada pelo pronome "ele": "Pelo menos três jovens perseguiram, agrediram e mataram um travesti a facadas", além de não a chamarem pelo seu nome social: "Nas imagens, os rapazes descem de um carro escuro e começam a perseguir o travesti Daniel de Oliveira Felipe...".

A análise gramatical permite verificar a construção oracional na voz passiva em praticamente todo o texto, destacando o papel da travesti como paciente da ação verbal (sendo perseguida, agredida e morta). Isso permite uma representação mais precisa das ações em relação à travesti na notícia.

Nessa notícia, a travesti é representada de maneira ambígua quanto à sua inclusão e impessoalização. A inclusão é evidente no título, que menciona "Travesti é perseguido e morto", colocando a travesti como vítima de um crime. No entanto, ao longo do texto, a impessoalização é percebida quando a travesti é descrita como "rapaz" e "o travesti", não atribuindo características pessoais a ela. Isso pode minimizar a humanização da travesti como

vítima, tornando-o mais uma estatística de um crime. Além disso, a identidade da travesti, com seu nome de registro “Daniel de Oliveira Felipe”, é mencionada, mas essa forma de nomeação pode reforçar a percepção de impessoalização e desvalorização da travesti, pois não reflete o nome pelo qual gostaria de ser reconhecida. Em relação à categorização, a notícia não fornece informações detalhadas sobre o histórico ou a vida da travesti, reduzindo sua representação a uma vítima de violência. Portanto, é essencial garantir que a mídia trate as vítimas de crimes de forma respeitosa, evitando estereótipos e enfatizando sua humanidade.

Há alguns elementos de interdiscursividade presentes:

Narrativa policial e jurídica: O texto descreve a investigação policial, a identificação dos suspeitos e o registro das imagens de câmeras de trânsito como parte da narrativa do caso. A abordagem jurídica do ocorrido reforça a seriedade do crime e a busca por justiça.

Motivação do crime: O motivo do crime, conforme relatado pelo suspeito adolescente, envolve uma questão de vingança relacionada a um suposto roubo de dinheiro para uso em um encontro com uma prostituta. Essa motivação pode refletir e reforçar normas e valores sociais sobre comportamento sexual e criminalidade.

A delegada Cassandra Duarte é a única fonte mencionada na notícia, citada como a responsável pelo caso. Ela pode ter fornecido informações sobre o andamento das investigações e detalhes relacionados à confissão do adolescente suspeito. Para notícias sobre crimes e violência contra a comunidade LGBTQIAP+, é importante consultar grupos de direitos humanos, organizações como a Anistia Internacional, Human Rights Watch e ILGA (International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association) podem fornecer informações detalhadas sobre casos de violência e discriminação. Organizações LGBTQIAP+ locais, consulta a grupos locais que atuam na Paraíba ou em Campina Grande, bem como em outras regiões do Brasil, pode oferecer informações sobre o contexto local e como essa comunidade enfrenta desafios específicos.

Algumas ideologias e hegemonias estão presentes no texto:

Heteronormatividade e preconceito de gênero: A notícia mostra o crime brutal contra uma travesti, o que sugere a presença de preconceitos de gênero e a perpetuação de normas heteronormativas que podem levar à violência contra pessoas trans. O uso do termo "rapaz"

para se referir à vítima pode indicar a tentativa de reforçar uma visão binária de gênero e minimizar a identidade de gênero da vítima como travesti.

Hegemonia heterossexual: A notícia não faz menção ao motivo da violência e assassinato serem direcionados especificamente a um indivíduo LGBTQIAP+, o que pode indicar a normalização da violência contra pessoas que fogem da norma heterossexual.

Figura 11 - STF aprova união gay em sessão histórica

STF aprova união gay em sessão histórica

Supremo decide que não há mais no país diferença entre as relações estáveis de heterossexuais e homossexuais



Simpatizantes da causa gay comemoraram resultado do julgamento do Supremo na avenida Paulista, na noite de ontem

Fonte: Acervo Digital da *Folha de S. Paulo* - notícia publicada em 6 de maio de 2011 - C1

A notícia informa que em uma sessão histórica, o Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou de forma unânime a equiparação das uniões homoafetivas às uniões estáveis entre heterossexuais no país. Os ministros decidiram que ambas formam uma família e concederam segurança jurídica aos casais gays em relação a direitos como pensão, herança, compartilhamento de planos de saúde e adoção de filhos.

O texto adota uma linguagem formal e neutra para apresentar a notícia. As palavras utilizadas para se referir às pessoas homossexuais são "homossexuais", "casais gays", "comunidade homoafetiva" e "uniões homoafetivas". Essas expressões são empregadas de forma respeitosa e objetiva, buscando evitar termos pejorativos ou ofensivos. A estrutura oracional do texto é predominantemente informativa e descritiva, com o uso de orações afirmativas que relatam os fatos ocorridos no julgamento e suas implicações.

Os atores sociais homossexuais são representados através de categorias sociosemânticas de inclusão, especificação, personalização e categorização. A representação inclusiva ocorre quando o Supremo Tribunal Federal decide, de forma unânime, que não há diferença entre relações estáveis de homossexuais e heterossexuais, afirmando que ambas formam uma família e reconhecendo direitos como pensão, herança, compartilhamento de planos de saúde e adoção de filhos. Os casais homossexuais são especificados como protagonistas da luta por direitos ao serem mencionados com destaque, como o grupo de cerca de 150 homossexuais que foi até a avenida Paulista comemorar a decisão histórica. Além disso, há uma personalização quando o deputado federal Jean Wyllys, representante da comunidade gay, é citado aplaudindo silenciosamente cada frase dita pelo relator no voto inicial. A categorização ocorre ao equiparar as uniões homoafetivas à união estável entre heterossexuais, reforçando o reconhecimento igualitário dos direitos.

Há alguns elementos de interdiscursividade:

"O texto formal da decisão, chamado de acórdão, não tem prazo para ser publicado, mas o resultado do julgamento já vale a partir de hoje": Nesse trecho, há a indicação de uma linguagem técnica-jurídica, fazendo referência aos procedimentos judiciais usuais em casos importantes, ressaltando a seriedade da decisão e seu impacto imediato.

"Por que homossexual não pode constituir uma família? Por força de duas questões que são abominadas pela Constituição: a intolerância e o preconceito", afirmou Fux": A fala de Fux pode ser entendida como uma resposta a discursos e posicionamentos que sustentam a negação dos direitos da comunidade gay com base em fundamentos discriminatórios.

As autoridades que são citadas na notícia se referem a fontes oficiais, como os Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). É importante ouvir diversas vozes da comunidade LGBTQIAP+ para obter uma compreensão mais abrangente dos sentimentos e percepções em relação à decisão histórica do STF, como entrevistar casais homoafetivos, líderes de organizações que lutam pelos direitos e representação da comunidade LGBTQIAP+, juristas e advogados que se dedicam a questões legais relacionadas aos direitos da comunidade.

As ideologias que estão presentes no texto são:

Ideologia da igualdade e inclusão: A decisão unânime do Supremo Tribunal Federal em equiparar as uniões homoafetivas às uniões estáveis entre heterossexuais reflete uma

ideologia de igualdade de direitos para todos os cidadãos, independentemente da orientação sexual. A ideia de inclusão social é enfatizada, reconhecendo os casais gays como famílias com os mesmos direitos e deveres que os casais heterossexuais.

Hegemonia da liberdade de orientação sexual: A decisão do STF reforça uma hegemonia em defesa da liberdade de orientação sexual, reconhecendo que a homossexualidade é uma expressão legítima da diversidade humana e que todos devem ter a liberdade de escolher seus parceiros e constituir famílias, independentemente de sua orientação sexual.

Ideologia do respeito aos direitos humanos: Ao afirmar que o impedimento à constituição de uma família por parte de casais homossexuais se baseia em intolerância e preconceito, o ministro Luiz Fux destaca uma ideologia que valoriza os direitos humanos fundamentais e condena qualquer forma de discriminação ou exclusão.

Figura 12 - Projetos pró-gay caducam e Congresso ensaiam autocrítica

C8 cotidiano ★ ★ ★ SÁBADO, 7 DE MAIO DE 2011

Projetos pró-gays caducam e Congresso ensaia autocrítica

Após STF garantir direitos a casais homossexuais, líderes falam em 'paralisia'

Fonte: Acervo Digital da *Folha de S. Paulo* - notícia publicada em 7 de maio de 2011 - C8

A notícia relata que projetos pró-gays no Congresso Nacional caducaram devido ao lento ritmo de tramitação e impasses políticos, resultando em uma paralisia legislativa sobre o tema nos últimos 16 anos. Diante dessa inércia, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu a favor da união estável de casais gays, embora a Constituição ainda preveja essa união apenas entre "homens e mulheres".

O título da notícia apresenta um viés na escolha lexical ao usar o termo "caducam" para descrever os projetos pró-gays no Congresso. O verbo "caducar" carrega uma conotação negativa, sugerindo que os projetos perderam relevância ou se tornaram obsoletos, o que pode implicar que os direitos das pessoas gays não são prioridade ou não são mais relevantes. Esse tipo de escolha lexical pode reforçar estereótipos negativos ou criar uma visão distorcida sobre a luta pelos direitos LGBTQIAP+. É importante destacar que, apesar de mencionar projetos pró-gays, a notícia não entra em detalhes sobre o conteúdo específico desses

projetos. O foco está mais na dinâmica entre o Congresso e o STF, e na análise dos líderes políticos sobre o assunto

O texto utiliza terminologias relacionadas ao tema, como "Congresso", "união estável", "casais gays", "Supremo Tribunal Federal", "emenda constitucional", "líderes", entre outros. A escolha lexical é adequada para a temática em questão e contribui para a objetividade da notícia.

A notícia faz referência a pessoas gays ao mencionar os projetos em defesa dos homossexuais, a decisão do STF em favor da união estável de casais gays e as declarações dos líderes políticos sobre o tema. A abordagem é neutra, fornecendo informações sobre o contexto político e jurídico relacionado aos direitos das pessoas homossexuais.

Os homossexuais são representados como um grupo social excluído pelo Congresso Nacional, que falhou em aprovar projetos em defesa de seus direitos, levando o tema ao STF para uma decisão final, o que foi visto como uma "paralisia" legislativa. Os homossexuais são representados passivamente na notícia, pois são retratados como um grupo social que sofre com a inércia e falta de ação do Congresso Nacional em relação aos projetos em defesa de seus direitos. A notícia menciona a categoria geral de "homossexuais", representando o grupo como um todo, mas também especifica "casais gays" e "militares gays em união estável" para abordar situações específicas relacionadas aos direitos e benefícios.

Baseado na categoria de interdiscursividade de Fairclough, alguns desses elementos são:

Referências à legislação e ao Supremo Tribunal Federal (STF): O texto menciona a Constituição e como ela prevê a união estável apenas entre "homens e mulheres". Além disso, o texto destaca a decisão do Supremo Tribunal Federal em favor da união estável de casais gays, indicando a interação entre o discurso da lei e do poder judiciário.

Discurso político: A notícia traz falas de líderes de diferentes partidos políticos, como o líder do DEM e do PT, e o deputado líder do PSDB, apresentando suas opiniões e posicionamentos sobre a questão da legislação relacionada a casais homossexuais. Isso reflete a interdiscursividade do discurso político no debate sobre o tema.

Opinião de especialistas: A citação do advogado constitucionalista Erick Pereira contribui para a interdiscursividade ao trazer uma visão especializada sobre a relação entre as decisões

da Suprema Corte e o Congresso, reforçando a compreensão de que as decisões tomadas pelo STF não podem ser alteradas pelo Poder Legislativo.

A notícia trata de uma análise geral da situação no Congresso e inclui citações de líderes de diferentes partidos e outras autoridades políticas, mas não especifica quais foram as fontes entrevistadas, com exceção do advogado constitucionalista Erick Pereira. Entidades que defendem os direitos e a igualdade para pessoas LGBTQIAP+, como a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais (ABGLT), Grupo Gay da Bahia (GGB), entre outras, poderiam ter sido entrevistadas para fornecer suas perspectivas sobre o histórico dos projetos pró-LGBTQIAP+ no Congresso e sua opinião sobre a falta de avanço legislativo. A inclusão de depoimentos de pessoas LGBTQIAP+ sobre suas experiências e perspectivas em relação aos projetos e à decisão do STF poderia enriquecer a matéria com histórias reais e visões daqueles diretamente afetados pelas políticas públicas.

É possível identificar ideologia conservadora na notícia:

Conservadorismo: É possível identificar a presença de ideologias conservadoras no discurso dos líderes do Congresso, como o senador Demóstenes Torres (DEM) e o deputado Duarte Nogueira (PSDB). Eles argumentam que o Supremo tomou decisões a respeito dos direitos dos casais homossexuais: “O Supremo fez uma atualização da lei que o Congresso se recusou a fazer. Mais uma vez o Congresso foi atropelado, ficou para trás e fica pequeno do tamanho que está”. Essa visão conservadora pode estar relacionada a uma resistência à mudança na legislação para incluir direitos para a comunidade LGBTQIAP+.

Figura 13 - Bolsonaro leva panfleto antigay a escolas

FOLHA DE S.PAULO

QUARTA-FEIRA, 11 DE MAIO DE 2011 ★ ★ ★ cotidiano C5

Bolsonaro leva panfleto antigay a escolas

Deputado quer repassar para a Câmara despesa do impresso, que chega a associar o homossexualismo à pedofilia

Dissidências sexuais e de gênero no jornalismo hegemônico: Um estudo sobre as representações da população LGBTQIAP+ no jornal Folha de S. Paulo



Fonte: Acervo Digital da *Folha de S. Paulo* - notícia publicada em 11 de maio de 2011 - C5

A notícia relata que o deputado Jair Bolsonaro mandou imprimir 50 mil cópias de um panfleto antigay, o qual foi distribuído em residências e escolas do Estado do Rio de Janeiro. O panfleto critica o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do governo, chegando a associar o homossexualidade à pedofilia.

A estruturação da notícia também influencia a representação das pessoas homossexuais. O texto começa com a manchete "Bolsonaro leva panfleto antigay a escolas", o que já direciona o leitor a associar o deputado ao conteúdo negativo do panfleto. Além disso, o texto utiliza citações do deputado Bolsonaro, enfatizando suas opiniões controversas sobre o "kit gay" e o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do governo.

Verifica-se que o texto utiliza termos que podem ser considerados pejorativos ou discriminatórios para se referir às pessoas homossexuais, tais como "homossexualismo" (em vez de homossexualidade) e "fundamentalistas" (para descrever defensores de direitos LGBTQIAP+). Essas escolhas lexicais podem influenciar a percepção do leitor sobre o assunto tratado.

No contexto histórico, é importante notar que o termo "homossexualismo" já foi usado para descrever a atração entre pessoas do mesmo sexo e, muitas vezes, foi associado a uma conotação negativa, retratando a homossexualidade como uma condição ou doença mental. O

sufixo "-ismo" pode ser usado para formar palavras que denotam uma doutrina, ideologia, sistema ou prática, mas também pode ser usado para se referir a uma condição patológica.

O texto utiliza adjetivos com carga valorativa negativa, como "antidiscriminação" para se referir ao material didático do Ministério da Educação, e "falso discurso" para descrever a ação do MEC em combater a homofobia. A estrutura oracional apresenta frases com tom acusatório e polêmico, como quando o deputado chama o material didático de "kit gay" e acusa o Ministério da Educação de querer transformar crianças em homossexuais.

Nessa notícia, os atores sociais homossexuais são representados através de estratégias de exclusão, ativação e personalização. O deputado Jair Bolsonaro distribuiu um panfleto antigay que associa o homossexualismo à pedofilia, criando uma imagem negativa e estigmatizada dos homossexuais. Através da linguagem utilizada no panfleto, eles são retratados como uma ameaça aos alunos do 1º grau, propagando a ideia de que ser gay é motivo de vergonha para a família brasileira. O material também distorce o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, criando termos pejorativos como "cotas para professor gay" e "batalhões policiais gays nos Estados", com o objetivo de gerar rejeição. Além disso, o secretário-executivo da Secretaria de Direitos Humanos e o presidente da ABGLT são citados como "defensores do fundamentalismo homossexual", associando-os a uma imagem negativa. As estratégias de personalização e exclusão utilizadas na notícia tendem a aumentar a polarização e disseminar preconceitos, prejudicando a inclusão e a igualdade de direitos para os homossexuais.

A notícia menciona alguns elementos de interdiscursividade

Rótulos e estereótipos: O panfleto distribuído pelo deputado faz uso de rótulos negativos, como "fundamentalistas homossexuais", para descrever o secretário-executivo da Secretaria de Direitos Humanos, André Lázaro, e o presidente da ABGLT, Toni Reis. Esse tipo de linguagem procura descreditar os opositores e enfatizar suas posições como extremistas, buscando criar uma imagem negativa deles.

Hiperbolização e polarização: A notícia apresenta afirmações de Bolsonaro sobre o "Plano Nacional da Vergonha" e o "kit gay" como elementos que seriam responsáveis por transformar crianças em homossexuais e torná-las presas fáceis para pedófilos. Essas declarações exageradas têm o objetivo de polarizar o debate e reforçar a oposição à política

governamental, utilizando uma linguagem carregada de emoção para influenciar a opinião pública.

As fontes mencionadas no texto em resposta aos ataques de Bolsonaro, inclui o Secretário-executivo da Secretaria de Direitos Humanos, André Lázaro e o Presidente da ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), Toni Reis. É importante lembrar que uma notícia bem fundamentada deve buscar perspectivas diversas e informações precisas, permitindo que o leitor tenha uma visão completa do assunto em questão, pessoas envolvidas em ativismo e defesa dos direitos LGBTQIAP+ poderiam oferecer suas contribuições, especialistas em educação sexual e pedagogia poderiam oferecer sua visão sobre a relevância e adequação de um material didático antidiscriminação e representantes do Ministério da Educação (MEC) poderiam explicar o conteúdo real do "kit anti-homofobia".

Pode-se identificar algumas ideologias e hegemonias presentes na notícia:

Ideologia heteronormativa: A notícia apresenta a visão do deputado Jair Bolsonaro, que associa o homossexualismo à pedofilia, perpetuando uma ideologia heteronormativa. Essa ideologia pressupõe que a heterossexualidade é a norma e desvaloriza ou patologiza qualquer forma de orientação sexual não heterossexual, reforçando estereótipos e preconceitos contra a comunidade LGBTQIAP+.

Hegemonia conservadora: O discurso de Bolsonaro é representativo de uma hegemonia conservadora, que busca manter e reforçar valores tradicionais, como a família tradicional heterossexual, e se opõe a mudanças sociais relacionadas aos direitos e reconhecimento da diversidade sexual e de gênero. Ele critica o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, apresentando uma visão preconceituosa sobre o tema.

Medo e alarmismo: Bolsonaro utiliza a ideologia do medo e alarmismo ao afirmar que o material didático antidiscriminação preparado pelo Ministério da Educação tem o objetivo de "transformar seu filho de 6 a 8 anos em homossexual" e que torna "nossos filhos presas fáceis para pedófilos". Essa retórica busca criar um ambiente de hostilidade em relação às pautas LGBTQIAP+ e desacreditar iniciativas de combate à homofobia e promoção da igualdade de direitos.

Figura 14 - Evangélicos tentam no Congresso limitar direito dos gays

FOLHA DE S. PAULO

Evangélicos tentam no Congresso limitar direitos dos gays

Bancada formada por religiosos afirma que STF feriu a Constituição ao reconhecer união civil homossexual

Fonte: Acervo Digital da *Folha de S. Paulo* - notícia publicada em 13 de maio de 2011 - C7

A notícia relata que a bancada evangélica do Congresso está se mobilizando para limitar os direitos dos gays em resposta à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de reconhecer a união civil entre homossexuais. Após protestos, a Comissão de Direitos Humanos do Senado adiou a votação de um projeto que criminaliza a homofobia.

O termo "união civil homossexual" é utilizado para representar a questão central do texto. A escolha lexical reflete a perspectiva dos evangélicos, que discordam do reconhecimento da união civil entre homossexuais pelo STF, enfatizando a orientação sexual no termo. O uso do termo "homofobia" e a menção a um "projeto que criminaliza a prática da homofobia" demonstram o contexto de luta pelos direitos dos LGBTQ+ e a oposição dos evangélicos em relação a medidas que visem combater a discriminação com base na orientação sexual.

O uso de orações subordinadas adverbiais como "Após protestos do grupo, comissão do Senado adiou votação de texto que criminaliza a prática da homofobia" destaca a relação de causa e efeito entre os protestos dos evangélicos e o adiamento da votação do projeto contra a homofobia.

As declarações dos religiosos são apresentadas através de estruturas verbais no discurso direto, por exemplo, "O deputado Anthony Garotinho (PR-RJ) disse que o grupo pretende apresentar projeto de decreto legislativo para anular a decisão do Supremo." Isso dá ênfase às vozes dos atores envolvidos no debate sobre os direitos dos gays.

Na notícia "Evangélicos tentam no Congresso limitar direitos dos gays," os gays são representados de forma excluída, generalizada e funcionalizada. Eles são categorizados como um grupo específico ("os gays"), identificados funcionalmente por sua orientação sexual e são alvos das ações dos evangélicos. Essa representação mostra a disputa e o conflito entre os

atores sociais, refletindo a luta pelos direitos dos gays no contexto político-religioso brasileiro.

Alguns elementos de interdiscursividade se fazem presentes:

Discurso religioso: O discurso religioso é um dos elementos mais proeminentes na notícia, representado principalmente pela bancada evangélica do Congresso. Eles estão usando seus valores e crenças religiosas para justificar a tentativa de limitar os direitos dos gays. O argumento central é que a decisão do STF de reconhecer a união civil homossexual fere a Constituição, que, segundo eles, reconhece apenas a união civil entre homem e mulher.

Discurso legal/jurídico: O discurso jurídico também está presente, especialmente nos argumentos dos advogados constitucionalistas que explicam a dificuldade de anular a decisão do STF. Eles mencionam cláusulas pétreas da Constituição que tornam a alteração impossível.

Discurso político: Elementos de discurso político são percebidos nas ações da bancada evangélica ao se articular para aprovar propostas e apresentar um projeto de decreto legislativo. Além disso, o evento planejado por um pastor em frente ao Congresso é uma resposta política à decisão do STF.

As fontes citadas na notícia são o deputado Anthony Garotinho (PR-RJ), os advogados constitucionalistas Eduardo Mendonça e Cláudio de Souza, o pastor Silas Malafaia, o militante gay Toni Reis, deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), a senadora Marinor Brito (PSOL-PA) e a senadora Marta Suplicy (PT-SP). É importante ouvir e incluir a voz das pessoas diretamente afetadas por questões de direitos e discriminação, especialmente quando se trata de notícias que envolvem temas sensíveis e impactantes para uma comunidade específica. Consultar uma variedade de fontes contribuiria para uma cobertura jornalística mais abrangente, como líderes religiosos LGBTQIAP+, pessoas LGBTQIAP+ afetadas pelas propostas, representantes políticos da comunidade.

Na notícia, pode-se identificar algumas ideologias e hegemonias presentes, especialmente relacionadas à questão da união civil homossexual e a criminalização da homofobia. A Ideologia religiosa conservadora e a hegemonia heteronormativa, segundo a ideia defendida pela bancada evangélica de que a Constituição reconhece apenas a união civil entre homem e mulher.

Figura 15 - Kit escolar é ‘propaganda de opção sexual’, diz Dilma



Fonte: Acervo Digital da *Folha de S. Paulo* - notícia publicada em 27 de maio de 2011 - C1

A notícia relata que a presidente Dilma Rousseff considerou o kit escolar anti-homofobia do Ministério da Educação como "propaganda de opção sexual" e, por isso, determinou a suspensão da sua produção e distribuição. Ela não concordou com o material por não acreditar que ele fizesse a defesa de práticas não homofóbicas.

Inicialmente, pode-se analisar a expressão "propaganda de opção sexual", que é utilizada por Dilma Rousseff para se referir ao material educativo. O termo "opção sexual" carrega uma conotação de escolha, o que pode ser visto como problemático por representar uma visão simplificada e inadequada da orientação sexual, já que a orientação sexual não é uma opção, mas sim uma característica inerente das pessoas.

A notícia inclui citações diretas de Dilma Rousseff, ministros, congressistas e ativistas. Essas citações servem para expressar as opiniões e perspectivas das diferentes partes envolvidas no debate sobre o kit anti-homofobia. As citações diretas trazem maior autenticidade e impacto ao discurso.

Há uso de expressões avaliativas, como "um grande mal entendido", "não acreditar que ele 'faça a defesa de práticas não homofóbicas'", "não foi desenhado de maneira apropriada para promover aquilo que ele pretende, que é o combate à violência". Essas expressões contribuem para a construção de atitudes e opiniões em relação ao kit e às questões envolvidas. Além disso, o uso de verbos modais, como "deve", "não deve", "não concordar", "não vai ser permitido", "poderão ser refeitos", expressa possibilidade, probabilidade, permissão e vontade em relação a diferentes aspectos do debate sobre o kit anti-homofobia.

Na notícia em questão, os atores sociais gays são representados por meio de diversas estratégias socio-semânticas. Primeiramente, a personalização é usada para destacar a posição do ativista Toni Reis, presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, como um representante da comunidade LGBT. Sua fala reflete a inclusão do grupo, enfatizando o desejo de não serem discriminados e o apoio à luta contra a homofobia. Por outro lado, a presidente Dilma Rousseff utiliza a generalização ao afirmar que o governo não deve fazer "propaganda de opção sexual", abrangendo um ponto de vista mais amplo que parece categorizar a orientação sexual das pessoas como uma escolha individual. Essa generalização pode ser interpretada como uma forma de passivizar o grupo LGBTQIAP+, desconsiderando suas reivindicações e posicionamentos.

Além disso, a notícia também aborda a questão da especificação ao mencionar os temas dos vídeos no kit anti-homofobia, como transexualidade, bissexualidade e a relação entre duas meninas homossexuais. Essa especificação pode estar vinculada ao objetivo de nomear ou categorizar essas identidades sexuais e de gênero, contribuindo para a compreensão dos leitores sobre o conteúdo do material em discussão.

Em resumo, a notícia apresenta alguns elementos de interdiscursividade ao abordar diferentes perspectivas sobre o kit escolar anti-homofobia e a reação da presidente Dilma Rousseff e do governo em relação ao tema, como as vozes dos congressistas religiosos, da comunidade gay, do governo e do ministro da Educação criam um diálogo em torno da questão, evidenciando as divergências e discussões em torno do assunto.

É importante notar que as informações fornecidas na notícia foram baseadas em declarações públicas, entrevistas e pronunciamentos oficiais das figuras envolvidas no assunto do kit anti-homofobia, como a presidente Dilma, Toni Reis, presidente da ABGLT, e o Ministro da Educação Fernando Haddad. É importante ressaltar que, em reportagens abordando temas sensíveis ou relacionados a grupos específicos, é fundamental que os jornalistas busquem dar voz às diferentes perspectivas, o que pode incluir entrevistas ou declarações de ativistas, líderes comunitários e membros do grupo afetado pelo assunto em questão.

A ideologia presente na notícia é a perspectiva contrária à abordagem da diversidade sexual nas escolas. Essa ideologia é representada pelas bancadas religiosas e evangélicas, que são contrárias ao kit anti-homofobia e alegam que o material faz "propaganda de opção sexual" e incentiva o homossexualismo. Essa posição é expressa em discursos que desaprovam a

inclusão de temáticas LGBTQIAP+ no currículo escolar e na rejeição de abordagens que busquem combater a discriminação com base na orientação sexual.

A hegemonia presente na notícia é a visão predominante da sociedade que se opõe à discussão aberta sobre diversidade sexual nas escolas. A presidente Dilma Rousseff, ao ceder à pressão das bancadas religiosas e suspender a produção e distribuição do kit, demonstra a predominância dessa visão hegemônica, que considera o material inadequado e rejeita a abordagem de questões relacionadas à transexualidade, bissexualidade e homossexualidade no contexto escolar.

Figura 16 - Veto a kit só considera igreja, diz educador

KIT CONTRA HOMOFOBIA Cinco vídeos seriam distribuídos a escolas públicas. Três deles foram exibidos à imprensa em janeiro em versão preliminar



- 1 "Encontrando Bianca"**
A travesti Bianca diz que não se sentia bem com roupas de menino, pois sempre se sentiu mulher. Ela sofre preconceito na escola, onde teme ser agredida, e quer ser chamada por seu nome de mulher e poder usar o banheiro feminino
- 2 "Torpedo"**
Fotos de duas alunas que têm um relacionamento são divulgadas na internet. As estudantes enfrentam olhares nos corredores do colégio, mas, no pátio da escola, se abraçam e decidem começar um namoro
- 3 "Probabilidade"**
Feito em animação, o vídeo conta a história de Leonardo, que, ao mudar de cidade, se descobre bissexual. Conhece Rafael, primo de Mateus, um amigo que ele descobre ser gay, e percebe que sente pelo rapaz o mesmo que sentia por sua ex-namorada

Fonte: Acervo Digital da *Folha de S. Paulo* - notícia publicada em 27 de maio de 2011 - C3

A notícia aborda o veto da presidente Dilma Rousseff à distribuição e produção do kit anti-homofobia encomendado pelo Ministério da Educação, o que gerou críticas entre especialistas em educação. Segundo o texto, o governo considerou apenas a reação das igrejas em relação ao material, enquanto ele poderia ser um instrumento para combater a homofobia quando adequadamente trabalhado nas escolas.

O texto apresenta alguns adjetivos que expressam opiniões ou juízos de valor, como "adequadamente trabalhado", "legal" (entre aspas para mostrar que é uma citação), "mais adequado", "qualitativo", "pretexto", "falta de qualidade". Esses adjetivos ajudam a caracterizar as posições dos especialistas em relação ao kit anti-homofobia e suas opiniões sobre o combate à homofobia.

Há o uso frequente de verbos modais e expressões de crença e avaliação para dar significado às opiniões apresentadas pelos especialistas. Alguns exemplos são: "gerou críticas", "ajudaria

na luta contra a homofobia", "apoiar qualquer iniciativa de combate à discriminação", "é "legal" ser homossexual", "fazer apologia é diferente", "vê risco de os vídeos provocarem uma situação de bullying", "não quis comentar o conteúdo do kit", "é o instrumento mais adequado na luta contra a homofobia", "não dão resultado", "o kit é um pretexto para mascarar a falta de qualidade na educação" etc. O uso de verbos modais e advérbios contribui para a construção do significado e das representações sobre a temática abordada na notícia.

Na notícia, os homossexuais são representados através de diferentes categorias da teoria sócio semântica dos atores sociais. Em relação à exclusão ou inclusão, há uma ambiguidade nas representações. Enquanto César Callegari e a psicopedagoga Elenice da Silva defendem a inclusão e luta contra a homofobia, Quézia Bombonato e Neide Noffs parecem inclinadas à exclusão, mostrando ressalvas em relação à representação positiva dos homossexuais no material. Quanto à ativação/passivação, os homossexuais são ativados por César Callegari e Elenice da Silva, considerando-os como sujeitos ativos na luta contra o preconceito. Já Quézia Bombonato e Neide Noffs parecem apassivar os homossexuais, tratando-os como objeto de influência negativa e não empoderados, respectivamente.

Em relação à generalização/especificação, há generalização negativa por parte de Quézia Bombonato ao afirmar que o vídeo só mostra que é "legal" ser homossexual, sem abordar a heterossexualidade. Em termos de personalização/impersonalização, os argumentos contra o kit anti-homofobia tendem a despersonalizar os homossexuais, tratando-os como uma entidade abstrata e não indivíduos com identidades únicas. Quanto à nomeação/categorização, diferentes termos são utilizados para se referir aos homossexuais, como "homossexual," "outro lado" (heterossexual) e "personagem principal de um filme," mostrando diferentes formas de categorização.

Na notícia, encontrou-se elementos de interdiscursividade relacionados ao debate sobre o kit anti-homofobia encomendado pelo Ministério da Educação. César Callegari, representando o governo federal, defende o material e critica a influência das igrejas na decisão. As igrejas são mencionadas como atores relevantes no debate. As psicopedagogas Elenice da Silva e Quézia Bombonato apresentam opiniões divergentes sobre o kit, abordando temas como combate à discriminação e conteúdo do material. Neide Noffs, por sua vez, desaprova o kit e sugere investimento na formação dos professores como solução para combater a homofobia. Esses discursos revelam o embate de ideias e perspectivas sobre a questão, constituindo elementos de interdiscursividade no texto jornalístico.

Há uma mistura de fonte oficial, como César Callegari da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação com fontes de especialistas, como as psicopedagogas Elenice da Silva e Quézia Bombonato presidente da Associação Brasileira de Psicopedagogia, e Neide Noffs, coordenadora do curso de psicopedagogia da PUC-SP. Para além das fontes já mencionadas, outras que poderiam ser consultadas para uma visão mais inclusiva e representativa incluem líderes ou membros de organizações LGBTQIAP+ para fornecer suas perspectivas sobre a questão do combate à homofobia nas escolas e como o kit poderia ter sido útil nesse contexto, bem como adolescentes e jovens LGBTQIAP+ podem compartilhar suas experiências pessoais em relação ao ambiente escolar e como a falta de recursos educacionais sobre diversidade sexual pode afetá-los.

A notícia sobre o veto ao kit anti-homofobia evidencia questões relacionadas à ideologia e hegemonia presentes no debate sobre educação e combate à discriminação. A resistência ao kit pode indicar a hegemonia de perspectivas conservadoras, enquanto a defesa da iniciativa reflete ideologias progressistas que buscam combater a discriminação. Assim, o texto evidencia o embate entre diferentes ideias e valores na construção das políticas públicas educacionais, revelando a complexidade das relações entre ideologia e hegemonia no contexto da educação e da luta contra a homofobia no Brasil.

Figura 17 - Carta da Parada Gay critica conservadores

FOLHA DE S. PAULO

TERÇA-FEIRA, 7 DE JUNHO DE 2011 ★ ★ ★ cotidiano C3

Carta da Parada Gay critica conservadores

Organização do evento, no dia 26, divulga documento com o slogan 'Amam-se uns aos outros: basta de homofobia'

Fonte: Acervo Digital da *Folha de S. Paulo* - notícia publicada em 7 de junho de 2011 - C3

A notícia aborda a crítica da Carta da Parada Gay aos conservadores e religiosos que se opõem aos direitos dos homossexuais. A organização do evento adotou o slogan "Amam-se uns aos outros: basta de homofobia". O tom religioso da 15ª edição do evento surgiu em meio às discussões sobre um projeto de lei contra a homofobia no Congresso Nacional, gerando conflitos entre evangélicos e defensores dos direitos LGBTQIAP+.

O uso de adjetivos como "religioso," "conservadorismo," "fundamentalismo," "homofobia," "evangélicos," "homossexuais," "negros," "gays," entre outros, é relevante para a caracterização das pessoas e grupos envolvidos no contexto.

Na escolha lexical, o uso da frase bíblica como slogan é uma estratégia para relacionar a luta contra a homofobia à mensagem de amor e respeito presente na Bíblia. A expressão "fim da guerra entre religião e direitos humanos" também é cuidadosamente selecionada para destacar a necessidade de conciliação entre crenças religiosas e a garantia dos direitos humanos para a comunidade LGBTQIAP+.

O uso de advérbios como "exatamente" e "realmente" enfatiza o contraste entre o significado original da frase bíblica e a interpretação feita por alguns religiosos. Esse tipo de escolha linguística contribui para a construção de uma crítica contundente em relação à postura de determinados grupos religiosos.

A notícia representa os LGBTQIAP+ através de uma estratégia sociossemiótica de inclusão, ativação e personalização. A inclusão é evidente na referência ao evento como "Parada do Orgulho Gay" e ao slogan "Amai-vos uns aos outros: basta de homofobia", que busca englobar uma diversidade de participantes e aliados na luta contra a discriminação. A ativação ocorre quando o coordenador do evento critica religiosos, ativando a oposição entre grupos e, assim, ativando também a defesa dos direitos dos homossexuais. A personalização ocorre na figura do coordenador que lança uma "carta aberta contra o conservadorismo e o fundamentalismo", atribuindo sua posição individual às questões políticas e sociais.

A notícia apresenta elementos de interdiscursividade que envolvem temas religiosos e de direitos humanos no contexto da Parada do Orgulho Gay em São Paulo. A interdiscursividade é percebida através do uso do slogan "Amai-vos uns aos outros: basta de homofobia", que faz referência a uma frase bíblica e destaca a relação entre religião e homofobia. A carta aberta contra o conservadorismo e o fundamentalismo também revela a interdiscursividade entre os discursos da organização da parada e as questões sociais e políticas relacionadas aos direitos dos homossexuais. A resposta da Igreja Católica e o posicionamento do padre Antonio Pereira sobre a união homossexual refletem uma interdiscursividade entre os discursos religiosos e a postura da igreja diante da questão LGBTQIAP+.

Na notícia, foram citadas duas fontes principais, Ideraldo Beltrame, coordenador do evento da Parada do Orgulho Gay, que lançou a campanha com uma "carta aberta contra o conservadorismo e o fundamentalismo" e o Padre Antonio Pereira, porta-voz da Arquidiocese de São Paulo, representando a Igreja Católica, que afirmou que concorda com o slogan do evento ("Amai-vos uns aos outros: basta de homofobia"), mas ressaltou que a igreja se

reserva o direito de ser contra a união homossexual. É importante consultar uma variedade de fontes para obter uma cobertura abrangente e equilibrada sobre um evento como a Parada do Orgulho Gay,, por exemplo, representantes de entidades religiosas inclusivas, bem como especialistas que podem fornecer análises sobre as dinâmicas sociais envolvendo a parada, a reação de diferentes grupos e o contexto político-religioso em torno do evento.

A notícia da Parada Gay apresenta algumas ideologias e hegemonias em conflito. Essa disputa ideológica entre religião e direitos humanos reflete-se na polarização política entre evangélicos e entidades de defesa dos homossexuais, tornando-se evidente no contexto do projeto de lei contra a homofobia no Congresso Nacional.

Figura 18 - Menores de idade e gays agora poderão doar sangue

QUARTA-FEIRA, 15 DE JUNHO DE 2011 ★ ★ ★ cotidiano C9

Menores de idade e gays agora poderão doar sangue

Pergunta sobre orientação sexual do doador é banida de questionário

Fonte: Acervo Digital da *Folha de S. Paulo* - notícia publicada em 15 de junho de 2011 - C9

Essa notícia informa que o Ministério da Saúde anunciou a autorização para que menores de idade, entre 16 e 17 anos, com a permissão dos responsáveis, possam doar sangue, além de eliminar a orientação sexual como critério de seleção de doadores nos hemocentros. Anteriormente, mesmo sem histórico de relação sexual nos últimos 12 meses, homossexuais eram considerados inaptos para doar.

A notícia utiliza termos neutros e precisos para se referir às pessoas gays, como "gays" e "homossexuais", sem utilizar linguagem pejorativa ou estigmatizante. Além disso, emprega o termo "orientação sexual" para se referir ao aspecto específico avaliado na doação de sangue.

O uso da conjunção subordinativa adverbial concessiva “Apesar de” no sexto parágrafo introduz uma ideia que contrasta com a anterior, ou seja, nesse caso, a concessão é de que "a orientação sexual não é mais critério para selecionar doadores", mas, apesar disso, existe uma restrição específica para homens homossexuais e bissexuais relacionada a ter feito sexo com outro homem nos últimos 12 meses, o que, na prática, impede-os de doar sangue.

No trecho "Estudos ainda mostram que o risco do homem que fez sexo com homem é 18 vezes maior de ter infecção pelo HIV" mostra uma associação direta entre a orientação sexual

e a infecção por HIV, o que pode ser considerado estigmatizante. É essencial considerar que a estigmatização de grupos específicos pode levar à subnotificação de casos e dificultar a prevenção e o tratamento. O foco deve estar na conscientização e na educação sobre práticas seguras de doação de sangue e prevenção de doenças, independentemente da orientação sexual.

A escolha lexical "comportamento de risco" enfatiza a mudança de critérios na política de doação de sangue para pessoas gays, homossexuais e bissexuais, destacando que a avaliação agora está mais centrada nas práticas de risco, o que mais importa é o rigor na avaliação do comportamento de risco e não a orientação sexual do doador, o texto destaca uma preocupação com a segurança e a saúde do receptor do sangue, em vez de focar na orientação sexual do doador como critério restritivo.

Os atores sociais gays são representados por inclusão, pois o Ministério da Saúde autoriza doações de jovens gays e menores de idade ao não considerar a orientação sexual como critério de seleção de doadores. Através dessa mudança, ocorre uma personalização/impersonalização, pois os gays não mais são especificamente categorizados no questionário. Por outro lado, uma restrição ainda persiste na prática, com a exclusão/apassivação de homens gays que tiveram relações sexuais com outros homens nos últimos 12 meses, com base em uma identificação de grupos de risco relacionada ao HIV. Portanto, embora haja uma inclusão aparente, a representação dos gays ainda é afetada por critérios de restrição relacionados ao histórico de comportamento sexual ativo.

Pode-se identificar alguns elementos de interdiscursividade no texto:

Discurso institucional do Ministério da Saúde: O texto apresenta uma decisão tomada pelo Ministério da Saúde que permite a doação de sangue por menores de idade (16 e 17 anos) mediante autorização dos responsáveis e que elimina a orientação sexual como critério de seleção de doadores.

Discurso científico: O texto menciona Dalton Chamone, professor de hematologia e hemoterapia da USP, que justifica a restrição anterior aos menores de idade por questões biométricas, como o peso inferior a 50 kg.

Discurso de senso comum e ativismo: A mudança na política de doação de sangue é vista como positiva pelo professor Chamone, que enfatiza a importância de avaliar o comportamento de risco, independentemente da orientação sexual do doador. Esse discurso sugere uma perspectiva de combate à discriminação e ao preconceito com base na orientação sexual.

A notícia menciona algumas pessoas especialistas e autoridades em saúde que podem ter sido consultadas para fornecer informações sobre o assunto, como o ministro da saúde, Alexandre Padilha, que anunciou a portaria que permite o recebimento de doações de jovens de 16 e 17 anos e a remoção da orientação sexual como critério de seleção de doadores e Dalton Chamone, professor de hematologia e hemoterapia da USP (Universidade de São Paulo), que compartilhou informações sobre a restrição aos menores de idade devido a questões biométricas, como o peso menor.

No entanto, para obter uma perspectiva mais abrangente sobre o assunto e entender as opiniões e preocupações da comunidade LGBTQIAP+ em relação à política de doação de sangue, outras fontes poderiam ter sido ouvidas, por exemplo, organizações LGBTQIAP+ de saúde, especialistas em saúde e pesquisadores que se concentram em questões de saúde sobre essa parcela, grupos e ativistas LGBTQIAP+ frequentemente estão envolvidos em questões de saúde e podem ter opiniões e preocupações específicas sobre as políticas de doação de sangue.

Com base na análise da notícia, podemos identificar algumas ideologias e hegemonias presentes

Heteronormatividade e discriminação prévia: Anteriormente, a orientação sexual era considerada como critério para selecionar doadores, especialmente quando se tratava de homossexuais. Isso reflete uma ideologia heteronormativa, que assume a heterossexualidade como a norma e exclui ou discrimina outras orientações sexuais.

Medicalização e controle social: A restrição aos menores de idade e a continuidade da restrição a homens que fizeram sexo com outros homens nos últimos 12 meses mostra uma visão medicalizada e controladora da sexualidade e comportamentos individuais. Essa visão considera a orientação sexual e o comportamento sexual como fatores de risco, ignorando outras medidas de segurança que poderiam ser aplicadas, como a avaliação rigorosa do comportamento de risco.

Hegemonia científica: A notícia menciona o argumento de que o risco de infecção pelo HIV é 18 vezes maior em homens que fizeram sexo com homens. Isso parece apoiar-se em dados científicos, o que pode ser considerado uma hegemonia científica, onde determinados conhecimentos ou estudos são valorizados e reproduzidos como verdades absolutas, influenciando políticas e práticas.

Figura 19 - Lésbicas de Cristo -Igreja evangélica fundada por mulheres homossexuais no centro de São Paulo quer acolher " escorraçados pela intolerância"



Fonte: Acervo Digital da *Folha de S. Paulo* - notícia publicada em 16 de junho de 2011 - C7

A notícia "Lésbicas de Cristo" fala sobre a abertura de uma nova igreja evangélica em São Paulo chamada Comunidade Cidade de Refúgio. Fundada por Lanna Holder e Rosania Rocha, ambas ex-pastoras evangélicas que se apaixonaram e deixaram seus maridos para viver juntas, a igreja acolhe aqueles que foram rejeitados pela intolerância.

A expressão "Lésbicas de Cristo" no título da notícia pode ser objeto de crítica por algumas razões. Embora o título mencione a fundação de uma igreja evangélica por mulheres homossexuais, o uso da palavra "lésbicas" pode ser percebido como reducionista e focado unicamente na orientação sexual das fundadoras, o que pode ser sensacionalista e desviar a atenção do objetivo principal da igreja, que é acolher os "escorraçados pela intolerância". Ao usar essa expressão, o título parece destacar a orientação sexual das fundadoras da igreja ("lésbicas") em conexão direta com o cristianismo, essa associação pode ser vista como negativa, pois sugere que a homossexualidade e a religião cristã são incompatíveis ou conflitantes.

A escolha das palavras no texto é crucial para construir a representação das pessoas lésbicas e o contexto em que estão inseridas. Termos como "homossexuais", "ex-lésbica", "praga gay", "culpa extrema" são utilizados para descrever a experiência de Lanna Holder. A palavra "escorraçados" também é significativa, pois denota o tratamento hostil e discriminatório que algumas pessoas LGBTQIAP+ podem enfrentar.

O uso do conector causal "Pois foi só se converter ao evangelho" sugere uma relação causal direta entre a conversão de Lanna e a mudança em sua vida, deixando para trás sua vida "dissoluta" e relacionamentos com outras mulheres. Essa causalidade implícita pode perpetuar a ideia de que a homossexualidade é uma questão a ser "curada" ou superada. A narrativa de que Lanna "deixou para trás um pelotão de namoradas suspirantes e as noitadas movidas a cocaína e hectolitros de álcool" ao se converter reforça estereótipos negativos sobre a comunidade LGBTQIAP+, sugerindo uma associação entre homossexualidade e comportamentos problemáticos.

Nessa notícia, os atores sociais lésbicas/homossexuais são representados em uma narrativa de inclusão e personalização, contrastando com a exclusão e a impersonalização que foram vivenciadas pela pregadora Lanna Holder no passado. Inicialmente, a notícia descreve a transformação da vida de Lanna, quando, após se converter ao evangelho, ela deixou seu passado de "praga gay" e passou a ser considerada uma referência de fé, sendo disputada por ministérios e celebrada como símbolo de sorte e cura. No entanto, a narrativa muda quando é revelado que Lanna se rendeu à homossexualidade e está agora em um relacionamento com a pastora e cantora gospel Rosania Rocha. As autoras da igreja, Lanna Holder e Rosania Rocha, são humanizadas em suas jornadas pessoais e de fé. Elas são retratadas como atores sociais que enfrentaram lutas internas, culpas e tentaram se adequar às expectativas religiosas antes de aceitar sua identidade homossexual e iniciar uma igreja que acolhe os marginalizados pela intolerância.

A interdiscursividade é evidente nos relatos da trajetória da pastora Lanna Holder, que passou por uma conversão religiosa e era considerada um exemplo de superação, mas agora, após se assumir homossexual, enfrenta críticas e acusações de outras lideranças religiosas. As narrativas conflitantes da mudança em sua vida e da abertura da nova igreja com sua parceira representam a interdiscursividade, pois mostram diferentes visões e posicionamentos religiosos em relação à homossexualidade. Além disso, a afirmação de que a igreja acolhe "os machucados e feridos, os escorraçados pela intolerância" demonstra uma tentativa de

recontextualização do discurso religioso para abarcar a diversidade e a inclusão. A notícia mostra como o discurso pode ser modificado e resignificado conforme as transformações sociais e as questões identitárias emergentes.

A notícia está se resume às citações diretas às falas da pastora e da missionária, não há menção de fontes externas. No entanto, entrevistar os membros da igreja, especialmente aqueles que se sentiram acolhidos por ela, é interessante para fornecer informações sobre como a igreja está sendo recebida pela comunidade e como ela atende às necessidades daqueles que se sentem "escorraçados pela intolerância", além de consultar especialistas em teologia, religião e estudos culturais pode ajudar a contextualizar a criação dessa igreja dentro do cenário religioso e social mais amplo, bem como fornecer informações sobre movimentos de inclusão e diversidade no meio religioso.

Inicialmente, a figura de Lanna Holder, uma ex-homossexual convertida que era vista como um exemplo de cura divina, representa a hegemonia de um discurso religioso que enfatiza a transformação pessoal e a superação de vícios através da fé. Essa perspectiva enaltece a heteronormatividade e a família tradicional como um símbolo de bênção divina. No entanto, a reviravolta em sua vida ao aceitar a homossexualidade e formar uma relação com outra pastora desafia essa ideologia e expõe a intolerância e a marginalização enfrentada por muitos LGBTQIAP+ dentro das instituições religiosas.

Figura 20 - ‘Deus me impingiu a decidir’, afirma juiz que vetou união gay

FOLHA DE S.PAULO

QUINTA-FEIRA, 23 DE JUNHO DE 2011

‘Deus me impingiu a decidir’, afirma juiz que vetou união gay

Pastor evangélico, magistrado diz que o exercício da fé não interfere nos seus julgamentos

Fonte: Acervo Digital da *Folha de S. Paulo* - notícia publicada em 23 de junho de 2011 - C5

Essa notícia aborda sobre o juiz Jeronimo Villas Boas, de Goiás, que vetou o registro de união estável de um casal homossexual, afirmou que sua decisão foi impulsionada por Deus. Ele argumentou que sua fé não interfere em seus julgamentos, mas como pastor evangélico, ele expressou o apoio a sua crença.

O uso de termos como "união gay", "casal homossexual", "união homoafetiva" e "registros de uniões homoafetivas" pode ser considerado neutro e descritivo e são fundamentais para a

representação das pessoas homossexuais. O léxico escolhido pode impactar a perspectiva dos leitores em relação aos direitos e reconhecimento dessas uniões.

A inclusão de citações diretas do juiz e do deputado Anthony Garotinho permite que as pessoas tenham acesso direto às palavras dos envolvidos. Essas citações podem influenciar a compreensão do contexto e das opiniões dos leitores em relação à questão das uniões homoafetivas.

O uso da conjunção "porque" em "Deus me incomodou, Deus como que me impingiu a decidir porque sei que esta nação há de compreender que não estou discriminando ninguém" estabelece uma relação causal entre o incômodo de Deus e a decisão do juiz. Essa conexão pode ser interpretada como uma tentativa de justificar a decisão com base em crenças religiosas.

A expressão "desobediência santa nos inspira" utilizada pelo deputado Anthony Garotinho pode ser interpretada como uma metáfora que destaca a visão positiva que alguns têm da decisão do juiz e como ele pode ser considerado um exemplo a ser seguido.

As categorias de inclusão, ativação/apassivação, Nomeação/Categorização e Funcionalização/Identificação não estão claramente presentes na notícia. Não há elementos que indiquem a inclusão dos atores sociais homossexuais, nem uma ativação clara de suas ações ou identidades. Além disso, não são atribuídos rótulos específicos ou funções sociais particulares aos homossexuais na narrativa. Em resumo, a representação dos atores sociais homossexuais na notícia é marcada por elementos de exclusão, refletindo uma visão que não reconhece plenamente seus direitos e identidades.

Na notícia, o juiz evoca elementos de interdiscursividade religiosa ao mencionar que Deus o "impingiu" a decidir nesse sentido, associando sua decisão à influência divina. Ele enfatiza ser pastor evangélico da Assembleia de Deus Madureira e destaca que sua fé não interfere em seus julgamentos. É importante destacar que a interdiscursividade pode ser uma estratégia retórica para fundamentar e legitimar posições em um determinado contexto sociopolítico.

Na notícia analisada não foram mencionadas explicitamente as fontes específicas que foram consultadas, a notícia parece basear-se em declarações feitas pelo juiz Jeronymo Villas Boas, de Goiás, durante um encontro com lideranças evangélicas da Câmara Federal. As citações diretas do juiz foram registradas e apresentadas no texto. Incluir essas vozes na notícia

permitiria uma cobertura mais abrangente e informativa sobre o caso, além de apresentar perspectivas adicionais que não estavam presentes nas declarações do juiz e das lideranças evangélicas. Essas fontes poderiam incluir: advogados especializados em direitos LGBTQIAP+, entrevista com casais que buscaram o registro de união estável e compartilhar suas experiências pessoais.

A principal ideologia em destaque é a crença religiosa conservadora do juiz Jeronymo Villas Boas, que também é pastor evangélico. Essa ideologia influencia sua decisão de vetar a união gay, afirmando que Deus o "impingiu" a tomar essa posição. A hegemonia religiosa, com o apoio de líderes evangélicos, respalda sua decisão e reforça a narrativa conservadora em relação à união homoafetiva. Além disso, há a hegemonia política representada pela bancada evangélica que recebe o juiz em apoio à sua sentença. Esse grupo político defende valores conservadores alinhados à ideologia religiosa, destacando uma hegemonia conservadora em questões sociais.

Figura 21 - Adolescente trans de 13 anos é espancada e morta no interior do Ceará



Fonte: Acervo Digital da *Folha de S. Paulo* - notícia publicada em 8 de janeiro de 2021 - B5

Essa notícia relata a morte de Keron Ravach, uma adolescente trans, que foi espancada até a morte no município de Camocim, no interior do Ceará, tornando-se a mais jovem transexual assassinada no país, além de trazer dados da Antra e outros casos de assassinatos de jovens transgêneros no Ceará, estado que lidera o ranking de violência contra essa população.

A escolha lexical no texto é relevante para a construção do significado e a representação dos personagens envolvidos. Algumas palavras são utilizadas para descrever a vítima, como "adolescente tímida", "transexual", "performances ao som de Anitta e Pabllo Vittar",

"influenciadora digital", "amigos", "aceitação" e "tristeza". Essas escolhas ajudam a construir uma imagem da jovem e sua identidade.

Além disso, palavras como "transfeminicídios", "orientação sexual", "preconceito", "crianças trans", "assassinada", "vítima", "mortes", "assassinatos", "travestis" e "transexuais" são usadas para contextualizar o cenário de violência e discriminação enfrentado por essa comunidade. Os termos relacionados à violência sofrida por Keron, como "socos", "pedradas", "pauladas", "facadas", "ter os olhos perfurados" e "a roupa introduzida no ânus", são escolhidos para expressar uma imagem impactante da brutalidade do crime.

A notícia busca representar transexuais e travestis como vítimas vulneráveis de violência e discriminação, destacando a violência específica enfrentada por essa comunidade. A escolha lexical e as informações apresentadas são destinadas a sensibilizar os leitores sobre a realidade de jovens transexuais e travestis que são vítimas de transfeminicídios. A utilização de expressões como "a mais jovem transexual assassinada no país" e a enumeração dos casos de violência contra transexuais e travestis ajudam a enfatizar a gravidade do problema e a urgência de se abordar a questão.

Os verbos são predominantemente usados no passado, indicando eventos passados, como "foi morta", "aconteceu", "foi apreendido", "morreu", "foi encontrada morta", "foi assassinada", entre outros. Essa escolha gramatical reforça a natureza trágica dos acontecimentos.

Os atores sociais transexuais são representados através da categoria socio-semântica exclusão e personalização. O texto descreve o trágico assassinato de Keron Ravach, uma adolescente transexual de apenas 13 anos, de forma individualizada e pessoal, dando ênfase à sua identidade de gênero e experiências pessoais. A notícia também ressalta o contexto de exclusão e violência que afeta a comunidade trans no Brasil, citando estatísticas alarmantes sobre o número de travestis e transexuais assassinados no país. Portanto, a notícia representa os atores sociais transexuais como vítimas de exclusão, violência e preconceito, enfatizando a necessidade de reconhecimento e respeito à diversidade de gênero.

Os elementos de interdiscursividade se fazem presentes através das referências a outros discursos, formulações ideológicas, estereótipos e pressuposições presentes no texto. A menção ao "Dia da Visibilidade Trans" é uma referência a um evento ou movimento social que visa promover a visibilidade e reconhecimento das pessoas transgêneras, criando um

contexto para abordar a situação de violência sofrida por Keron Ravach, a adolescente trans assassinada.

As referências às artistas Anitta e Pabllo Vittar associam a adolescente Keron Ravach a modelos de comportamento e identidade de gênero que são populares e reconhecidos por suas performances artísticas e posicionamentos relacionados à diversidade.

A citação da Antra é uma referência a uma instituição que tem conhecimento e atua na defesa dos direitos e interesses de travestis e transexuais, reforçando a gravidade dos crimes e a necessidade de atenção para a violência contra essa população.

A nota do coletivo "Mães pela Diversidade" apresenta uma formulação ideológica que aponta para o preconceito e ignorância como fatores que contribuem para a violência contra pessoas trans, buscando conscientizar e sensibilizar o público: "Crianças trans existem, espalhem por aí. A criança LGBTQ+ existe, não esqueçam. Crianças que não correspondem ao que se espera delas e, por isso, sofrem demais. O pacto de silêncio em torno desse tema precisa ser rompido".

A referência aos dados estatísticos sobre a violência contra travestis e transexuais no Brasil, fornecidos pela Antra, reforça a dimensão e a gravidade do problema, contextualizando o caso de Keron como parte de um padrão maior de violência. A enumeração dos casos de violência contra transexuais e travestis no Ceará ao longo dos meses reforça a recorrência e a frequência desses crimes, apresentando uma problemática maior que vai além do caso específico de Keron.

Em relação às fontes, com exceção de Ray Fontenele, amigo da adolescente que compartilhou informações sobre a vida e personalidade de Keron, e o Coletivo "Mães pela Diversidade", grupo que manifestou sua opinião sobre o preconceito e o silêncio em relação às crianças trans e a importância de reconhecer e apoiar a existência delas, tem-se as fontes consideradas oficiais, como a Prefeitura Municipal de Camocim que, em nota, lamentou o ocorrido e informou que está prestando apoio à família da vítima, oferecendo assistência técnica de psicólogos, jurídica e assistentes sociais, a Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), que forneceu informações sobre os transfeminicídios no Brasil e destacou que os crimes estão ocorrendo cada vez mais cedo, citando estatísticas sobre as idades das vítimas, e a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará com informações sobre a motivação do crime.

A notícia traz indícios da presença de ideologias heteronormativas e cisnormativas, que perpetuam a ideia de que a identidade de gênero e a orientação sexual devem corresponder às expectativas socialmente estabelecidas para o sexo biológico. Essa ideologia pode ser observada nas menções de que a vítima se sentia mal com o próprio corpo e estava em fase de transição de gênero, indicando que ela estava desafiando as normas de gênero predominantes na sociedade.

A notícia relata o assassinato brutal de uma adolescente trans, destacando o crescente número de crimes contra pessoas trans no Brasil, o que reflete a presença de ideologias discriminatórias e transfóbicas na sociedade. A violência sofrida por Keron Ravach é um triste exemplo da falta de aceitação e respeito à diversidade de gênero.

A notícia menciona a existência de uma cultura do silêncio em torno das questões de gênero e identidade, especialmente em relação às crianças trans. O coletivo "Mães pela Diversidade" destaca a importância de romper com esse silêncio para reconhecer a existência das crianças LGBTQIAP+ e evitar que elas enfrentem situações de sofrimento e violência.

A declaração da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará, que descarta que o ato infracional tenha ocorrido em razão da orientação sexual da vítima, pode refletir a presença da hegemonia heteronormativa nas instituições governamentais, que pode minimizar ou ignorar a violência baseada em questões de gênero e identidade.

Figura 22 - Assassinatos de transexuais crescem 41%

FOLHA DE S. PAULO ***

SÁBADO, 30 DE JANEIRO DE 2021 B5

cotidiano

Assassinatos de transexuais crescem 41%

São Paulo é o estado com mais mortes de trans, com 29 casos em 2020; subnotificação marca esse tipo de crime

Artur Rodrigues

SÃO PAULO O ano de 2021 começou com o assassinato de Keron Ravach no Ceará. Aos 13 anos, a adolescente transexual foi morta com socos, pedradas, pauladas, facadas, teve os olhos perfurados e a roupa introduzida no ânus.

Crimes contra pessoas transgênero, com extrema violência como o de Keron, estão em alta no país. Em 2020, ao menos 173 mulheres transexuais foram assassinadas, de acordo com relatório da Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil) e do IBTE (Instituto Brasileiro Trans de Educação).

Em 2019, o país havia registrado ao menos 124 mortes — como se trata de dados subnotificados, estima-se que o número seja maior. Com isso, o aumento das mortes neste ano em relação ao ano passado foi de 41%.

Nesta sexta-feira (29), o país comemorou o Dia da Visibilidade Trans, população alvo de crimes de ódio



Ariadna Bruneli Lima de Oliveira e Lucas de Souza Oliveira vivem no Minhocão, no centro de SP

moradores de rua, centros de saúde e projetos que buscam inserir a população T (travestis, homens e mulheres trans) no mercado de trabalho.

Parte das entrevistas, compostas por 53 perguntas, também foram realizadas por telefone. O Cedec (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea) foi o instituto contratado para elaborar o levantamento.

Além da violência, a pesquisa radiografou as condições sociais pelas quais estão submetidas essa população, como renda, escolaridade e empregabilidade.

A pesquisa mostrou que sete em cada dez pessoas entrevistadas são mulheres (trans e travestis) com idade até 35 anos. Quase 60% disseram ser pretas e pardas; metade das respondentes afirmaram ter escolaridade média.

Mas quando se destrincha os resultados, os indicadores sociais ligados às travestis são os que mais preocupam. Elas possuem o menor nível de escolaridade

Fonte: Acervo Digital da *Folha de S. Paulo* - notícia publicada em 30 de janeiro de 2021 - B5

Essa notícia alerta que os assassinatos de transexuais no Brasil aumentaram em 41% em 2020, trazendo dados da Antra e do IBTE sobre as ocorrências por regiões e estados, perfil etário, socioeconômico, racial das vítimas, além de informações sobre os crimes e os agressores. O relatório da Antra traz críticas e destaca a falta de padronização dos dados e a subnotificação desses crimes.

A notícia faz uso de termos como "transexuais", "transgênero", "pessoas trans", "mulheres transexuais", "homens trans", "travestis", "população transexual" para se referir ao grupo afetado pelos crimes. Essa escolha lexical abrange diferentes identidades de gênero e destaca a diversidade dentro da comunidade trans. Ao empregar pronomes e artigos como "a adolescente transexual", "como o de Keron", "ao menos 175 mulheres transexuais", o texto destaca a identidade de gênero das vítimas, ressaltando que são pessoas transexuais especificamente que estão sendo afetadas pelos crimes.

É relevante notar que os pronomes e artigos são utilizados de forma apropriada, o que contribui para uma representação mais respeitosa e sensível das pessoas transexuais na notícia.

Observa-se o uso da terceira pessoa do plural ("Crimes contra pessoas transgênero", "vítimas têm entre 15 e 29 anos"), que ajuda a manter a objetividade do texto, evitando focar na individualidade das vítimas específicas. Também são empregados termos como "foram assassinadas" e "acontecem", o que ajuda a destacar que as mortes foram resultado de ações externas e não por escolha das vítimas.

A notícia apresenta informações sobre a identidade das vítimas, como "adolescente transexual" e "maior parte das vítimas é negra, pobre e expressa o gênero feminino". Essa representação destaca a vulnerabilidade de um segmento específico da população transexual e ressalta a desigualdade social e de gênero que elas enfrentam.

O texto utiliza adjetivos como "extrema violência", "violência excessiva", "crimes de ódio e violência crônica" e "recorrentes casos" para enfatizar a gravidade dos crimes e a sua recorrência. Além disso, o uso de expressões como "aumento significativo" e "aumento de 201%" realça o crescimento alarmante das mortes de transexuais em comparação com anos anteriores.

A representação de transexuais na notícia destaca sua condição de vítimas de violência extrema, com foco em crimes de ódio. A notícia representa de maneira passiva esses atores sociais, mostrando que eles são alvo de agressões e assassinatos. No entanto, também existem elementos que podem contribuir para a exclusão dos transexuais na notícia. Um deles é a subnotificação de casos, que pode levar à invisibilidade e à minimização da gravidade dos crimes. A notícia também despersonaliza as vítimas ao utilizar termos como "mulheres transexuais" e "pessoas trans", em vez de citar nomes individuais, o que pode diminuir a identificação emocional do leitor com as histórias pessoais das vítimas.

Além disso, a notícia categoriza os transexuais com base em características específicas, como idade, raça, gênero e ocupação, o que pode reforçar estereótipos e generalizações negativas. A funcionalização desses atores sociais é observada na menção de que a prostituição é a fonte de renda mais frequente, o que pode perpetuar estigmas e preconceitos em relação à comunidade trans.

Interessante salientar sobre a cobertura da mídia, o documento da Antra destaca a falta de padronização dos dados e a colaboração da mídia na invisibilidade da população transexual. As notícias muitas vezes reportam as mortes de travestis como "homens vestidos de mulher" ou homens trans como lésbicas, o que demonstra uma má representação e compreensão equivocada das identidades de gênero das vítimas.

A notícia traz informações e dados estatísticos de fontes confiáveis, como a Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil) e o IBTE (Instituto Brasileiro Trans de Educação). As citações dessas fontes fornecem legitimidade e autoridade ao texto, além de permitirem que o discurso jornalístico se baseie em fontes especializadas.

O texto recorre a dados históricos e comparativos para mostrar a evolução do número de assassinatos de pessoas trans ao longo dos anos. Essa interdiscursividade ajuda a contextualizar o cenário atual, ressaltando que os números têm aumentado significativamente em relação a anos anteriores.

O texto faz referência ao "documento da Antra", assinado por Bruna G. Benevides e Sayonara Naidier Bonfim Nogueira, que traz informações detalhadas sobre os assassinatos de pessoas trans no Brasil. Esse tipo de interdiscursividade demonstra o uso de estudos e pesquisas para embasar a narrativa jornalística.

O texto menciona que a maioria das vítimas é negra, pobre, entre 15 e 29 anos, e se dedica à prostituição como fonte de renda. Essa interdiscursividade destaca padrões sociais relacionados às vítimas dos assassinatos, permitindo uma reflexão sobre a interseccionalidade e vulnerabilidades enfrentadas por essa população.

A notícia critica a falta de padronização dos dados e a subnotificação dos crimes, apontando para a dificuldade em obter informações precisas e destacando a invisibilidade da motivação dos casos. Essa interdiscursividade traz à tona questões relacionadas à coleta e divulgação de dados oficiais sobre os assassinatos de pessoas trans.

A notícia faz referência a dados da Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil) e do IBTE (Instituto Brasileiro Trans de Educação), que são organizações representativas e atuantes na temática de direitos e assistência à população trans e travesti no Brasil. A Antra é uma associação que representa a população de travestis e transexuais no Brasil, seu relatório foi mencionado na notícia e forneceu dados sobre o número de assassinatos de pessoas transgênero, além de informações sobre as características das vítimas e a subnotificação desses crimes. O IBTE é outra fonte mencionada no relatório que contribuiu com dados e informações sobre os assassinatos de mulheres transexuais no Brasil. Eles são entidades que têm maior proximidade e conhecimento das questões e desafios enfrentados por essa comunidade, desenvolvem pesquisas, monitoram a violência contra pessoas trans e coletam dados de forma dedicada e especializada.

Além dos dados quantitativos, as ONGs também podem oferecer uma análise qualitativa dos casos e contextos dos assassinatos de transexuais. Essa abordagem mais aprofundada pode ajudar a compreender as motivações, padrões e impactos desses crimes, oferecendo um retrato mais completo da realidade. Ao tornar públicos os dados e relatórios sobre esses assassinatos, essas organizações ajudam a chamar a atenção da sociedade e das autoridades para o problema, buscando ações e políticas para a prevenção e combate a esses crimes.

A notícia revela uma sociedade que ainda é dominada pela heteronormatividade e cisnormatividade, na qual a violência contra pessoas trans é um reflexo da dificuldade de aceitar e respeitar identidades de gênero diferentes daquelas tradicionalmente consideradas "normais". A alta taxa de assassinatos de pessoas trans reflete a presença de discriminação e preconceito profundamente arraigados na sociedade brasileira. As vítimas são principalmente

negras, pobres e expressam o gênero feminino, mostrando como a interseccionalidade de opressões está relacionada aos crimes.

Os crimes relatados na notícia são extremamente violentos e direcionados especificamente contra pessoas transgênero. Essa violência de gênero aponta para uma hierarquia social na qual indivíduos trans são vistos como alvos legítimos de ódio e agressão. A notícia destaca que a prostituição é uma fonte de renda frequente entre as vítimas e que os crimes ocorrem em vias públicas desertas, durante a noite. Isso pode apontar para um sistema social que marginaliza e expõe a população trans à violência devido à falta de opções econômicas e sociais.

A hegemonia de discursos discriminatórios é evidente na forma como os crimes são reportados pela mídia e como a identidade de gênero das vítimas é tratada. Essa hegemonia perpetua estereótipos e desinformação sobre a população trans.

Figura 23 - Universitários trans são mais negros, mais pobres e mais engajados



Fonte: Acervo Digital da *Folha de S. Paulo* - notícia publicada em 18 de fevereiro de 2021

A presente notícia aborda um estudo realizado pelo Gema (Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ação Afirmativa) da UERJ que revelou o percentual e o perfil dos universitários transexuais no Brasil, apontando que esses estudantes trans são mais engajados em movimentos sociais, mais pobres, negros e mais dependentes de programas de permanência estudantil, além de uma maior presença em programas de assistência psicológica.

O título pode levar a uma construção de estereótipos ao agrupar os universitários trans como sendo "mais negros, mais pobres e mais engajados". A expressão "mais negros" e "mais pobres" pode ser interpretada como uma generalização e reforçar ideias preconceituosas sobre esses grupos. O título se concentra principalmente nas questões socioeconômicas dos

universitários trans, como raça, renda e engajamento, mas não aborda outras dimensões importantes, como questões de identidade de gênero, orientação sexual, experiências de discriminação ou acesso a oportunidades acadêmicas.

A notícia faz uso de termos como "transexuais," "transgêneros," "pessoas trans," "travestis," "escritora," "transativista," "mestra em educação," "especialistas" e "ativistas." Esses termos são utilizados para descrever a população transexual, bem como para identificar as pessoas envolvidas no estudo e nas entrevistas. A escolha lexical é precisa e busca representar os diversos aspectos das pessoas transexuais no contexto universitário.

A notícia utiliza a linguagem em terceira pessoa, empregando pronomes adequados como "eles" e "elas" para se referir aos estudantes transexuais. Além disso, há o uso de adjetivos como "negros," "pobres," "engajados," "militantes," "dependentes," "violências sofridas" e "dificuldade de se manter" são utilizados para descrever o perfil e as condições sociais enfrentadas por esse grupo. Os artigos definidos e indefinidos também são usados adequadamente para referenciar aspectos específicos da pesquisa e da realidade das pessoas transexuais.

Os atores sociais transexuais são representados principalmente sob as categorias socio-semânticas de exclusão, ativação, personalização, nomeação e funcionalização. O estudo realizado pelo Gemaa da UERJ revela que os estudantes transexuais enfrentam várias formas de exclusão, como baixa representatividade numérica nas universidades federais brasileiras (apenas 0,3% dos alunos se identificam como transgênero). Essa exclusão é atribuída a diversas vulnerabilidades enfrentadas por esse grupo, incluindo dificuldades de permanência no ensino básico e falta de oportunidades de emprego formal, levando muitos deles a depender de programas de assistência psicológica e de permanência estudantil.

A representação desses atores sociais também se destaca pela personalização, já que a notícia apresenta a história de Miguel Marques, um estudante de psicologia que sofreu bullying e enfrentou dificuldades em sua experiência anterior em uma universidade particular devido à sua identidade de gênero. Esse relato pessoal destaca as experiências individuais e desafios enfrentados por pessoas trans em instituições de ensino.

Além disso, a nomeação e a funcionalização aparecem na notícia por meio da ênfase na identificação dos estudantes transexuais como "negros", "pobres" e "mais engajados em movimentos sociais". Essa caracterização busca descrever o perfil específico dessa população

dentro das universidades federais, ressaltando suas diferenças em relação aos colegas cisgêneros.

No que se refere à interdiscursividade, a notícia menciona informações provenientes de uma pesquisa conduzida pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ação Afirmativa da UERJ, a partir de dados da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) em 2018. Esses dados estatísticos são utilizados para embasar a argumentação sobre o perfil dos estudantes transexuais nas universidades federais do Brasil. A notícia menciona, ainda, um levantamento da Folha que mostra que ao menos 19 instituições possuem programas de ação afirmativa para pessoas trans. Essa informação adiciona contexto e sugere um avanço nas políticas inclusivas nas universidades.

Em relação às fontes, é interessante que a notícia apresenta algumas declarações de especialistas e pesquisadores, como Poema Portela (pesquisadora do Gemaa) e Helena Vieira (escritora e transativista). As citações diretas dessas especialistas trazem autoridade e validade aos argumentos apresentados. A notícia inclui relatos e experiências pessoais de estudantes transexuais, como o caso de Miguel Marques, que compartilha suas dificuldades em lidar com o preconceito e bullying na universidade. Além das especialistas, a notícia também menciona a opinião de Sara York, travesti, mestra em educação pela UERJ e responsável pelo setor de educação da Antra.

A notícia apresenta a ideia de que a maioria dos estudantes universitários é cisgênero (pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído no nascimento) e, portanto, considerada a norma. A existência de estudantes transexuais é tratada como uma minoria, e seus desafios são ressaltados em comparação com os alunos cis.

A notícia evidencia que estudantes transexuais enfrentam diversas vulnerabilidades, incluindo negritude, baixa renda e dependência de programas de assistência estudantil e psicológica. Isso sugere que a hegemonia social está a favor de grupos mais privilegiados e que a população trans luta para se inserir no ambiente universitário.

A presença de uma mestra em educação que se identifica como uma "travesti da educação" é apresentada como uma forma de romper estereótipos e promover relações mais complexas entre os estudantes sobre gênero e sexualidade, ou seja, uma representação positiva e desestigmatizada.

Figura 24 - Por peruca, travesti perde guarda de filho

FOLHA DE S. PAULO

DOMINGO, 9 DE MAIO DE 2021 67

cotidiano

Por peruca, travesti perde guarda de filho

'Dama de Ferro do PA' é acusada de tentar mudar a orientação sexual do menino ao filmá-lo com acessório

Dhiego Maia

SONHADES (M) Mães corujas usam as redes sociais para exaltar qualquer feito de seus filhos pequenos. Um desenho, a primeira palavra escrita, o crescimento de um dente e o gol marcado no campo improvisado na rua.

Bárbara Pastana via nessas cenas cotidianas protagonizadas pelo filho, de sete anos, a oportunidade de naturalizar na internet uma configuração familiar ainda bombardeada por preconceitos no Brasil.

Travesti e ativista pelos direitos humanos, Pastana é conhecida como a "Dama de Ferro do Pará". A referência faz sentido.

Expulsa de casa aos 13 anos devido à sua identidade de gênero, ajudou a estruturar o movimento LGBTQIAP+ no estado da região Norte, sobreviveu a um atentado e superou as estatísticas que pesam contra as travestis.

Sem revelar a idade, Pastana diz ter bem mais de 35 anos, a expectativa média de vida para pessoas transgênero no país, segundo organizações que representam essa parcela da população.



Bárbara Pastana, a ativista do Pará

escreveu no Twitter que a ativista "obrigou o seu filho, ainda criança, a usar perucas contra a sua vontade".

Um internauta que disse que o menino corria riscos e poderia repetir a sina de Ilduain Mayron, 9, que foi esfaqueado e teve o corpo esquarterado pela mãe e a mulher dela, em 2019, no Distrito Federal.

O vídeo virou motivo de denúncia encaminhada ao Ministério Público e ao Conselho Tutelar. Três dias depois, o garoto foi retirado da casa da ativista e levado para viver com o tio, um pastor evangélico.

Segunda a denúncia, Pastana teria descumprido o artigo 231 do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) ao "submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento".

Quem é flagrado nessa situação, segundo o artigo do ECA, pode ser condenado a cumprir uma pena de seis meses a dois anos de prisão.

Pastana teve o primeiro contato com o filho quando ele tinha dois dias de vida, em novembro de 2013. Nasceu prematuro, foi abandonado pelo pai e morou com a mãe biológica até ser adotado por uma família.

tracção pública na gestão do prefeito Edmilson Rodrigues (PSOL), eleito em 2020. Foi indicada a gestora da Casa Dia, que presta atendimentos de saúde às pessoas com HIV. "É um cargo muito visado".

Após os ataques recebidos, pediu exoneração da função para se ver livre da perseguição política. "Mas vi muita transfobia". Disse, diz, não escapou até agora. "É como se eu fosse julgada incapaz de criar meu filho só por ser uma travesti".

Pastana reviu o filho e chorou. "Ele está magro, largado e não está estudando", afirma. "A casa onde ele está não oferece estrutura nem para a família que já estava lá".

O defensor público Carlos Eduardo Barros da Silva vê a separação forçada entre a criança e a ativista como uma decisão precipitada com motivação transfóbica.

"É uma militante trans de um partido de esquerda que enfrenta uma sociedade conservadora que ainda não entende as diferentes configurações de família", disse.

No último dia 4, o defensor ingressou na Justiça com um pedido de liminar para devol-

Fonte: Acervo Digital da *Folha de S. Paulo* - notícia publicada em 18 de fevereiro de 2021

Essa notícia relata a história de Bárbara Pastana, uma travesti ativista pelos direitos humanos, que teve a guarda de seu filho de 7 anos retirada após publicar um vídeo nas redes sociais no qual ambos usavam perucas e o menino acabou chorando. O vídeo gerou polêmica, com acusações de tentativa de mudar a orientação sexual da criança. A ativista, conhecida como a "Dama de Ferro do Pará," enfrentou ataques, perdeu o emprego e a guarda do filho.

Em relação à análise gramatical e as escolhas lexicais, a palavra "travesti" é utilizada ao longo da notícia para se referir a Bárbara Pastana e destacar sua identidade de gênero. O título "Dama de Ferro do PA" é uma referência que cria uma imagem forte e poderosa da ativista, destacando sua força e determinação.

A notícia utiliza adjetivos como "ativista," "expulsa," "transfóbica," e "precipitada" para descrever a travesti e os acontecimentos da história, criando uma imagem específica de Bárbara Pastana. O adjunto adverbial "novamente" é utilizado para enfatizar o sentimento de ameaça que a ativista enfrentou após compartilhar o vídeo.

A expressão "uma configuração familiar não tradicional" utiliza a metáfora de "bombardeada" para ilustrar a intensidade do preconceito enfrentado por famílias com configurações não tradicionais.

O uso do pronome "ela" e do artigo feminino "a" é recorrente na notícia para se referir a Bárbara Pastana, estabelecendo sua identidade de gênero feminino e sua posição como protagonista da história. Verbos como "expulsar", "ajudar", "sobreviver" e "superar" são utilizados para descrever as ações e lutas de Bárbara Pastana como ativista pelos direitos humanos e representante da comunidade LGBTQIAP+.

A representação da travesti na notícia ocorre de forma ambivalente, com elementos de exclusão/inclusão, personalização/impersonalização e generalização/especificação. Bárbara Pastana, a ativista travesti, é retratada como uma figura de resistência e superação, conhecida como a "Dama de Ferro do Pará", lutando pelos direitos humanos e contribuindo para o movimento LGBTQIA+ no estado. Porém, a notícia também apresenta uma narrativa negativa em relação a ela, acusando-a de tentar mudar a orientação sexual de seu filho ao colocar uma peruca nele durante uma brincadeira. Essa acusação contribui para a representação de exclusão, já que sugere que sua identidade de gênero poderia afetar negativamente seu filho.

A personalização ocorre quando o deputado federal Éder Mauro a critica diretamente no Twitter, acusando-a de obrigar o filho a usar perucas contra sua vontade. Além disso, os ataques recebidos por Pastana nas redes sociais contribuem para sua personalização, desviando o foco do debate sobre a questão da orientação sexual de crianças e travestis para ataques pessoais à ativista.

A generalização ocorre quando internautas mencionam casos extremos de violência contra crianças, como o de Rhuan Maycon, associando-os à situação de Pastana. Essa generalização pode levar a uma visão estereotipada e negativa da travesti. A nomeação/categorização é presente quando Pastana é referida como "a ativista travesti" e "a 'Dama de Ferro do Pará'". Essas categorias podem influenciar a percepção do leitor sobre ela e a temática em questão.

Na categoria interdiscursividade, a notícia aborda a história de Bárbara Pastana, uma travesti ativista pelos direitos humanos que se tornou referência na luta pelos direitos LGBTQIA+. O texto traz a interação entre discursos sobre identidade de gênero e orientação sexual, que estão intrinsecamente ligados ao caso apresentado. O texto aborda a configuração familiar de Pastana, destacando seu relacionamento com o filho. Além disso, a notícia discute a visão da sociedade sobre o que é considerado uma família "adequada" e alegações de que Pastana não seria capaz de criar o filho devido à sua identidade de gênero.

Discurso político e transfobia: A notícia menciona a posição política de Pastana e como isso pode estar relacionado aos ataques que ela sofreu. A interação entre discursos políticos e transfobia é evidente na cobertura da história.

Discurso legal e jurídico: O texto menciona o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e como a denúncia contra Pastana está relacionada ao suposto descumprimento desse estatuto. A notícia também destaca a atuação da Defensoria Pública e do sistema jurídico na determinação do futuro do menino.

No que se refere às fontes, algumas outras que poderiam ter sido consultadas incluem organizações, instituições ou grupos LGBTQIAP+ que representam a comunidade poderiam ter sido consultados para fornecer informações sobre os desafios enfrentados por travestis e pessoas transgênero no Brasil. Advogados ou especialistas em direitos LGBTQIAP+, profissionais jurídicos ou especialistas que trabalham com questões relacionadas aos direitos e proteção desses indivíduos poderiam ter sido entrevistados para fornecer análises legais e contextuais sobre o caso e os direitos da ativista. Outras fontes familiares ou próximas de Bárbara Pastana, parentes, amigos ou colegas de Bárbara Pastana poderiam ter sido consultados para fornecer informações sobre o relacionamento dela com o filho e a situação familiar.

A notícia aborda a identidade de gênero da ativista Bárbara Pastana, uma travesti, e como isso afeta sua relação com o filho. As acusações de tentar mudar a orientação sexual do filho refletem uma ideologia de gênero que ainda está presente em parte da sociedade brasileira. Além disso, a notícia destaca que a ativista é filiada a um partido de esquerda, enfrentando uma sociedade conservadora que não aceita diferentes configurações familiares. Isso indica a presença de uma hegemonia conservadora que pode influenciar nas decisões e percepções em relação à guarda do filho.

A reação das instituições de proteção à infância também é analisada, com a ativista esperando uma punição mais pedagógica, mas recebendo uma medida drástica de retirada da guarda do filho. Isso pode refletir o impacto das ideologias e hegemonias na atuação dessas instituições.

Figura 25 - Agêneros buscam justiça para omitir sexo de documentos

FOLHA DE S.PAULO ***

DOMINGO, 23 DE MAIO DE 2021 B5

cotidiano

Agêneros buscam Justiça para omitir sexo de documentos

Quem não se identifica como homem ou mulher quer ter dado não especificado nos registros pessoais

Dhiego Maia

GONÇALVES (MG) Aoi Berriel Pereira, 24, vivia duas realidades paralelas. No cotidiano sempre se expressava como uma pessoa não binária. Mas, quando precisava usar os documentos pessoais, o RG escancarava um prenome ligado ao sexo biológico masculino, o que causava "constrangimento e sensação de in-

placidez/dilema — para se diferenciar do a (feminino) e do o (masculino). E existem as que consentem com qualquer forma de tratamento.

"Enfrentei toda a burocracia e fiquei de 2015 a 2020 para conseguir levar meu caso ao juiz por ser considerado de baixa prioridade", disse Aoi, na época da sentença, em suas redes sociais.

O juiz Antônio da Rocha

Catarina, também deu o mesmo veredito a uma pessoa não binária.

Em 49 páginas com ampla bibliografia que disserta sobre questões biológicas, sociais, judiciais, políticas e de gênero, a juíza Vânia Petermann determinou a retificação do nome de registro e baniu a informação sobre o sexo biológico da pessoa requerente.

Para Petermann, histórica-



Rô Vicente, 24, influenciador digital, artista e ativista de SP

das — muitas delas são pagas.

Essa etapa é necessária para a retificação do nome em diferentes esferas administrativas, segundo a Arpen (Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais).

O mesmo procedimento é feito por pessoas transgênero, que não mais precisam ingressar na Justiça para obter a mudança na documentação pessoal, mas com uma diferença: estas escolhem o gênero pelo qual se identificam.

Para pessoas não binárias, só é possível fazer a troca de nome nos cartórios. Por falta de normas sobre o assunto, esse grupo ainda precisa ingressar na Justiça com o pedido.

O "não" oficial dado pelos cartórios é o primeiro passo que respalda a ação judicial. Quem também espera por ele é Rô Vicente, 24, que diz ser bixta trans não binária. Vicente não vê problemas em ser tratado no masculino, no feminino ou na forma neutra.

Mas quer se ver por inteiro como uma pessoa não binária

Fonte: Acervo Digital da *Folha de S. Paulo* - notícia publicada em 23 de maio de 2021 - B5

A notícia relata a busca e os desafios enfrentados por pessoas não binárias⁸ pelo reconhecimento legal de sua identidade de gênero ao omitir o sexo em seus documentos pessoais. A matéria também destaca a importância do uso de linguagem neutra para tratar e referir-se às pessoas não binárias e cita o processo complexo e burocrático para fazer a retificação, envolvendo várias etapas e documentos adicionais.

Em relação aos recursos semânticos e léxicos, o uso de termos como "agêneros", "pessoas não binárias" e "não binariedade" contribui para representar a comunidade de pessoas cuja identidade de gênero não se encaixa nas categorias tradicionais de homem ou mulher. A expressão "guarda-chuva" é usada metaforicamente para representar a diversidade de identidades de gênero dentro da não binariedade, enfatizando que não há rótulos fixos para essa comunidade. Além disso, a citação de diferentes orientações sexuais, como homossexualidade, bissexualidade, assexualidade, polisssexualidade e heterossexualidade, reforça a ideia de que a identidade de gênero não está diretamente relacionada à orientação sexual.

Frases explicativas: O texto inclui frases explicativas para esclarecer termos relacionados à identidade de gênero, como "Pessoas não binárias são aquelas cuja identidade de gênero... não

⁸ gênero não binário é um termo guarda-chuva para definir as pessoas cuja identidade de gênero - que é a forma como alguém se apresenta ao mundo - não se enquadra como homem nem como mulher. Fonte: Antra Brasil.

cabe nem como homem nem como mulher." Essas explicações auxiliam na compreensão das características da identidade de gênero não binária.

Linguagem inclusiva: O texto apresenta uma linguagem inclusiva ao usar formas neutras, como "todes elus" e "minhes pais," para se referir a pessoas não binárias e evitar o uso de pronomes de gênero binário.

Uso de retórica persuasiva: O texto utiliza recursos retóricos persuasivos, como citações de autoridades judiciais e argumentos baseados em laudos psicológicos, para defender a causa das pessoas não binárias em sua busca pela retificação de documentos.

No que diz respeito à gramática, o uso de pronomes neutros, como "ile/dile", é apresentado como uma possibilidade para pessoas não binárias se referirem a si mesmas. O uso do pronome "ele" para se referir a Aoi no início do texto mostra como os documentos não refletiam sua identidade de gênero, gerando desconforto. O emprego de pronomes femininos, mesmo com o uso de um prenome neutro, reflete as preferências individuais de Aoi em relação ao tratamento.

Em resumo, a notícia utiliza diversas estratégias linguísticas para representar as pessoas não binárias e a luta pela retificação de documentos, incluindo orações coordenadas e subordinadas, frases explicativas, exemplos ilustrativos e citações diretas, além do uso de terminologia técnica e linguagem inclusiva para comunicar com precisão os conceitos relacionados à identidade de gênero não binária. Essa desconstrução de categorias binárias é um ponto importante da perspectiva da Linguística Sistêmico-Funcional, que reconhece a importância do contexto social na construção do significado linguístico.

Os atores sociais LGBTQIAP+ são predominantemente ativados na notícia. Eles são representados como sujeitos ativos que buscam justiça para a retificação de documentos que reflitam sua identidade de gênero não binária. A notícia apresenta tanto generalização quanto especificação em relação aos atores sociais agêneros e não binários. Por um lado, há a generalização ao afirmar que "todes elus" estão na mesma trilha que Aoi, evidenciando que várias pessoas não binárias enfrentam desafios semelhantes ao buscar a retificação de documentos. Por outro lado, há a especificação ao citar exemplos individuais de pessoas não binárias, como Calil Mená de Assunção, Rô Vicente e Mikkel Mergener Gouvêa Mendes, e suas respectivas experiências com a identidade de gênero, o que humaniza a representação.

Por um lado, há a personalização ao apresentar os atores sociais LGBTQIAP+ com seus nomes, idades e experiências pessoais, como Aoi Berriel Pereira, Calil Mená de Assunção, Rô Vicente e Mikkel Mergener Gouvêa Mendes. Por outro lado, há momentos de impersonalização, especialmente ao abordar as decisões judiciais e as questões sociais relacionadas à identificação de gênero. Nesses casos, o foco está mais nas questões gerais e nas considerações dos juízes e psicóloga envolvidos.

Em relação à interdiscursividade, a notícia aborda o conceito de pessoas não binárias e suas identidades de gênero. Esse conceito é parte do discurso social mais amplo sobre diversidade de gênero, que questiona as categorias binárias tradicionais de homem e mulher.

Referência a decisões judiciais anteriores: A notícia menciona decisões judiciais anteriores em que pessoas não binárias conseguiram a retificação de seus documentos. Essas referências ancoram o tema da notícia em um contexto jurídico específico e ajudam a legitimar o argumento da matéria.

Uso de pronomes neutros e linguagem inclusiva: O texto apresenta pronomes neutros e linguagem inclusiva ("todes", "elus", "abordade", "ile/dile") para se referir a pessoas não binárias e abordar questões de gênero. Esses usos linguísticos estão relacionados a discursos mais amplos sobre inclusão e representatividade de gênero.

Como fontes, a matéria entrevista três pessoas não binárias que estão na mesma situação, compartilhando suas experiências e desafios ao buscar a retificação dos documentos. Além disso, o texto cita as declarações do juiz Antônio da Rocha Lourenço Neto e da psicóloga que elaborou o parecer, fornecendo informações sobre os fundamentos utilizados para permitir a retificação dos documentos.

Ideologia de gênero: A notícia aborda a questão das pessoas não binárias que enfrentam dificuldades em ter sua identidade de gênero reconhecida legalmente. A noção de gênero como uma construção social é reforçada.

Hegemonia de gênero binário: Embora a notícia trate da luta por reconhecimento das pessoas não binárias, ela menciona que pessoas transgênero têm um processo mais fácil para alterar sua documentação, escolhendo o gênero pelo qual se identificam. Isso reflete a hegemonia do sistema binário de gênero, que ainda tem mais reconhecimento social do que as identidades não binárias.

Ideologia médica e psicológica: A notícia menciona a utilização de laudos psicológicos para fundamentar as decisões judiciais a favor das pessoas não binárias. Esse aspecto pode refletir uma ideologia médica e psicológica que influencia na compreensão e aceitação das identidades de gênero não conformes.

Normas burocráticas e resistência institucional: A notícia destaca as barreiras burocráticas que as pessoas não binárias enfrentam para retificar seus documentos. A necessidade de recorrer à Justiça e reunir diversas provas é um exemplo de resistência institucional, uma vez que o sistema legal ainda não reconhece prontamente essas identidades.

Figura 26 - Suspeito de matar gays em Curitiba diz que não foi motivado por ódio

B6 SEXTA-FEIRA, 4 DE JUNHO DE 2021

FOLHA DE S. PAULO ★★

cotidiano

Suspeito de matar gays em Curitiba diz que não foi motivado por ódio

José Tiago Correia Soroka, 33, confessou mortes; polícia vê indícios de motivação sexual nos crimes

ter cometido tudo isso, tanto para mim, para minha vida, quanto para as famílias e a vida das pessoas. Foi um erro, realmente."
Soroka afirmou que, nessa última abordagem, chegou a alertar o homem sobre o perigo de receber pessoas desconhecidas dentro de casa. "No meio das ameaças, falei para ele: 'Não tem como colo-

Fonte: Acervo Digital da *Folha de S. Paulo* - notícia publicada em 4 de junho de 2021 - B6

A notícia trata do caso de José Tiago Correia Soroka, suspeito de assassinar ao menos três homens gays em Curitiba e Santa Catarina, e de tentar matar um quarto homem gay. Em entrevista à Folha, ele negou que os crimes tenham sido motivados por homofobia e alegou que escolhia as vítimas pela facilidade de abordagem. A polícia, no entanto, viu indícios de motivação sexual nos crimes.

A notícia representa os acontecimentos e declarações do suspeito, José Tiago Soroka, em relação aos assassinatos de homens gays. A escolha lexical e construção oracional, na notícia, é relevante para a representação social que é estabelecida ao mencionar no texto o uso do termo "homens gays", tornando a orientação sexual um fator relevante no contexto dos crimes. Além disso, o texto destaca a palavra "homofobia" para contrastar com a negação do suspeito em relação à motivação homofóbica dos crimes. A palavra "facilidade" também é utilizada para descrever o critério de seleção das vítimas e é repetida ao longo do texto para enfatizar a suposta motivação do suspeito.

A escolha lexical enfatiza a negação do suspeito em relação à motivação homofóbica dos crimes, destacando que ele escolhia as vítimas pela "facilidade" de abordagem. Termos como

"homofobia", "opção sexual" (usando "sic" para indicar erro), "heterossexual", "relação sexual", "isca", "matador de Curitiba" e "Coringa" são utilizados para contextualizar o caso e abordar a questão da identidade e motivação do suspeito.

O uso da voz passiva contribui para representar os quatro homens gays vítimas dos assassinatos de maneiras distintas e com diferentes graus de ênfase. A utilização da voz passiva também ocorre em frases como "foi vestia pelos corpos das vítimas" e "foram trancados pelo lado de fora de casa" para enfatizar a situação das vítimas. O uso da voz passiva na notícia pode estar associado a uma tentativa de representar os quatro homens gays vítimas dos assassinatos de forma mais neutra e impessoal, evitando atribuir responsabilidades diretas aos mesmos, enquanto, ao mesmo tempo, destaca a identidade sexual das vítimas.

As vítimas gays são representadas na notícia como alvos de um serial killer, José Tiago Soroka, que nega que seus crimes tenham sido motivados por homofobia. Ele afirma que as vítimas eram escolhidas pela "facilidade" de abordagem, independente de sua orientação sexual. Através dessa generalização, ele tenta desvincular seus crimes de qualquer motivação homofóbica, insistindo que suas ações seriam as mesmas caso suas vítimas fossem heterossexuais. Apesar disso, a polícia enxerga indícios de motivação sexual nos crimes, apontando para o fato de Soroka ter vestido os corpos das vítimas e "escondido" os encontros.

As vítimas são personalizadas em suas características, mencionando nomes e profissões, mas também são impersonalizadas em sua função no contexto dos crimes, sendo tratadas como alvos fáceis para roubo e eventualmente morte. A nomeação e categorização das vítimas são realizadas principalmente através de suas profissões e localidades [no caso dos assassinatos ocorridos em Curitiba, do enfermeiro David Levisio, 28, em 27 de abril, e do estudante de medicina Marcos Vinício Bozzana da Fonseca, 25] e [professor universitário Robson Paim, 36] e são funcionalizadas como parte do modus operandi do assassino, selecionadas a partir de perfis falsos em aplicativos de relacionamento para marcar encontros em suas casas, o que demonstra a identificação e funcionalização específica delas para os propósitos criminosos de Soroka.

Na notícia "Suspeito de matar homens gays em Curitiba afirma que não foi motivado por ódio À Folha," podemos identificar alguns elementos de interdiscursividade:

Relação com discursos pré-existentes: O suspeito nega que os crimes tenham sido motivados por homofobia, indicando que não foi influenciado por discursos de ódio contra a comunidade LGBTQIAP+. Ele afirma que as vítimas eram escolhidas pela "facilidade" de abordagem, sugerindo uma justificativa para seus atos que não está relacionada a preconceitos disseminados na sociedade.

Intertextualidade: A notícia menciona que o suspeito tinha um perfil em um aplicativo de relacionamento gay chamado Grindr, o que pode ser uma referência à cultura de encontros e relacionamentos online, onde pessoas procuram parceiros ou amigos com interesses em comum. Esse detalhe pode estar relacionado a discussões sobre a segurança em encontros virtuais.

Construção de identidade: O suspeito nega ser bissexual e afirma que a informação era apenas uma isca para atrair suas vítimas. Essa afirmação está relacionada à construção de sua identidade, tentando apresentar-se como heterossexual e negando qualquer orientação sexual diferente. Isso tem relação com o que a polícia considera indícios de motivação sexual nos crimes, com base em como os corpos das vítimas foram tratados e ocultados. Esse discurso é baseado nas evidências reunidas durante a investigação.

Na notícia, a fonte oficial citada é o próprio suspeito, José Tiago Correia Soroka, que foi entrevistado pela repórter em uma sala da Delegacia de Homicídios de Curitiba. Além disso, a notícia menciona informações fornecidas pela polícia do Paraná, que capturou o suspeito e investigou os crimes.

No entanto, outras fontes poderiam ter sido ouvidas, como representantes de organizações LGBTQIAP+, entrevistar ativistas ou membros de organizações que defendem os direitos e a segurança das comunidades LGBTQIAP+ poderia fornecer perspectivas e análises adicionais sobre a situação em questão. Essas fontes podem ajudar a contextualizar a violência contra a comunidade LGBTQIAP+ em Curitiba, bem como oferecer informações sobre o histórico de crimes de ódio ou intolerância na região ou lideranças políticas e legislativas, entrevistar representantes políticos e legisladores que trabalham em questões relacionadas aos direitos LGBTQIAP+ pode fornecer informações sobre as medidas de combate à discriminação e à violência que foram adotadas na região.

Pode-se destacar algumas ideologias e hegemonias presentes no contexto da notícia:

Heteronormatividade e cisnormatividade: O discurso do suspeito revela uma perspectiva heteronormativa, na qual ele nega ter atração por homens e insinua que se fez passar por bissexual para atrair suas vítimas. Ao mencionar que usou essa informação como uma isca, ele reforça a ideia de que ser heterossexual é o padrão ou norma, enquanto a homossexualidade é vista como algo que pode ser explorado ou usado de forma manipuladora.

Negligência na abordagem da homofobia: Embora o suspeito negue que seus crimes tenham motivação homofóbica, a polícia vê indícios de motivação sexual nos crimes, especialmente pelo modo como os corpos das vítimas foram tratados após a morte. A notícia não aprofunda a discussão sobre a possibilidade de homofobia ou ódio contra pessoas LGBTQIAP+ estar subjacente aos crimes, o que pode ser uma negligência na abordagem desse aspecto importante.

Estigmatização da comunidade LGBTQIAP+: O fato de o suspeito usar aplicativos de relacionamento voltados para o público gay e escolher suas vítimas entre homens gays pode reforçar estereótipos e preconceitos em relação à comunidade. Isso pode contribuir para o medo e a estigmatização de pessoas gays, que são retratadas como potenciais vítimas vulneráveis em situações de violência.

Figura 27 - Padre faz ofensas homofóbicas a repórter em missa

Padre faz ofensas homofóbicas a repórter em missa

Pablo Rodrigo

CUIABÁ O Ministério Público de Mato Grosso abriu investigação contra o padre Paulo Antônio Müller, da Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Tapurah (a 433 km de Cuiabá), por ofensas homofóbicas e críticas ao casamento entre pessoas do mesmo sexo.

O caso ocorreu durante uma missa do último dia 13 de junho que estava sendo transmitida pelas redes sociais. O padre chegou a citar o jornalista Erick Rianielli, da TV Globo do Rio de Janeiro, e seu marido.

"Queremos orar para você que é casado na igreja, é noivo, namorado. Vamos pedir a Deus que possamos viver bem esse tempo. A gente faz o namoro, não como a Globo mostrou durante essa semana com dois viados. Um repórter com um viadinho chamado Pedrinho, ridículo", disse.

Rianielli havia se declarado ao marido, Pedro Figueiredo, ao vivo no telejornal Bom Dia RJ, no dia dos namorados (12).

"Meu amor, meu marido, eu te amo. Feliz Dia dos Namorados para nós e para todos os casais apaixonados que estão nos assistindo. Que todos tenham um Dia dos Namorados maravilhoso. Agora, Pedro, vê se faz o jantar para gente, me dá um abraço", disse o jornalista.

ao vivo na emissora.

O padre ainda disse esperar que os fiéis não tenham o mesmo "pensamento" do jornalista. "Que essa não seja sua cabecinha nem do seu filho nem da sua filha. Pegue a Bíblia e olhe o livro do Gênesis. Deus criou o homem e mulher, concebeu a família para os dois se unirem", afirmou.

"Que chamem a união de dois viados e duas lésbicas como querem, mas não de casamento, por favor. Isso é falta de respeito com Deus, isso é sacrilégio, blasfêmia. Casamento é coisa bonita e digna", completou.

A Promotoria de Mato Grosso informou que pretende analisar os fatos e colher os

subsídios necessários para adoção de medida judicial cabível.

O Ministério Público Estadual, por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos Humanos e Diversidades, repudia qualquer tipo de discurso de ódio. Reitera que as declarações efetuadas pelo padre extrapolaram

aliberdade religiosa e que podem até mesmo resultar na propositura de medidas extrajudiciais, de ação civil pública por dano moral coletivo causado à sociedade, bem como ação penal, por eventual crime cometido", disse por meio de nota.

A Folha tentou entrar em contato com a Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Tapurah-MT, mas não obteve resposta. Já a diocese do município de Diamantino, responsável por Tapurah, informou que o bispo Dom Vital Chitolina estava em viagem e que só ele poderia informar se algum procedimento será adotado.

Depois da repercussão do caso, a Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Tapurah excluiu a sua página no Facebook.

O jornalista Erick Rianielli não havia se manifestado até a tarde desta quarta-feira. Ele também teria sido vítima de outros ataques homofóbicos em Brasília. "Recebi alguns relatos sobre um empresário de Brasília que reagiu com homofobia a um vídeo em que eu declarei amor ao meu marido. Agradeço por todas as mensagens de apoio! Sobre o empresário... Acho que nenhum LGBT do DF vai comer mais nas lojas dele", publicou no último mês de maio (2020).



Jornalista da TV Globo do Rio de Janeiro Erick Rianielli (à direita) e o marido, Pedro Figueiredo.

Fonte: Acervo Digital da *Folha de S. Paulo* - notícia publicada em 17 de junho de 2021 - B7

A notícia relata que a Promotoria de Mato Grosso iniciou uma investigação contra o padre Paulo Antônio Müller, da Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Tapurah, após ele fazer ofensas homofóbicas durante uma missa transmitida pelas redes sociais. Durante o sermão, o padre mencionou o jornalista Erick Rianielli da TV Globo do Rio de Janeiro e seu marido, criticando o casamento entre pessoas do mesmo sexo. O jornalista havia se declarado ao seu parceiro em uma transmissão ao vivo no Dia dos Namorados.

A notícia utiliza o termo "ofensas homofóbicas" para descrever as declarações do padre, indicando o viés discriminatório dirigido aos homossexuais. O padre usa termos pejorativos e ofensivos para se referir ao jornalista e seu marido, como "dois viados" e "viadinho chamado Pedrinho." Essas palavras reforçam o preconceito e estigmatizam a homossexualidade. O uso do adjetivo "ridículo" para se referir ao jornalista reforça o julgamento negativo sobre a orientação sexual do repórter.

O uso frequente da primeira pessoa do plural ("nós") no discurso do padre, como em "Vamos pedir a Deus" e "Que essa não seja sua cabecinha", busca persuadir os fiéis a compartilhar suas crenças e valores, reforçando a ideia de que há uma posição unânime sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Além disso, o uso do discurso direto permite que o padre apresente sua argumentação de forma clara e direta. Ele tenta persuadir os fiéis a compartilhem de suas crenças ao apelar a questões religiosas e morais.

Nessa notícia, os gays são representados através da categoria socio-semântica da exclusão, ativação, generalização, personalização e funcionalização. O padre Paulo Antônio Müller faz ofensas homofóbicas ao jornalista Erick Rianielli e seu marido, usando termos pejorativos e desrespeitosos como "viados" e "viadinho". Essa atitude demonstra a exclusão, ao depreciar e marginalizar pessoas homossexuais. Além disso, o discurso do padre generaliza a vivência e relacionamento homossexual, caracterizando todos os homossexuais com o mesmo estereótipo negativo.

A personalização ocorre quando o padre cita o jornalista e seu marido especificamente, tornando o ataque mais direcionado e pessoal. A funcionalização impõe uma visão preconceituosa e estereotipada sobre as pessoas homossexuais, reduzindo-as a rótulos negativos e desqualificando sua união como casal. Além disso, o padre identifica os gays como uma ameaça à "família tradicional", afirmando que o casamento entre pessoas do mesmo sexo é uma "falta de respeito com Deus" e uma "blasfêmia". Nesse contexto, a

identificação dos gays é associada a comportamentos considerados inadequados e não conformes aos padrões religiosos defendidos pelo padre.

É possível identificar alguns elementos de interdiscursividade presentes na notícia:

Discurso religioso: O padre Paulo Antônio Müller utiliza o discurso religioso para expressar suas opiniões homofóbicas e críticas ao casamento entre pessoas do mesmo sexo. Ele faz referência à Bíblia, menciona a família tradicional e critica a união homoafetiva com termos ofensivos.

Discurso institucional: O Ministério Público de Mato Grosso emite uma nota repudiando o discurso de ódio do padre e menciona a possibilidade de tomar medidas legais, como ação civil pública por dano moral coletivo e ação penal. A diocese do município de Diamantino também é mencionada, indicando que o bispo Dom Vital Chitolina poderá tomar alguma atitude em relação ao caso.

A notícia cita algumas fontes oficiais, como o Ministério Público de Mato Grosso, Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos Humanos e Diversidades, Diocese do município de Diamantino, além de relatos do próprio jornalista Erick Rianielli sobre outros ataques homofóbicos que teria sofrido em Brasília. Insta salientar que organizações LGBTQIAP+ locais ou nacionais, entidades que lutam pelos direitos e bem-estar da comunidade LGBTQIAP+, como ONGs, associações e grupos de ativistas, poderiam fornecer perspectivas importantes sobre o impacto do discurso de ódio e homofobia. Líderes religiosos que também são membros da comunidade LGBTQIAP+ poderiam oferecer insights sobre como reconciliar a identidade de gênero e/ou orientação sexual com suas crenças religiosas.

Algumas ideologias e hegemonias identificadas na notícia são:

Homofobia: A notícia revela claramente a presença de discurso homofóbico proferido pelo padre durante a missa, ao usar termos ofensivos e pejorativos para se referir ao jornalista e seu parceiro. Essa ideologia homofóbica mostra uma atitude discriminatória e preconceituosa em relação à homossexualidade.

Heteronormatividade: O discurso do padre enfatiza a ideia de que o casamento deve ser apenas entre um homem e uma mulher, seguindo o padrão heteronormativo, e que qualquer outra forma de união, como a de pessoas do mesmo sexo, não deve ser chamada de casamento.

Fundamentalismo religioso: O discurso do padre é enraizado em uma interpretação estrita dos textos religiosos, citando o livro do Gênesis como argumento para justificar suas opiniões contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Essa ideologia fundamentalista reforça uma visão rígida e intolerante dentro da religião.

Luta contra a homofobia: A resposta da sociedade e das autoridades diante das ofensas homofóbicas do padre mostra que há uma consciência crescente sobre a necessidade de combater a homofobia e proteger os direitos humanos e as diversidades.

Figura 28 - Sob Bolsonaro, LGBTQIA+ sofrem com apagão de políticas públicas



Fonte: Acervo Digital da *Folha de S. Paulo* - notícia publicada em 28 de junho de 2021 - B1

Essa notícia destaca que sob o governo de Jair Bolsonaro e durante a pandemia da Covid-19, a população LGBTQIAP+ no Brasil enfrentou um "apagão" de políticas públicas. Especialistas, ativistas e representantes de organizações civis afirmam que essa comunidade perdeu voz e espaço no governo atual, com o desmantelamento de políticas, falta de investimentos e negligência em relação às suas demandas. A violência e a discriminação contra pessoas LGBTQIAP+ persistem, e a resposta das autoridades tem sido insuficiente para lidar com essas questões.

Gramaticalmente, a notícia apresenta frases complexas e bem estruturadas, com o uso adequado de tempos verbais para indicar fatos passados e presentes. Há o uso de voz passiva em algumas passagens, como "é considerado o país que mais mata pessoas transgênero entre as grandes nações," destacando o objeto da ação em vez do sujeito. No aspecto lexical, a notícia utiliza termos específicos para descrever a população LGBTQIAP+, como "homoafetivos," "transgêneros," "travestis," entre outros, demonstrando uma tentativa de representação respeitosa das diferentes identidades de gênero e sexualidade.

A notícia utiliza verbos que descrevem ações específicas realizadas pelo governo Bolsonaro, como propagar fake news, criticar, ameaçar vetar projetos, intervir, dismantelar políticas públicas e estancar investimentos. Essas ações são apresentadas como tendo um impacto negativo nas vidas das pessoas LGBTQIAP+.

No trecho "é preciso um Stonewall 2.0, mas desta vez, no Brasil": A comparação com a Revolta de Stonewall e a referência a um "2.0" sugere a necessidade de um novo marco na luta por igualdade de direitos para a população LGBTQIA+ no Brasil.

No trecho "o atual cenário e as falas de cunho homofóbicas de Bolsonaro propiciaram que 'os conservadores saíssem do armário'", O uso da expressão "sair do armário" metaforicamente sugere que as atitudes homofóbicas se tornaram mais evidentes e aceitas por algumas pessoas após a ascensão de Bolsonaro ao poder.

Na notícia, os atores sociais LGBTQIAP+ são representados como vítimas de exclusão, apassivação e impersonalização nas ações governamentais. A notícia especifica diversas situações em que o governo Bolsonaro dismantelou políticas públicas, estancou investimentos e negligenciou as demandas desse segmento, tornando-o ainda mais vulnerável durante a pandemia de Covid-19. O texto apresenta falas diretas de especialistas, ativistas e representantes de organizações civis que ressaltam o preconceito, a violência e a falta de avanços nos direitos LGBTQIAP+. As ações do governo Bolsonaro são categorizadas como apagamento, o que reforça a impersonalização e a falta de reconhecimento das identidades LGBTQIAP+ como atores sociais com direitos e necessidades específicas.

Existem muitos elementos de interdiscursividade na notícia:

Citação de falas do presidente Bolsonaro: A notícia cita falas do presidente Bolsonaro sobre casamento homoafetivo e suas opiniões contrárias aos direitos LGBTQIAP+. As declarações

do presidente são repetidas e contextualizadas para mostrar a posição do governo em relação a essa questão.

Referência histórica: A notícia menciona a Revolta de Stonewall, um evento histórico que deu origem ao Dia Internacional do Orgulho LGBTQIAP+. Esse evento é citado para comparar a necessidade de um movimento similar no Brasil. Nesse caso, o evento histórico é evocado como uma inspiração para a atual situação no país.

Falas de ativistas e especialistas: A notícia traz declarações de ativistas, representantes de organizações civis e especialistas em questões humanitárias. Essas falas são evocadas para fornecer uma perspectiva externa sobre o tema e apoiar a ideia de que as políticas públicas para a população LGBTQIAP+ estão sendo negligenciadas pelo governo.

Dados estatísticos e informações de pesquisas: A notícia apresenta dados sobre a violência contra a população LGBTQIAP+, como os casos de assassinatos e as dificuldades para responsabilizar os agressores. Esses dados são utilizados para embasar a argumentação sobre a vulnerabilidade desse grupo na sociedade.

Citação de informações de outras reportagens: A notícia menciona informações obtidas por outras fontes, como a revista *Época* e a *ALL OUT*, uma organização global de defesa dos direitos LGBTQIAP+. Essas citações mostram que a questão está sendo tratada em diferentes veículos de imprensa e por organizações com conhecimento sobre o assunto.

Referências legislativas e decisões judiciais: A notícia menciona decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação aos direitos LGBTQIAP+, como o reconhecimento da união homoafetiva e a criminalização da homofobia e transfobia. Essas referências mostram como as questões jurídicas têm impacto sobre os direitos dessa população.

Em relação às fontes, a notícia incorpora falas diretas de especialistas, ativistas e representantes de organizações civis para apresentar suas opiniões e argumentos sobre a situação das pessoas LGBTQIA+ no governo Bolsonaro. Essa técnica de discurso direto confere autenticidade ao relato das fontes e ajuda a envolver o leitor na narrativa. Através dessa abordagem, a notícia personaliza as experiências e desafios enfrentados pela comunidade LGBTQIAP+, destacando suas vozes e perspectivas únicas, o que pode ajudar a sensibilizar o público para as questões enfrentadas por essa população marginalizada. A inclusão de múltiplas vozes também pode auxiliar na especificação dos problemas

enfrentados e na identificação das ações necessárias para promover a inclusão e a proteção dos direitos.

É possível identificar algumas ideologias e hegemonias presentes na notícia:

Ideologia conservadora e religiosa: A notícia revela uma ideologia conservadora e religiosa presente no governo Bolsonaro, que tem impacto nas políticas públicas e direitos da população LGBTQIAP+. A menção à ministra Damares Alves, uma pastora evangélica, como chefe do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, sugere a influência dessas ideologias no governo.

Hegemonia heteronormativa: A hegemonia heteronormativa é evidente na postura do presidente Bolsonaro, que se posiciona contra o casamento homoafetivo e que, apesar disso, não tentou revogar o direito conquistado no STF. No entanto, a notícia também mostra que, apesar de legalmente válido, o casamento homoafetivo não garante a proteção completa dos direitos da população LGBTQIAP+, que ainda enfrenta diversas formas de discriminação e violência.

Desconstrução de políticas públicas: A notícia destaca que o governo de Bolsonaro desmantelou políticas públicas voltadas para a população LGBTQIAP+, estancou investimentos e criou um "apagão" em relação às demandas desse segmento. Isso sugere uma ideologia de desvalorização e negligência em relação às questões de diversidade de gênero e orientação sexual.

Figura 29 - Nas periferias, LGBTQIA+ se unem para combater a fome

B2 SEGUNDA-FEIRA, 28 DE JUNHO DE 2021
cotidiano



A assessora financeira Larissa Raniel, 36, que distribui alimentos para pessoas em situação de vulnerabilidade na Grande SP

Karina Xavier/Fotografia

Nas periferias, LGBTQIA+ se unem para combater a fome

Preconceito agrava os impactos da crise econômica para essa população

cessidades mais urgentes da população dessas regiões. Produtor Cultural e morador do Jardim Eliana, no Grajaú, Diego Emanuel da Silva, 27, é um dos integrantes do coletivo. Ele diz que, apesar de ter feito ações online durante a pandemia, como saraus, a prioridade foi a distribuição de cestas bá-

Fonte: Acervo Digital da *Folha de S. Paulo* - notícia publicada em 28 de junho de 2021 - B2

A notícia aborda a união da comunidade LGBTQIAP+ nas periferias durante a pandemia para combater a fome e a pobreza. O preconceito contra essa população agrava os impactos da crise econômica. A pandemia tornou ainda mais difícil a situação de vulnerabilidade dessa comunidade, especialmente em relação ao desemprego e à falta de oportunidades.

O texto utiliza termos adequados para referir-se à diversidade sexual e de gênero, como "população LGBTQIA+" e "pessoas LGBTQIA+", travestis e transgênero, demonstrando respeito pela identidade das pessoas. A escolha lexical na notícia é significativa para retratar as experiências e lutas das pessoas LGBTQIAP+ nas periferias. Termos como "pandemia", "crise econômica", "preconceito", "vulneráveis", "desemprego", "falta de oportunidade", "formal", "prostituição", "renda", "saúde mental", "rede de apoio", "política social" e outros, são usados para enfatizar as dificuldades enfrentadas por essa comunidade.

Os adjetivos desempenham um papel importante na notícia para expressar as características das pessoas, exemplos incluem "vulneráveis" "prioritárias" "extrema vulnerabilidade" "pobres" "periféricas" "negros" "pacíficas" "melhorar a qualidade de vida," e outros, que

realçam a situação de desfavorecimento, a luta e as necessidades urgentes da comunidade LGBTQIAP+.

Os pronomes utilizados na notícia são respeitosos e adequados, garantindo a representação apropriada das pessoas LGBTQIAP+. A notícia usa pronomes adequados, como "ela" para se referir a Larissa, que é uma mulher trans, e "Luana" para se referir à multiartista Luana Uchoa do Nascimento, que se identifica como pessoa trans não-binária.

A voz passiva é utilizada em várias partes da notícia para destacar a ação sofrida pelas pessoas LGBTQIAP+. Por exemplo, "Foram priorizadas na fila para receber auxílio", "O espaço leva o nome da designer, que chegou a pedir direito a morte assistida," entre outros. Essa construção enfatiza a passividade das ações e realça o impacto da pandemia e do preconceito sobre a comunidade LGBTQIAP+.

Os atores sociais LGBTQIAP+ são representados com aspectos de exclusão, personalização e identificação. A representação de exclusão é evidente ao mostrar que essa população enfrenta preconceito, vulnerabilidade e dificuldade para encontrar trabalho formal, sendo muitas vezes empurrados para a prostituição como fonte de renda. A personalização é percebida na narrativa sobre a assessora financeira Larissa Raniel, uma mulher trans, que se destaca como atuante na distribuição de alimentos, e Luana Uchoa do Nascimento, uma pessoa trans não-binária, que beneficia doações do coletivo Travas da Sul.

Além disso, a generalização é empregada para destacar as dificuldades e desafios enfrentados pela comunidade como um todo, como a falta de oportunidades de trabalho formal e a dependência de doações de alimentos. A funcionalização também é evidente, pois os grupos LGBTQIAP+ são descritos como atuando ativamente na luta contra a fome e a pobreza, através de coletivos como as Travas da Sul e a Casa Neon Cunha, que priorizam a transgeneridade, a cor da pele e a orientação sexual na distribuição de recursos.

Existem alguns elementos de interdiscursividade:

Citação de pesquisa e estudos: A notícia menciona um levantamento feito por demógrafos da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) em parceria com o coletivo #VoteLGBT, bem como o levantamento da Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) feito em 2017. Essas referências a estudos acadêmicos mostram como o texto se baseia em pesquisas para fundamentar suas afirmações.

Declarações do poder público: A notícia inclui citações de ações e declarações do poder público, como a resposta da Prefeitura de São Paulo e de São Bernardo do Campo à situação da população LGBTQIAP+ durante a pandemia. Isso mostra como o texto está conectado com diferentes atores e vozes sociais.

A notícia inclui declarações diretas de indivíduos LGBTQIAP+ que vivem nas periferias e que enfrentam dificuldades relacionadas à pobreza e ao preconceito. Esses relatos trazem a perspectiva pessoal dos envolvidos e adicionam autenticidade à narrativa. Nesse sentido, Algumas fontes foram ouvidas, como a Larissa Raniel, 36 anos, assessora financeira e mulher trans, Diogo Emanuel da Silva, 27 anos, produtor cultural, ele é um dos integrantes do coletivo "Travas da Sul", Luana Uchoa do Nascimento, 30 anos, multiartista e pessoa trans não-binária e a Casa Neon Cunha.

Considerando a prática social de Fairclough, destaca-se algumas ideologias e hegemonias subjacentes:

Preconceito e vulnerabilidade: A notícia destaca a discriminação e preconceito enfrentados pela população LGBTQIAP+, especialmente aquelas que vivem nas periferias. O texto mostra como a falta de oportunidades de trabalho formal, a exclusão social e a expulsão de casa por suas famílias impactam negativamente a comunidade durante a pandemia, aumentando sua vulnerabilidade econômica e social.

Falta de políticas públicas adequadas: A notícia revela a ausência de políticas públicas efetivas voltadas para atender às necessidades da população LGBTQIAP+ durante a pandemia. A dificuldade em acessar apoio emocional, social, financeiro e político é destacada, evidenciando a falta de suporte governamental para lidar com a situação de crise enfrentada pela comunidade.

Interseccionalidade e desigualdades sociais: O texto destaca como a situação de vulnerabilidade da comunidade LGBTQIAP+ nas periferias se agrava quando combinada com outras formas de vulnerabilidade, como raça e classe. Isso evidencia a importância de abordar as questões de forma interseccional, considerando as diversas dimensões de desigualdade que afetam a comunidade.

Figura 30 - Entenda o que é cada letra da sigla LGBTQIA+

B4 TERÇA-FEIRA, 29 DE JUNHO DE 2021

FOLHA DE S.PAULO ***

cotidiano

Entenda o que é cada letra da sigla LGBTQIA+

'Sopa de letrinhas' que não para de crescer ecoa a amplidão do espectro das diversas minorias sexuais e de gênero

GONÇALVES (A4) No Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+, celebrado anualmente em 28 de junho, a dúvida de muita gente se concentra na "sopa de letrinhas" que não para de crescer.

A evolução da sigla que designa diversas minorias sexuais e de gênero é uma resposta ao tamanho do espectro e das demandas da comunidade composta por lésbicas, gays, bissexuais, travestis, trans, queers, pansexuais, agêneros, pessoas não binárias e intersexo por mais visibilidade.

O movimento nasceu com a Revolta de Stonewall, em Nova York, em 1969. Gays, lésbicas e travestis colocaram fim às agressões que sofriam em batidas policiais ocorridas naquele ano em um bar, o Stonewall Inn. O grupo resistiu por três dias, e o ato virou marco por igualdade de direitos.

Na primeira sigla, GLS, o "S" representava os simpatizantes, aliados à causa LGBTQIA+. Mas logo o acrônimo se mostrou ultrapassado e excludente porque deixava de fora as demais identidades.

A grande mudança na sigla ocorreu, depois, com o "T" passando a encabeçar a sequência...



Congresso Nacional, em Brasília, iluminado pelo coletivo Brasília Orgulho com as cores do movimento LGBTQIA+ nesta segunda (28) - Ilustração de Sui/Agência de Notícias

Fonte: Acervo Digital da *Folha de S. Paulo* - notícia publicada em 29 de junho de 2021 - B4

A notícia aborda, no Dia Internacional do Orgulho LGBTQIAP+, o crescente acréscimo de letras na sigla que representa diversas minorias sexuais e de gênero, refletindo a amplidão do espectro e as demandas da comunidade, além de um glossário que apresenta breves explicações sobre cada termo, destacando a importância da visibilidade e respeito às diversas identidades e orientações.

O texto utiliza uma variedade de termos e palavras específicas para descrever as diferentes identidades dentro da comunidade LGBTQIA+. As palavras escolhidas são respeitadas e informativas, evitando estereótipos ou termos pejorativos, por exemplo, utiliza-se "pessoas LGBTQIA+". Além disso, utiliza termos como "visibilidade", "questões distintas", "termo amplo" para contextualizar e explicar as diferentes identidades presentes na sigla.

Os adjetivos utilizados são principalmente descritivos e informativos, evitando adjetivos discriminatórios ou estigmatizantes. Exemplo disso é o uso de "transgênero" como um termo amplo e descritivo para pessoas cuja identidade de gênero difere do sexo designado ao nascer. O texto utiliza pronomes inclusivos e neutros para se referir às pessoas cuja identidade de

gênero não se enquadra em categorias binárias. Por exemplo, menciona pronomes como "elx" em português, que é uma opção neutra que inclui todas as identidades de gênero.

Na notícia sobre o significado da sigla LGBTQIA+, os atores sociais LGBTQIA+ são representados de maneira inclusiva e ativada, buscando dar visibilidade e espaço às diversas identidades sexuais e de gênero. A evolução da sigla reflete a expansão do espectro de minorias sexuais e de gênero, destacando demandas específicas de cada grupo. A mudança da sigla GLS para LGBTQIAP+ demonstra uma generalização progressiva, mas também uma especificação cuidadosa para incluir as identidades que antes estavam excluídas.

A linguagem utilizada na descrição das diferentes identidades evita a impersonalização, e os termos procuram nomear e categorizar cada grupo, ao mesmo tempo em que oferecem uma funcionalização para identificar suas particularidades. Os atores sociais LGBTQIAP+ são apresentados como indivíduos com identidades e experiências únicas, com pronomes neutros para aqueles que optam por eles, valorizando a diversidade dentro da comunidade. Assim, a notícia aborda os atores sociais LGBTQIAP+ de forma inclusiva, empoderadora e respeitosa, refletindo a mudança de atitudes e linguagem na sociedade em relação à orientação sexual e identidade de gênero.

Alguns elementos de interdiscursividade que estão presentes na notícia são:

Evolução histórica da sigla: A notícia apresenta a evolução da sigla LGBTQIAP+ ao longo do tempo, desde a antiga sigla GLS até a inclusão de diversas identidades de gênero e orientações sexuais. Esse elemento de interdiscursividade mostra como a sigla foi se modificando para refletir a diversidade e as demandas da comunidade.

Discurso político e de ativismo: A referência à Revolta de Stonewall em Nova York em 1969 destaca a importância histórica do movimento LGBTQIAP+ na luta por igualdade de direitos. Isso conecta o discurso da notícia com a história do ativismo LGBTQIAP+ e reforça a busca contínua por mais visibilidade e reconhecimento.

Inclusão e visibilidade: O texto aborda a importância da visibilidade e inclusão das diversas identidades na sigla LGBTQIAP+, destacando como essa ampliação é uma resposta ao espectro das minorias sexuais e de gênero. Esse elemento de interdiscursividade está relacionado ao ativismo por mais representatividade e reconhecimento dessas identidades.

Embora as informações, terminologias e a contextualização estejam claras e corretas, não é possível identificar explicitamente quais foram as fontes consultadas para a escrita da notícia. As perspectivas e vozes de ativistas, organizações reconhecidas, pesquisadores do tema, especialistas deveriam ter sido incluídas. Especialistas e ativistas LGBTQIAP+ podem fornecer informações confiáveis, baseadas em pesquisas e experiências concretas, garantindo a acurácia das informações divulgadas na notícia. Questões de identidade de gênero e orientação sexual podem ser complexas e sensíveis, e dar espaço às pessoas LGBTQIAP+ em reportagens ajuda a empoderar a comunidade, dando-lhes a oportunidade de compartilhar suas histórias e lutas. Isso pode contribuir para a conscientização.

Há algumas ideologias que puderam ser identificadas na notícia:

Inclusão e diversidade: A notícia enfatiza a importância da evolução da sigla LGBTQIAP+ como uma resposta ao tamanho do espectro e das demandas da comunidade. Isso indica uma ideologia de inclusão e diversidade, buscando dar visibilidade a diversas identidades sexuais e de gênero.

Crítica aos estereótipos: A notícia aborda a crítica aos estereótipos em relação à bissexualidade, destacando que as visões negativas sobre essa identidade são alvo de debate nos círculos LGBTQIAP+. Isso demonstra uma ideologia que busca questionar e desconstruir preconceitos e estigmas relacionados à sexualidade.

Questionamento da normatividade de gênero: A notícia aborda o conceito de "não conformidade de gênero," destacando que nem todos que se expressam fora das normas convencionais de masculinidade ou feminilidade são necessariamente transgêneros. Essa abordagem pode indicar uma ideologia que busca questionar a rigidez das normas de gênero impostas pela sociedade.

5.1 Apresentação e discussão dos resultados

A partir das análises minuciosas que foram apresentadas, algumas considerações são necessárias acerca dos resultados observados. Nesse sentido, portanto, apresenta-se na sequência tabelas síntese das observações oriundas das cinco categorias de análise estabelecidas, contendo os elementos que mais se destacaram com frequência nas notícias analisadas. Ademais, discute-se, brevemente, como tais resultados se relacionam com os apontamentos teóricos já fornecidos inicialmente.

No ano de 2001, foram encontrados a presença de alguns recursos linguísticos, semânticos e gramaticais predominantes, como adjetivos, termos e descrições que podem promover a **representação social negativa** de pessoas LGBTQIAP+, além de elementos interdiscursivos e ideológicos que corroboram para isso:

Elementos Textuais	Representação Social LGBTQIAP+	Interdiscursividade de	Fontes Consultadas	Formação Ideológica e Hegemônica
<p>Uso de aspas: As aspas são usadas para destacar palavras ou expressões, como "homem sério", "Paulinha", "quartirão gay", "malhados", "no armário", entre outros. Essas aspas podem sugerir um tom de descrédito ou distanciamento em relação às identidades e escolhas LGBTQIAP+.</p> <p>A descrição da Parada como "fora de época" e a comparação com o Carnaval</p> <p>Adjetivos negativos: Ao longo das notícias, encontrou-se adjetivos com conotação negativa usados para descrever personagens ou</p>	<p>Segregação espacial: Localização de bairros como "gay" ou "alternativos", reforçando estereótipos de segregação e preferências de estilo de vida.</p> <p>Estigma: Campanha de prevenção para homossexuais, ressaltando que esse segmento da população tem maiores taxas de infecção por HIV/AIDS, reforçando estereótipos negativos e possíveis atitudes segregacionistas</p> <p>Segmento de negócios: "charmoso restaurante Namesa" (relacionando a sofisticação com a presença de público gay)</p>	<p>Discurso jurídico - avanços no direito da família homoafetiva</p> <p>Discurso religioso: conversão ao evangelismo - "deixar o pecado"</p> <p>Discurso da saúde: prevenção da Aids direcionada para homens gays</p> <p>Discurso sobre direito à cidade: direito a espaços seguros e acolhedores para LGBTQIAP+</p> <p>Discurso sobre segurança: combate à intolerância e violência LGBTIfóbica</p>	<p>Oficiais/Institucionais: Imprensa de Brasília (DF); Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul; Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Limeira; Polícia Militar de São Paulo; Coordenadores dos programas de Aids do Estado e do município de São Paulo; Conselho Nacional de Saúde; Grupo de Repressão e Análise aos Delitos de Intolerância</p> <p>Especialistas: Desembargadora Maria Berenice Dias</p> <p>Organizações ONGS e ativistas: Militantes do grupo</p>	<p>Avanço no direito de família, rompendo com a ideia tradicional de família, que se restringe ao casamento heterossexual.</p> <p>Contexto ideológico religioso, que pode influenciar ou reforçar certos padrões sociais e comportamentos considerados mais "sérios" ou aceitáveis, que julga e categoriza as pessoas com base em padrões hegemônicos de gênero e sexualidade</p> <p>Ideologia heteronormativa e conservadora que exclui, marginaliza e violenta a comunidade LGBTQIAP+, que não aceita a expressão livre da sexualidade fora das normas heteronormativas</p> <p>Negligência e invisibilidade histórica: Ideologia hegemônica que ainda não reconhece plenamente as necessidades</p>

<p>situações relacionadas aos LGBTQIAP+, como "escândalo", "terríveis", "bagunça", "exageros".</p> <p>Relacionament o de termos negativos com identidades LGBTQIAP+: Em algumas notícias, encontrou-se associações entre termos negativos, como "chacina" e "intolerância", e as identidades LGBTQIAP+ nos títulos ou conteúdos, o que pode sugerir uma associação entre as identidades e eventos negativos</p>	<p>e o uso do termo "filão" pode insinuar que o público gay é uma oportunidade de negócio, reforçando a ideia de estereótipo relacionado a características específicas</p> <p>Retrato estereotipado: Em alguns trechos, há o uso de descrições estereotipadas, como "travesti bastante conhecida no bairro"; "malhados, clubbers e elegantes", que podem contribuir para reforçar preconceitos e generalizações.</p>		<p>Identidade (Grupo de Ação pela Cidadania Homossexual) ; Grupo Identidade, Associação da Parada - APOGLBT; Corsa; Grupo de Incentivo à Vida; Grupo pela Vidda</p> <p>Anônimas: moradores, vizinhos, proprietários de estabelecimentos</p> <p>Documental: Embora não sejam mencionadas as fontes documentais consultadas, há notícia que se baseia em dados estatísticos: "Entre os heterossexuais, o número cai para 0,4. Somente na cidade de São Paulo, dos 44.813 casos de Aids notificados, 31,2% estão relacionados às práticas sexuais dos HSH. Nesse</p>	<p>específicas dessa população em relação à prevenção e à saúde.</p>
--	---	--	---	--

			grupo, a Aids já matou 8.383.'	
--	--	--	--------------------------------	--

Tabela 4: Síntese da Análise das notícias e da Representação LGBTQIAP+ - Ano 2001

No ano de 2011, as análises apontam para a predominância no uso equivocado de nomes e pronomes, expressões depreciativas, além de passagens interdiscursivas e construções hegemônicas e ideológicas que concorrem para promover a **representação social tanto negativa quanto positiva** de pessoas LGBTQIAP+:

Elementos Textuais	Representação Social LGBTQIAP+	Interdiscursividade	Fontes Consultadas	Formação Ideológica e Hegemônica
<p>Nomes e pronomes masculinos: desrespeito à identidade de gênero</p> <p>Uso de termos pejorativos e estereotipados: "mendigos gays", "pedintes homossexuais" e "travesti é perseguido e morto", "propaganda de opção sexual", "homossexualismo", "plano gay", entre outros.</p> <p>Associação do homossexualismo à pedofilia</p> <p>Adjetivos e expressões positivas: "luta contra práticas homofóbicas",</p>	<p>Vítimas indefesas: situações de violência, vulnerabilidade, discriminação e rejeição familiar</p> <p>Cidadãos: união civil, direitos como herança, compartilhamento de planos de saúde e adoção de filhos</p> <p>Militância e ativismo: ativismo e a luta dos membros da comunidade LGBTQIAP+</p> <p>Promíscuos e doentes: "o risco do homem que fez sexo com homem é 18 vezes maior de ter infecção pelo HIV"</p>	<p>Discurso de Exclusão e Discriminação: ressalta a vulnerabilidade desses grupos sociais e a necessidade de medidas para proteger seus direitos e garantir igualdade.</p> <p>Discurso Religioso e Conservador: O discurso religioso e conservador aparece nas notícias em diferentes contextos</p> <p>Discurso de Reconhecimento de Direitos: Apesar das dificuldades enfrentadas pela comunidade LGBTQ+, há</p>	<p>Oficiais/Institucionais: Presidente Dilma Rousseff; César Callegari, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação; Ministério da Educação; Membros da bancada evangélica no Congresso Nacional; Ministério da Saúde-Alexandre Padilha</p> <p>Especialistas: Dalton Chanone, professor de hemoterapia e Hematologia da USP; psicopedagogas; psicóloga; advogado constitucionalista</p>	<p>Heteronormatividade: As notícias evidenciam a presença da heteronormatividade como uma norma social dominante. A resistência à união civil homossexual e a proibição de travestis nos abrigos revelam a reafirmação de padrões heterossexuais</p> <p>Lutas pelos Direitos LGBTQIAP+: As notícias mostram também a resistência e lutas dos grupos LGBTQIAP+ por seus direitos</p> <p>Estigma e Preconceito: As</p>

<p>"iniciativa de combate à discriminação", "o combate à violência", união homoafetiva como entidade familiar"</p>	<p>Pecadores: "desobediência santa", "Deus me impingiu a decidir"</p>	<p>notícias que destacam avanços no reconhecimento de seus direitos</p> <p>Discurso de Combate à Homofobia: Algumas notícias mencionam projetos legislativos que buscam criminalizar a homofobia e proteger os direitos da comunidade LGBTQIAP+</p>	<p>Organizações ONGS e ativistas: Toni Reis, presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais</p> <p>Anônimas: Entrevistas com as moradoras de rua</p> <p>Documentais: Não foram mencionadas fontes documentais específicas nas notícias de 2011</p>	<p>notícias abordam histórias de marginalização e preconceito enfrentados por grupos de homossexuais e travestis</p> <p>Ideologia Conservadora: é claramente visível nas notícias que tratam do "kit anti-homofobia" do Ministério da Educação</p> <p>Hegemonia Religiosa: A hegemonia religiosa também está presente nas notícias, com os grupos religiosos exercendo influência sobre a tomada de decisão política</p>
--	--	--	---	--

Tabela 5: Síntese da Análise das notícias e da Representação LGBTQIAP+ - Ano 2011

No ano de 2021, foram encontrados pronomes, adjetivos que mostram sensibilidade, expressões e construções oracionais mais inclusivas, além de passagens interdiscursivas e construções hegemônicas e ideológicas que contribuem para promover a **representação social um pouco mais respeitosa, porém ainda negativa** de pessoas LGBTQIAP+:

Elementos Textuais	Representação Social LGBTQIAP+	Interdiscursividade	Fontes Consultadas	Formação Ideológica e Hegemônica
<p>Uso frequente de pronomes e adjetivos específicos: As notícias utilizam termos adequados</p>	<p>Vítimas: pessoas trans e travestis como alvo de assassinatos brutais e homens gays também</p>	<p>Violência e transfobia: o elemento interdiscursivo mais predominante nas</p>	<p>Oficiais/Institucionais: Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará; Prefeitura</p>	<p>Violência e Preconceito: número de assassinatos por transfobia</p>

<p>para se referir às pessoas LGBTQIAP+: "adolescente trans", "transexual", "transgênero", "travesti" e "mulheres trans"</p> <p>As notícias mencionam os nomes sociais e a identidade de gênero das vítimas</p> <p>Construções oracionais para destacar a violência: As notícias utilizam construções oracionais descritivas para relatar os atos de violência, como "foi morta após socos, pedradas, pauladas, facadas, ter os olhos perfurados e a roupa introduzida no ânus"</p> <p>Pronomes e adjetivos no neutro: "uma pessoa não binária," "seu prenome de gênero neutro," "uma pessoa não binária pode vivenciar"</p> <p>Uso da sigla LGBTQIA+ e sua explicação, incluindo a diversidade de</p>	<p>Pessoas cidadãs: pessoas não binárias tivessem o nome de registro retificado e a informação sobre o sexo biológico omitida nos documentos</p> <p>Subrepresentados: Universitários trans são mais negros, mais pobres e mais engajados, população transexual estudante de universidades federais representa apenas 0,3%</p> <p>Pessoas vulneráveis: situação de vulnerabilidade e retrocesso nos direitos e políticas públicas dessa população</p> <p>Estigma em relação à identidade de gênero: estereótipos sobre direito à parentalidade</p>	<p>notícias é a violência e a transfobia</p> <p>Perfil das vítimas: As notícias trazem informações sobre o perfil das vítimas, enfatizando que são pessoas jovens, negras, muitas vezes envolvidas com a prostituição e que enfrentam diversas vulnerabilidades sociais</p> <p>Acesso à educação: necessidade de políticas de acesso de pessoas trans ao ensino superior</p> <p>Reconhecimento legal e burocracia: processo retratado como burocrático, envolvendo ações na justiça e exigindo várias documentações para a mudança de nome e/ou gênero nos registros oficiais</p> <p>Discurso religioso: ofensas, apelo à religião e à bíblia</p>	<p>Municipal de Camocim; Ministério Público; Arpen (Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais); Prefeitura de São Bernardo do Campo (ABC); Prefeitura de São Paulo</p> <p>Especialistas: Poema Portela: Pesquisadora do Gemaa e doutoranda em sociologia da UERJ; Poema Portela: Pesquisadora do Gemaa e doutoranda em sociologia da UERJ; Sara York: Mestra em educação pela UERJ; Demógrafos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)</p> <p>Organizações ONGS e ativistas: Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra); Coletivo "Mães pela Diversidade"; Gemaa (Grupo de Estudos Multidisciplinares)</p>	<p>Marginalização e Vulnerabilidade: As notícias apontam questões socioeconômicas, discriminação no mercado de trabalho e dificuldades de acesso à educação</p> <p>Normas de gênero impostas pela sociedade: Reconhecimento de identidades não binárias</p> <p>Homofobia: crimes em série de homossexuais</p> <p>Invisibilidade: as matérias apontam a falta de políticas públicas adequadas para atender às necessidades específicas da comunidade LGBTQIAP+</p>
---	---	---	---	---

<p>identidades e orientações sexuais em várias notícias</p>			<p>s de Ação Afirmativa) da UERJ; Aliança Nacional LGBTI; Travas da Sul (organização criada por e para pessoas LGBTQIA+); UNAS (União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e Região)</p> <p>Anônimas: Miguel Marques: Estudante de psicologia que compartilhou sua experiência de bullying e dificuldades na universidade por ser uma pessoa trans</p> <p>Documentais: Relatório da Antra e do Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE) - estatísticas sobre a violência; Dados e levantamentos fornecidos pelo Gemaa e pela Andifes sobre estudantes transexuais em universidades federais no Brasil; Referências a documentos</p>	
---	--	--	---	--

			legais ou decisões de tribunais	
--	--	--	---------------------------------	--

Tabela 6: Síntese da Análise das notícias e da Representação LGBTQIAP+ - Ano 2021

Nesse tabela, tem-se uma representação resumida do resultado final do que se analisou nos cinco eixos dos três semestres escolhidos:

Elementos Textuais	Representação Social LGBTQIAP+	Interdiscursividade	Fontes Consultadas	Formação Ideológica e Hegemônica
De modo geral, as análises apontam a seleção de instrumentos gramaticais e linguísticos, como os adjetivos, pronomes, vocabulário, vozes verbais, metáforas, aspectos estruturais ordens do discurso, entre outros, que indicam desrespeito, desumanização, ocultamento, marginalização	As representações sociais são variadas, mas em sua maioria, relacionadas a estereótipos sociais/culturais e vulnerabilidade.	A interdiscursividade e - insegurança, religiosa, jurídica e política predominam nas notícias, infere-se que em decorrência das temáticas em que a população LGBTQIAP+ é pauta nos noticiários	Há uma predominância de fontes oficiais/institucionais e de especialistas nas notícias. As pessoas LGBTQIAP+ não são vozes incluídas em grande parte das matérias, entretanto, quando aparecem, em sua maioria, estão representando a presidência ou coordenação de organizações nacionais, associações, ou individualmente como ativistas e militantes	Em maioria, as orientações hegemônica-ideológicas encontradas têm por base: A heteronormatividade; O conservadorismo religioso; A tentativa de manutenção das normas sociais no que diz respeito à sexualidade, família, expressões de gênero, invisibilizando os que transgridem; homofobia e transfobia não latentes Em menos da metade dos textos, o reconhecimento social das identidades, da cidadania e dos direitos

Tabela 7: Síntese geral dos três anos apurados no jornal Folha de S. Paulo

É importante reforçar que a notícia desempenha um papel significativo na vida social, atuando como fonte de produção e troca de significados, o que está intrinsecamente ligado à cultura. Essa relevância se fundamenta principalmente no fato de que são “[...] os significados culturais que organizam e regulam as práticas culturais, influenciam nossas condutas e conseqüentemente têm efeitos reais, práticos” (Hall, 1997, p.2). Nesse contexto, compreendeu-se que os resultados dessa pesquisa apontam, em sua maioria, para uma representação social da diversidade de forma estereotipada, estigmatizada e com discriminação, ancorada em uma perspectiva que reitera a heteronormatividade social hegemônica.

Santoro define estereótipo como “cada representação generalizante utilizada de modo a conferir a uma pessoa o status de inferioridade ou de impedi-la de ser tratada com base na própria individualidade e de ser julgada com base nas próprias ações” (2014, p. 17). Essa definição dialoga com a discussão aqui proposta, pois constatou-se em vários trechos em que a mulher travesti ou transexual não foi respeitada em sua individualidade, tendo sido despersonalizada, quer seja pelo não respeito ao nome social, quer seja pelo não reconhecimento de sua identidade feminina. Da mesma forma, isso se aplica aos gays, homossexuais, com muitas passagens marcadas por sentidos de segregação, estereótipos de doentes, pecadores segundo o cristianismo, vítimas de homofobia, etc.

Os estereótipos desempenham um papel fundamental na perpetuação das relações de poder na sociedade e, devido à sua institucionalização histórica, é comum que as pessoas não os questionem. Aqueles que são alvo de estigmatização por meio de estereótipos são frequentemente desconsiderados como indivíduos com desejos, sonhos e subjetividades. Sua vida é reduzida e invalidada de maneira significativa. Santoro explica que “Qualquer representação estereotípica é uma operação “reducionista”, na qual a complexidade dos indivíduos é reduzida a poucas características e, com frequência, nem ao menos especificamente pessoais ou próprias deles” (Santoro, 2014, p. 17).

O jornalismo exerce uma influência significativa na vida das pessoas, buscando, muitas vezes, homogeneizar seus comportamentos e ideologias. Esse processo inclui a disseminação de estereótipos. No entanto, ao quebrar esses estereótipos ou deixar de perpetuá-los, contribui-se para evitar a limitação das identidades e a forma como cada indivíduo deve se comportar. Ao romper com essa lógica reducionista, é possível avançar na construção de representações mais diversas e abrangentes da comunidade LGBTQIAP+.

As construções jornalísticas das realidades auxiliam o público a compreender melhor sua própria cultura. No caso específico das mulheres travestis e transexuais, essas construções são frequentemente limitadas, relacionando-as apenas à violência, prostituição e ao envolvimento com drogas, bagunça, influenciadas por discursos conservadores que não surgem por acaso. É o jornalista, em alinhamento com a linha editorial da empresa, quem decide o que será narrado sobre essas mulheres e de que forma. Em muitas ocasiões, elas são destacadas como pautas somente quando são vítimas de assassinatos brutais.

Em relação às interdiscursividades, as que mais predominam nas notícias estão relacionadas à insegurança - pelo contexto de violência e assassinatos a que estão submetidos. A religiosa - tendo em vista os diversos trechos em que os discursos de pastores e deputados remetem à bíblia, à conversão da sexualidade, as práticas consideradas imorais ou pecaminosas. A jurídica - considerando o contexto de evolução dos direitos civis e sociais e as demandas judiciais de casais homossexuais e pessoas transgêneros. A política - é nessa dimensão que as decisões sobre a vida e a liberdade das pessoas são tomadas, afetando diretamente os seus direitos.

Infere-se que essas interdiscursividades se destacaram em decorrência das temáticas em que a população LGBTQIAP+ é pautada nos noticiários. Dessa forma, as interdiscursividades presentes nos discursos sobre gênero e sexualidade no jornalismo hegemônico constituem elementos que reproduzem ideologias e relações de poder, resultando em discursos que têm contribuído para fortalecer violações de direitos humanos das lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexuais+.

Quem é integrado e quem é apagado do discurso hegemônico? Ao identificar e classificar as fontes de informação utilizadas nas notícias, percebeu-se o predomínio de fontes oficiais e institucionais, seguidas por fontes especialistas. O jornalista utiliza diversos critérios na seleção de suas fontes para avaliar a credibilidade de uma informação. Traquina (2001) identifica três critérios fundamentais: autoridade, produtividade e credibilidade. A autoridade da fonte está diretamente relacionada à sua posição na sociedade; quanto maior o prestígio, maior a confiança depositada. Por esse motivo, os jornalistas tendem a preferir fontes oficiais ou institucionais. Às vezes, o jornalista valoriza mais a fonte pelo que ela representa do que pelo conhecimento que possui. Acredita-se que as fontes oficiais sejam mais cautelosas em relação a mentiras explícitas e que também sejam mais persuasivas, visto que representam ações e opiniões oficiais.

É relevante destacar a ausência de representação de pessoas LGBTQIAP+ na maioria das notícias. Traquina (1993, p. 173) aborda a questão da diversidade de vozes na composição das notícias e pondera sobre o acesso desigual das fontes aos meios de comunicação. Nem todas as fontes conseguem ter oportunidade de aparecer nos meios de comunicação. Enquanto alguns agentes sociais são frequentemente mencionados nas notícias, outros precisam "incomodar" ou "perturbar" a ordem social para serem incluídos nas formas convencionais de produção dos acontecimentos.

As ideologias e hegemonias presentes nos discursos refletem com prevalência a matriz hegemônica cisheteronormativa de representação dos sujeitos LGBTQIAP+, mesmo que as notícias também contemplem de maneira tímida os discursos emancipatórios e mais progressistas. As notícias possuem investimento ideológico, pois contribuem para a reprodução e manutenção de relações de dominação, legitimando e dissimulando assimetrias ao continuar articulando os significados que sustentam a estrutura de dominação. A ADC parte do pressuposto de que, em geral, as pessoas não estão conscientes dos efeitos ideológicos do discurso na vida social. Por esse motivo, o objetivo desta pesquisa é desvelar conexões e causas que permanecem ocultas, com foco no papel da linguagem na mudança discursiva e social.

Capítulo VI - Considerações finais

Analisar um produto cultural, como o jornalismo, é desempenhar um papel desafiador na reconstrução das representações de certos indivíduos. Essas análises são especialmente direcionadas aos sujeitos que não se enquadram nos padrões dominantes da sociedade, caracterizada por relações machistas, raciais e LGBTIfóbicas. Compreender como essas identidades não normativas são atribuídas a determinados lugares e estigmatizadas é essencial para perceber a influência do poder nas marcações simbólicas. O poder está intrinsecamente conectado a essa capacidade de determinar e impor aos outros suas posições e identidades.

Em tese, o jornalismo, devido à sua função social, deveria contribuir para questionar o status quo e as construções que fortalecem a manutenção de posições hegemônicas. De acordo com as teorias construcionistas da notícia, o jornalismo é apontado como um legitimador das estruturas de poder dominantes em momentos históricos e sociais específicos. Consequentemente, pessoas ou instituições com recursos limitados enfrentam dificuldades em influenciar a agenda midiática e fazer com que seus eventos sejam noticiados.

O trabalho jornalístico, ao produzir uma notícia, influencia na criação de uma nova realidade que destaca um aspecto específico do acontecimento, que é complexo e influenciado por várias causas. Portanto, considerando que os jornais operam dentro de uma sociedade que valoriza normas heteronormativas, é crucial analisar como o texto jornalístico é construído para compreender a realidade que emerge após sua publicação. Ou seja, é importante investigar como a notícia contribui para a manutenção ou mudança das perspectivas que têm se desenvolvido historicamente.

Os elementos históricos estão diretamente ligados aos sujeitos que são objetos desta pesquisa: os indivíduos LGBTQIAP+, cujas identidades são consideradas não normativas. As percepções sobre esses indivíduos são influenciadas por vários fatores que têm contribuído e ainda contribuem para a formação de uma identidade considerada desviante e, acima de tudo, estigmatizada. Esses aspectos se refletem nas narrativas, nas quais o jornalismo utiliza representações já estabelecidas e introduz novas concepções em um processo de negociação, contribuindo para a contínua formação da identidade atribuída e da identidade reivindicada por esses sujeitos. Muitas vezes, o jornal recorre ao reducionismo, utilizando representações já conhecidas como um recurso para que seu texto seja amplamente assimilado e consumido.

Dessa maneira, entende-se que a análise crítica do discurso enquanto teoria e método deu conta de compreender de que maneira os recursos linguísticos e retóricos, as referências a esses indivíduos, as vozes utilizadas nas notícias e as ideologias entremeadas nos discursos imputariam representações. Nesse sentido, comprova-se que a identidade não é algo estático e inerente, mas sim dependente de diversos fatores que constantemente a moldam em um processo de negociação. Ao longo dos anos analisados, a representação atribuída e referenciada no jornal sofre modificações, influenciadas por fatores históricos, sociais e pela própria produção jornalística.

Nesse contexto, acredita-se que tanto o objetivo geral quanto os específicos foram contemplados pelos resultados aqui obtidos. As categorias de análise permitiram uma compreensão mais aprofundada sobre a forma como os temas relacionados à diversidade são abordados por um jornal de grande circulação, como a Folha de S. Paulo. Ao adotar um intervalo de duas décadas nos períodos analisados, foi possível identificar avanços e limitações na narrativa jornalística. Desde o primeiro ano analisado, as invisibilidades identitárias têm sido evidentes, com o enfoque inicial em gays e, em menor medida, nas lésbicas. Travestis e transexuais são mencionadas poucas vezes, enquanto a bissexualidade, intersexualidade e assexualidade são praticamente ignoradas nas notícias.

Ao longo dos anos, esse cenário tem passado por mudanças significativas devido a diversos fatores, como a mobilização do movimento LGBTQIAP+ e, especialmente, dos movimentos específicos de cada identidade, como no caso das travestis e transexuais. Além disso, a criação de eventos como as conferências nacionais, com o objetivo de propor medidas de políticas públicas para esses grupos, e a identificação de alguns deles como nicho de mercado têm contribuído para essas transformações. Pode-se inferir que, em conjunto, esses elementos têm impulsionado alterações nas representações simbólicas das identidades LGBTQIAP+ divulgadas no jornal analisado.

Além disso, a aceitação e rejeição de certas construções pejorativas e preconceituosas pela sociedade, bem como a reivindicação por parte dos movimentos organizados, desempenham um papel central nas continuidades e mudanças observadas ao longo dos períodos analisados. Há uma assimilação parcial por parte do jornal dessas narrativas, um exemplo evidente identificado nas análises é a representação de travestis e transexuais nos anos de 2001 e 2011, constituídas a partir do preconceito e da despersonalização, ao passo que, em 2021, continuam a serem representadas como estatísticas de transfeminicídio, mas passam, também,

a figurar nas narrativas jornalísticas a partir de temáticas como, por exemplo, o direito à retificação do nome nos documentos e a presença de seus corpos no ambiente universitário.

Seria utópico afirmar que somente avanços foram identificados no último ano analisado, em comparação com os primeiros dois. Como mencionado, a narrativa jornalística registra progressos, mas também possui limites definidos em relação ao conteúdo veiculado. Nesse período, também são identificadas invisibilidades e construções preconceituosas ou ultrapassadas, o que indica a presença de diversidade e conflito de vozes dentro do próprio jornal, que é caracterizado como um veículo de comunicação polifônico.

É necessário registrar que esta pesquisa não tem o propósito de esgotar ou generalizar todas as representações e identidades desses indivíduos no jornalismo, pois há inúmeros elementos que podem influenciar essas construções. O recorte selecionado visa apresentar um panorama que contribua para a compreensão de como o poder de delimitar espaços e identidades opera nas identidades não normativas, especificamente em um jornal de grande circulação durante períodos pré-determinados.

Considera-se que análises e pesquisas que se concentrem naqueles que são marginalizados por não estarem nas normas sociais vigentes, são essenciais para a formação de um arcabouço crítico que possa impactar e servir de referência. Desse modo, buscou-se corroborar com uma análise crítica da prática jornalística e, ousadamente, promover a ruptura das normas vigentes, direcionando-as para a valorização das diferenças na formação identitária de todos os cidadãos e cidadãs.

Pesquisar sobre as representações sociais, seja de questões raciais, gênero, sexualidade, classe, geracional e todas as interseccionalidades que existem é sempre desafiador porque são temáticas sensíveis e bastante complexas, mas também gratificante. Como recomendação para trabalhos futuros, uma primeira linha interessante de investigação seria fazer um estudo comparativo Brasil/Portugal sobre pessoas LGBTQIAP+ em cargos de liderança ou a existência de editor/editora de diversidade nas redações e mensurar o impacto disso na qualidade das reportagens sobre questões de gênero, sexualidade e racial, por meio de inquérito com os leitores e a população que possui esses marcadores sociais de diferença. Uma segunda opção é que futuros investigadores considerem realizar estudos de caso sobre como a cobertura jornalística pode influenciar na construção de políticas públicas para demandas específicas dessa parcela populacional.

Referências Bibliográficas

ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. (2010). *Manual de Comunicação LGBT*. Curitiba, ABGLT.

Alsina, M. R. (1996). *La construcción de la noticia*. Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós.

Alsina, M. R. (2009). *A construção da notícia*. Petrópolis: Vozes.

Andres, S. S., Romcy, D., & Jaeger, A. A. (2012). *Identidades de gênero e identidades sexuais: o que a escola e os/as professores/as em formação têm a ver com isso?*. Santa Maria.

Bagagli, B. P. (2017). *Orientação sexual na identidade de gênero a partir da crítica da heterossexualidade e cisgeneridade como normas*. Macapá: Letras Escreve.

Benetti, M. (2007). A ironia como estratégia discursiva da revista *Veja*. *LÍBERO - Revista do Programa de Pós-Graduação da Faculdade Cásper Líbero*, v. 10, n. 20, p. 37-46.

Borelli, V. (2005). Jornalismo como atividade produtora de sentidos. *BOCC. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*, Portugal.

Butler, J. (2003). O parentesco é sempre tido como heterossexual? *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 21, p. 219-260.

Butler, Judith. (2004). *Undoing gender*. New York; London, Routledge.

Butler, Judith P. (2018). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Butterman, S. (2012). *Invisibilidade Vigilante*. São Paulo, Editora Inversos.

Cabecinhas, R. (2009). Investigar representações sociais: metodologias e níveis de análise (pp. 51-66). In: M. M. Baptista (Ed.), *Cultura: Metodologias e Investigação*. Lisboa: Ver o Verso Edições.

Carvalho, C. A., & Azevêdo, J. H. P. (2019). Do AZT à PrEP e à PEP: AIDS, HIV, Movimento LGBTI e Jornalismo. In: *Dossiê 40 anos do movimento LGBT no Brasil: comunicação, saúde e direitos humanos*. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde, v. 13, n. 2. FIOCRUZ. Disponível em:

<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1698/0>. [Consultado em 24/05/2023].

Carrara, S. (2010). Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. *Revista Bagoas*, n. 5, p. 131–147.

Cohen, C. J. (1997). Punks, bulldaggers, and welfare queens: the radical potential of queer politics? In: *GLQ - A Journal of lesbian & gay studies*, v. 3, Canada: Overseas Publishers Association

Correia, J. C. (2009). *Teoria e Crítica do Discurso Noticioso: Notas sobre Jornalismo e representações sociais*. Covilhã, Portugal: Universidade da Beira Interior – LabCom.

Darde, V. W. da S., & Morigi, V. J. (2012). Diversidade sexual no jornalismo brasileiro: um estudo sobre as representações da população LGBT nos jornais Folha de S. Paulo e o Estado de S. Paulo. *Brazilian Journalism Research*, 8(1), 149–165. Disponível em: <https://doi.org/10.25200/BJR.v8n1.2012.396>. [Consultado em: 02/06/2023].

de Moraes, D. (2010). Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. *Revista Debates*, 4(1), 54. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-5269.12420>. [Consultado em 10/06/2023]

Essenfelder, R. (2016). De transmissor a narrador: desconstrução de estereótipos sobre jornalistas. *Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo*, Brasília, DF, v. 6, n. 18, jan./jun., p. 31-47.

Essenfelder, R. (2017). Inovação narrativa na grande reportagem de internet. *Contemporânea*, v. 15, n. 1, pp. 182-206.

Facchini, R. (2005). *Sopa de Letrinhas? movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro, Editora Garamond.

Facchini, R. (2009). Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. *Revista Bagoas*, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, n. 4, p. 131-158.

Facchini, R. (2011). Histórico da luta de LGBT no Brasil. Cadernos Temáticos: *Psicologia e diversidade sexual*. Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, nº 11, p. 10, São Paulo.

Fairclough, N. (2001). *Discurso e mudança social*. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília, Editora da Universidade de Brasília.

Fairclough, N. (2005). Peripheral Vision - Discourse Analysis in Organization Studies: The Case for Critical Realism. *Organization Studies*, 26(6), 915-939.

Fairclough, N. (2003). *Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research*. Londres, Routledge.

Fairclough, N. (2012). Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica [p. 307-329]. Tradução Iran Ferreira de Melo. *Linha D'Água*, v. 25, n. 2, São Paulo, USP.

Feitosa, C. (2018). A participação social nos 40 anos do Movimento LGBT brasileiro. In: Green, J., Quinalha, R., Caetano, M., & Fernandes, M. (Org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo, Alameda.

Ferreira, V., e Sacramento, I. (2019). Movimento LGBT no Brasil: Violências, Memórias e Lutas. In: *Dossiê 40 anos do movimento LGBT no Brasil: comunicação, saúde e direitos humanos*. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde, v. 13, n. 2. Fiocruz. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1698/0>. [Consultado em 24/05/2023].

Folha de S. Paulo. (2018). *Perfil do Leitor*. Disponível em: http://www.publicidade.folha.com.br/folha/perfil_do_leitor_nacional.shtml. [Consultado em 12/06/2023].

Folha de S. Paulo. (2019). *Projeto Editorial*. Disponível em: <http://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/introducao.shtml>. [Consultado em 12/06/2023]

Folha de S. Paulo. (2019). *Projeto de Diversidade*. Disponível em: <https://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/manual-de-redacao-conduta/politica-de-diversidade.shtml>. [Consultado em 12/06/2023].

Folha de S. Paulo. (2001). *Travesti vira evangélico e decide se tornar homem sério*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u21172.shtml>. [Consultado em 15/06/2023].

Folha de S. Paulo. (2001). *TJ garante metade de bens a parceiro gay*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1703200122.htm>. [Consultado em 15/06/2023].

Folha de S. Paulo. (2001). *Ativistas gays preparam protestos contra chacina em Limeira*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u28593.shtml>. [Consultado em 15/06/2023].

Folha de S. Paulo. (2001). *Bairros de São Paulo atraem vizinhança homossexual*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2705200124.htm>. [Consultado em 15/06/2023].

Folha de S. Paulo. (2001). *Grupo quer campanha só para homossexuais*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/equilibrio/noticias/ult263u142.shtml>. [Consultado em 15/06/2023].

Folha de S. Paulo. (2001). *Parada gay registra recorde de público*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1806200101.htm>. [Consultado em 15/06/2023].

Folha de S. Paulo. (2011). *Sem-teto gays andam juntos para se proteger*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1302201114.htm>. [Consultado em 15/06/2023].

Folha de S. Paulo. (2011). *Travesti é perseguido e morto na Paraíba*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1904201114.htm>. [Consultado em 15/06/2023].

Folha de S. Paulo. (2011). *STF aprova união gay em sessão histórica*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0605201101.htm>. [Consultado em 15/06/2023].

Folha de S. Paulo. (2011). *Projetos pró-gay caducam e Congresso ensaiam autocrítica*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0705201120.htm>. [Consultado em 15/06/2023].

Folha de S. Paulo. (2011). *Bolsonaro leva panfleto antigay a escolas*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1105201118.htm>. [Consultado em 15/06/2023].

Folha de S. Paulo. (2011). *Evangélicos tentam no Congresso limitar direito dos gays*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1305201116.htm>. [Consultado em 15/06/2023].

Folha de S. Paulo. (2011). *Kit escolar é 'propaganda de opção sexual', diz Dilma*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2705201101.htm>. [Consultado em 15/06/2023].

Folha de S. Paulo. (2011). *Veto a kit só considera igreja, diz educador*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2705201102.htm>. [Consultado em 15/06/2023].

Folha de S. Paulo. (2011). *Carta da Parada Gay critica conservadores*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0706201109.htm>. [Consultado em 15/06/2023].

Folha de S. Paulo. (2011). *Menores de idade e gays agora poderão doar sangue*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1506201121.htm>. [Consultado em 15/06/2023].

Folha de S. Paulo. (2011). *Lésbicas de Cristo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1606201114.htm>. [Consultado em 15/06/2023].

Folha de S. Paulo. (2011). *'Deus me impingiu a decidir', afirma juiz que vetou união gay*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2306201114.htm>. [Consultado em 15/06/2023].

Folha de S. Paulo. (2021). *Adolescente trans de 13 anos é espancada e morta no interior do Ceará*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/01/adolescente-trans-de-13-anos-e-espancada-ate-a-morte-no-ceara.shtml>. [Consultado em 15/06/2023].

Folha de S. Paulo. (2021). *Assassinatos de transexuais crescem 41%*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/01/assassinatos-de-transexuais-crescem-41-no-pais-e-chegam-a-175-em-2020-diz-relatorio.shtml>. [Consultado em 15/06/2023].

Folha de S. Paulo. (2021). *Universitários trans são mais negros, mais pobres e mais engajados*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/02/universitarios-trans-sao-mais-negros-mais-pobres-e-mais-engajados-mostra-pesquisa.shtml>. [Consultado em 15/06/2023].

Folha de S. Paulo. (2021). *Por peruca, travesti perde guarda de filho*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/05/dama-de-ferro-do-pa-travesti-perde-a-guarda-de-filho-apos-filma-lo-com-peruca.shtml>. [Consultado em 15/06/2023].

Folha de S. Paulo. (2021). *Agêneros buscam justiça para omitir sexo de documentos*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/05/pessoas-nao-binarias-buscam-justica-para-banir-informacao-sobre-sexo-biologico-dos-documentos.shtml>. [Consultado em 15/06/2023].

Folha de S. Paulo. (2021). *Suspeito de matar gays em Curitiba diz que não foi motivado por ódio*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/06/suspeito-de-matar-homens-gays-em-curitiba-afirma-que-nao-foi-motivado-por-odio.shtml>. [Consultado em 15/06/2023].

Folha de S. Paulo. (2021). *Padre faz ofensas homofóbicas a repórter em missa*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/06/padre-faz-ofensas-homofobicas-a-reporter-em-missa-em-mt.shtml>. [Consultado em 15/06/2023].

Folha de S. Paulo. (2021). *Sob Bolsonaro, LGBTQIA+ sofrem com apagão de políticas públicas*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/06/sob-bolsonaro-e-pandemia-pessoas-lgbtqia-sofrem-com-apagao-de-politicas-publicas.shtml>. [Consultado em 15/06/2023].

Folha de S. Paulo. (2021). *Nas periferias, LGBTQIA+ se unem para combater a fome*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/06/sob-bolsonaro-e-pandemia-pessoas-lgbtqia-sofrem-com-apagao-de-politicas-publicas.shtml>. [Consultado em 15/06/2023].

Folha de S. Paulo. (2021). Entenda o que é cada letra da sigla LGBTQIA+. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/06/entenda-o-que-significa-cada-letra-da-sigla-lgbtqia.shtml>. [Consultado em 15/06/2023].

Foucault (1988). *História da Sexualidade: A vontade de saber*. Rio de Janeiro, Graal.

Goffman, E. (1988). *Estigma*. 4.ed. Rio de Janeiro, LTC.

Green, J. N. et alii. (2018). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo, Alameda.

Guerra, J. L. (1998). O 'contrato fiduciário' entre o jornal e o público. Paradoxos da crítica à objetividade. In: *Comunicação e Política*, v. V, nº 1, nova série, 197-214.

Gripsrud, J. (2002). *Understanding media culture*. London: Arnold.

Hall, S., et al. (1993). A produção social das notícias. O mugging nos media. In: Traquina, N. (Org.). *Jornalismo: questões, teoria e "estórias"*. Lisboa: Vega, p. 224-248.

Hall, S. (1997). The work of representation. In: Hall, S. (org.). *Representation: cultural representations and signifying practices*. Londres, Sage/The Open University.

Instituto Verificador de Circulação. (2021). Circulação e audiência. São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/institucional/circulacao.shtml>. [Consultado em: 12/06/2023]

Kellner, D. (2001). *A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru, SP, EDUSC.

Lazarin, L., & Rodrigues, A. (2014). *Um levantamento dos estudos das homossexualidades nos Programas de Pós-graduação em Comunicação Social de 1992 a 2008*. Conexão - Comunicação e Cultura, UCS, Caxias do Sul, v. 13, n. 26, p. 207-226. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/109526>. [Consultado em: 20/05/2023]

Leal, B. S., & Carvalho, C. A. (2012). A grande mídia brasileira e identidades LGBT: um retrato em 2008. *Revista Diálogos de La Comunicación*, (En línea). , v.84, p.1 - 24, 2012.

Van Leeuwen, T. (1997). A representação dos atores sociais. In: PEDRO, E. R. (org.). *Análise Crítica do Discurso: Uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa, Editorial Caminho, SA.

Louro, G. L. (2000). Corpo, escola e identidade. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 59-76, jul/dez. 2000. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/46833>. [Consultado em: 01 de junho de 2023].

Louro, G. L. (2004). *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte, Autêntica.

- Louro, G. L. (2010). Pedagogia da sexualidade. In Louro, G. L. (org.). *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade*, pp. 9-34. Belo Horizonte, Autêntica.
- MacRae, E. (1990). *A construção da Igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura*. Campinas, Editora da UNICAMP.
- Madureira, A. F. A., & Branco, A. U. (2007). Identidades sexuais não-hegemônicas: processos identitários e estratégias para lidar com o preconceito. *Psic.: Teor. e Pesq.*, v. 23, n. 1, p. 81-90, jan-mar, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v23n1/a10v23n1.pdf>. [Consultado em: 01/06/2023].
- Magalhães, C. (2004). Interdiscursividade e conflito entre discursos sobre raça em reportagens brasileiras. *Linguagem em (Dis)Curso*, 4/Especial, 35-60.
- Marques, V., & D'Ávila, P. (2010). O Movimento LGBTT e os partidos políticos no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 3, p. 79–112.
- Marx, K., & Engels, F. (1977). *Textos*. São Paulo: Edições Sociais. (3 vols.).
- Medina, C. (2006). *O signo da relação*. São Paulo, Paulus.
- Meditsch, E. (2005). Journalism as a form of knowledge. *Brazilian Journalism Research*, v. 1, n. 2, p. 121-136. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/835> [Consultado em: 21/05/2023].
- Melo, I. F. de. (2009). Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções. *Revista Eletrônica de Divulgação em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura*, Ano 05, nº 11, 2º semestre de 2009, ISSN 1807-5193.
- Meyer, D. E. E. (2004). Teorias e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 57, n. 1, p. 13-18.
- Moita Lopes, L. P. da. (2006). “Falta homem até pra homem”: a construção da masculinidade hegemônica no discurso midiático [pp. 131-157]. In: Heberle, V. M.; Ostermann, A. C.; Figueiredo, D. de C. (Org.). *Linguagem e gênero: no trabalho, na mídia e em outros contextos*. Florianópolis: Ed. da UFSC.

- Ponte, C. (2005). *Para entender as notícias: linhas de análise do discurso jornalístico*. Florianópolis: Insular.
- Prado, M. A. M., & Machado, F. V. (2008). Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade. São Paulo, Cortez.
- Preciado, P. B. (2018). *Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*; tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições.
- Ramalho, V. e Resende, V. de M. (2011). *Análise de Discurso (para a) crítica: O texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes. (Coleção Linguagem e Sociedade).
- Rebello, J. (2000). *O discurso do jornal*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Resende, V. M., e Ramalho, V. C. V. S. (2004). Análise de Discurso Crítica, do modelo tridimensional à articulação entre as práticas: implicações teórico-metodológicas. *Linguagem em (Dis)curso*, 5, 185-207.
- Resende, Viviane de Melo & Ramalho, Viviane. (2006). *Análise do discurso crítica*. São Paulo, Contexto.
- Ribeiro, D. B., & Fossá, M. I. T. (2009). O poder da informação na midiaticização: reflexões sobre o mito da objetividade na linguagem jornalística e o contexto de produção de sentido do seu discurso. *Revista Elementa. Comunicação e Cultura*, Sorocaba, v.1, n.2. Disponível em: http://comunicacaoecultura.uniso.br/elementa/v1_n2_04.pdf. [Consultado em: 13/06/2023].
- Rios, R. R. (2007). O conceito de homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. In: Pocahy, F. (Org.). *Rompendo o silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea*. Políticas, teoria e atuação. Porto Alegre, Nuances.
- Rosa, E. B. P. (2020). Cisheteronormatividade como instituição total. *Cadernos Pet Filosofia*, v. 18, n. 2, p. 59-103, ago. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/petfilo/article/view/68171/41349>. [Consultado em: 30/05/2023].
- Rubin, G. (2003). Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. *Cadernos Pagu*, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, n. 21, p. 1-88.

Santoro, E. (2014). Estereótipos, preconceitos e políticas migratórias. *Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito*, v. 6, n. 1, p. 15-30. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/RECHTD/article/view/rechtd.2014.61.02/4130>. [Consulta do em: 23/07/2023].

Silva, M. V. (2010). *Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias*. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia. Porto Alegre, UFRGS.

Silva, S. (2019). LGBTfobia: recortes subjetivos. In: Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais. *Psicologia, gênero e diversidade sexual: saberes em diálogo*. Belo Horizonte, p. 242-258.

Simões, J. A., & Facchini, R. (2009). *Na Trilha do Arco Íris: Do Movimento Homossexual ao LGBT*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

Sousa, J. P. (2002) - *Teorias da Notícia e do Jornalismo*. Florianópolis, Letras Contemporâneas.

Taquette, S. R. (2015). *Homossexualidade e adolescência sob a ótica da saúde*. Rio de Janeiro, EDUERJ.

Traquina, N. (1993). As notícias. In: Traquina, N. (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Veja Ltda, p. 167-176.

Traquina, N. (org.). (1999). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. 2a. ed. Lisboa, Vega.

Traquina, N. (2001). *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo, Unisinos.

Traquina, N. (2005). *Teorias do jornalismo. Volume 1: Porque as notícias são como são*. Florianópolis, Insular.

Traquina, N. (2016). Introdução geral. In: Traquina, N. (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Florianópolis, SC: Insular, p. 29-35.

Trevisan, J. S. (2018). *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Objetiva.

Tuchman, G. (2002). As notícias como uma realidade construída. In: Esteves, J. P. (Org.). *Comunicação e sociedade: os efeitos sociais dos meios de comunicação de massa*. Lisboa: Livros Horizonte, p. 91-104.

Tuzzo, S. A. (2016). *Os Sentidos do Impresso*. Goiânia, Gráfica UFG.

Van Dijk, T. (1999). *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto.

Van Dijk, T. A. (1997). *La ciencia del texto*. Barcelona: Paidós.

Van Dijk, T. A. (2010) *Discurso e poder. Organização e tradução*. Judith Hoffnagel e Karina Falcone. 2. ed. São Paulo, Contexto.

Weeks, J. (2010). O corpo e a sexualidade. In: Louro, G. L. (org.). *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade*, pp. 37-82. Belo Horizonte: Autêntica.

Wodak, R. (2004). Do que trata a ACD: um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. In: *Linguagem em (dis)curso*, Tubarão, v. 4, n. especial, p. 223-243.

Wolf, M. (2008). *Teorias das Comunicações de Massa*. Trad. Karina Janini. São Paulo, Martins Fontes.